

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

177 out./dez. 2012

ISSN 1413-1536

Entrevista: Marcelo José dos Santos

Os economistas em
análise: o desafio
da profissão

Ponto de vista: Osvaldo Campos Magalhães

Sustentabilidade
e mobilidade
urbana

A importância do
semiárido para o
futuro da produção
de bioetanol na Bahia

Índice de
performance
econômica e social
dos municípios
baianos



Sabe onde encontrar informações precisas e atualizadas sobre a Bahia? SEI.



Mais do que coletar dados nas áreas econômica, social, demográfica e geoambiental, a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – é responsável por informações que ajudam no desenvolvimento de todo o estado. São indicadores e análises que trazem de forma atual, precisa e imparcial o que acontece nos 417 municípios baianos.



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

www.sei.ba.gov.br



@eu_SEI



facebook.com/imprensasei

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

177 out./dez. 2012

Sumário

5 Carta do editor

Economia em destaque

6 Desempenho da economia baiana no terceiro trimestre de 2012

Carla Janira Souza do Nascimento,
Elissandra Britto,
Rafael Cunha,
Rosângela Conceição

Entrevista

23 Os economistas em análise: o desafio da profissão

Marcelo José dos Santos

Artigos

29 Evolução do emprego formal agropecuário na Bahia – 2000/2010

Fládia Valéria Dantas dos Santos,
Luís Abel da Silva Filho,
Maria Messias Ferreira Lima

41 A importância do semiárido para o futuro da produção de bioetanol na Bahia

Roberto Antônio Fortuna Carneiro,
Luís Polybio Brasil Teixeira

48 Ciclos e qualidade do crédito corporativo

Allan Santos da Paixão,
Rafael Augusto Fagundes Guimarães

56 Camaçari: um estudo sobre os planos diretores da década de 1970

José Gileá de Souza

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Pedreira Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Paulo Henrique de Almeida Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Dilciele Nascimento de Sousa (estagiária)
Rafael Augusto Fagundes Guimarães (estagiário)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Laura F. Dantas (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

PRODUÇÃO

Erika Encarnação (estagiária)

FOTOS

Secom/Carol Garcia/Elói Corrêa/Manu Dias/
Vaner Casaes, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 1.000

Seção especial

69

Índice de performance econômica e social dos municípios baianos: conceito, revisão metodológica e resultados

Alex Gama Queiroz dos Santos,
Aloísio Machado da Silva Filho,
Gustavo Casseb Pessoti,
Luis André de Aguiar Alves,
Urandi Roberto Paiva Freitas

Ponto de vista

82

Sustentabilidade e mobilidade urbana

Osvaldo Campos Magalhães

Investimentos na Bahia

84

O estado da Bahia deverá atrair 443 empreendimentos até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade

88 Livros

90 Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores conjunturais

102

Indicadores Econômicos

110

Indicadores Sociais

120

Finanças Públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) – Salvador: SEI, 2012.
n. 177
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

CONHEÇA OS RESULTADOS DOS **DIÁLOGOS TERRITORIAIS**

Construindo a Bahia

COM A VOZ DE TODOS NÓS

Mais de um milhão e meio de baianos participaram das plenárias do Plano Plurianual Participativo (PPA-P) em 2007 e 2011, das conferências territoriais temáticas, seminários, encontros, caravanas e fóruns por toda a Bahia. Em 2013, o Governo do Estado, por meio das secretarias do Planejamento (Seplan) e Relações Institucionais (Serin), irá novamente ao seu encontro, mas desta vez para apresentar à sociedade os resultados. O que foi definido e o que foi atendido.

Também será o momento de apresentar o planejamento futuro do Estado e falar de instrumentos de gestão que ampliam a eficácia das políticas públicas, reduzem os custos e otimizam os investimentos estaduais e municipais nas áreas de saneamento (água e esgoto), gestão de resíduos sólidos e planejamento, gestão territorial e mobilidade. Isto tudo é possível com a construção de um Consórcio Público.

Os consórcios podem ser utilizados em diversas áreas: gestão, proteção ao meio ambiente, prestação de serviços, assistência técnica, execução de obras, mobilidade e fornecimento de bens. Se o seu município ainda não faz parte de um Consórcio Público, acesse o site www.consorciospublicos.ba.gov.br

**DIÁLOGOS
TERRITORIAIS** 
CONSTRUINDO A BAHIA COM A VOZ DE TODOS NÓS

 **Bahia**
GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



Carta do editor

As adversidades na conjuntura internacional, associadas à redução da demanda privada por investimentos e à desaceleração no setor de serviço contribuíram para determinar o ritmo de crescimento do país em 2012. Essa dinâmica, contemplada na edição 177 da revista Conjuntura & Planejamento (C&P), traz a perspectiva de que, em 2013, arrefecida a instabilidade no cenário internacional e realizados os ajustes necessários de política econômica, as economias brasileira e baiana apresentem um ritmo de crescimento mais intenso.

Na avaliação da equipe de análise conjuntural, as medidas adotadas pelo governo para promover o reaquecimento da economia brasileira geraram efeitos na redução do nível de estoques e no impulso à produção industrial. Na Bahia, a atividade econômica foi determinada pelo desempenho do setor de serviços. Nesse sentido, a equipe de conjuntura faz a abordagem dos aspectos determinantes do comportamento da economia nos últimos meses do ano de 2012.

Na seção Entrevista, o presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon), Marcelo José dos Santos, destaca, em sua explanação, a contribuição do órgão para o desenvolvimento do estado baiano, as razões da reduzida procura pelas vagas oferecidas pelos cursos de economia e as perspectivas econômicas para o Brasil e a Bahia. Na sua avaliação, as medidas adotadas pelo governo, como a redução da taxa de juros, têm funcionado como instrumento auxiliar para impulsionar a atividade econômica.

No Ponto de Vista, Osvaldo Campos Magalhães aborda a questão da sustentabilidade e mobilidade urbana. Para ele, o fenômeno das mudanças climáticas, que tem entre suas causas o aumento das emissões e da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, impõe um enorme desafio a toda sociedade nesta década.

Na seção Artigos, têm-se trabalhos como o de Roberto Antônio Fortuna Carneiro e Luis Polybio Brasil Teixeira, intitulado *A importância do semiárido para o futuro da produção de bioetanol na Bahia*. Nesse trabalho, os autores discutem a relevância do incremento na produção de etanol combustível para o estado da Bahia, contemplando o benefício do aumento da arrecadação de impostos à interiorização da atividade produtiva, levando ao desenvolvimento regionalmente mais equilibrado.

Na seção Especial, tem-se o trabalho *Índice de performance econômica e social dos municípios baianos: conceito, revisão metodológica e resultados*, dos autores Alex Gama Queiroz dos Santos, Aloísio Machado da Silva Filho, Gustavo Casseb Pessoti, Luis André de Aguiar Alves e Urandi Roberto Paiva Freitas. Em uma abordagem didática, os autores discutem sobre o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos. Para tanto, analisam os indicadores municipais na Bahia, detalhando as suas especificidades.

Assim, ao retratar as questões que permeiam o desenvolvimento das economias brasileira e baiana, a revista C&P, na sua edição 177, contribui para elucidar os seus leitores sobre os percalços a serem enfrentados pelo país em 2013. Os artigos apresentados não somente retratam essa realidade, como também remetem a questões de caráter estrutural de funcionamento da própria economia e algumas perspectivas para os próximos meses.



Desempenho da economia baiana no terceiro trimestre de 2012¹

Carla Janira Souza do Nascimento*
Elissandra Britto**
Rafael Cunha***
Rosangela Conceição****

No terceiro trimestre de 2012, a economia internacional apresentou crescimento reduzido. As principais economias centrais, como a dos Estados Unidos, cresceram apenas 0,7%; a União Europeia, 0,1%; a Alemanha e a França registraram, ambas, taxa de 0,2%, e o Japão recuou 0,9%. Já as economias dos países emergentes obtiveram taxas relativamente superiores: China (7,4%), Índia (5,3%), Rússia (2,9%) e África do Sul (2,3%).

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), economista pela UFBA e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

*** Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). ccunha.rafael@gmail.com

**** Mestre em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs), especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB), economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

¹ Os autores agradecem os comentários de Jorge Tadeu Dantas Caffé.

Referente à Zona do Euro, a produção industrial da maioria dos países acumulou quedas ao longo de 2012, chegando a uma retração de 2,1% até setembro, como reflexo natural da perda de dinamismo do mercado interno e externo. Em especial, no terceiro trimestre, a produção industrial aferiu modestos ganhos na margem, em julho e agosto, respectivamente, de 0,5% e 0,9%, seguidos por forte retração de 2,5% em setembro, encerrando o período com taxa de 0,3% na comparação com o segundo trimestre de 2012.

Para a maioria dos países da América Latina observou-se crescimento econômico próximo ou acima do seu potencial, com destaque para Chile, Colômbia, México e Peru. Esses países reuniram condições adequadas para o crescimento: ciclo de investimentos consistentes, mercado de trabalho aquecido e crédito em expansão. No entanto, outros países da região estão mais suscetíveis ao desempenho externo, principalmente da economia chinesa, com a valorização do preço das *commodities*. As pressões inflacionárias mais significativas também ameaçam a dinâmica de alguns países latino-americanos. Neste cenário econômico de interdependências encontra-se pressionada a Argentina, que tem sido bastante afetada pela desaceleração da economia internacional em razão do elevado grau de dependência das exportações de *commodities* e manufaturados. O PIB argentino ficou estagnado no segundo trimestre de 2012, na comparação com o mesmo período de 2011, após crescer 5,2% no primeiro trimestre do ano em tela.

De modo geral, os principais fatores que contribuíram para o baixo ritmo da atividade econômica no terceiro trimestre, no Brasil, foram a redução da demanda privada por investimentos, a desaceleração no setor de serviços e a instabilidade no cenário internacional.

As medidas adotadas pelo governo para promover o reaquecimento da economia brasileira geraram efeitos na redução do nível de estoques e no impulso à produção industrial. Entretanto, o ritmo da atividade industrial ainda

As medidas adotadas pelo governo para promover o reaquecimento da economia brasileira geraram efeitos na redução do nível de estoques e no impulso à produção industrial

está muito aquém do almejado pelos agentes econômicos. A intensidade pode ser avaliada através do desempenho do PIB do terceiro trimestre, que foi de apenas 0,6% na comparação do terceiro trimestre de 2012 com o segundo trimestre do mesmo ano, após ajuste sazonal. Na comparação com igual período de 2011, houve aumento de 0,9% no terceiro trimestre do ano. No acumulado de 2012, o PIB apresentou aumento de 0,7% em relação a igual período de 2011. No acumulado dos quatro trimestres terminados no terceiro trimestre de 2012, o PIB registrou crescimento de 0,9% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Pela ótica da oferta, no trimestre em consideração, o pequeno ritmo de crescimento da economia brasileira foi influenciado principalmente pela estabilidade do setor de serviços, que exibiu quedas nas atividades de transporte, armazenagem e correios (-0,1%) e também na intermediação financeira, na previdência complementar e nos serviços relacionados (-1,3%), que neutralizaram os resultados positivos das demais atividades do setor.

Do lado da demanda, os investimentos foram escassos no período, apresentando recuo de 2,0% na margem. O consumo das famílias e o gasto do governo cresceram apenas 0,9% e 0,1%, respectivamente. No que se refere ao setor externo, as importações de bens e serviços recuaram 6,5%, enquanto que as exportações

mantiveram-se praticamente estáveis (0,2%) (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2012).

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerando-se os dados ajustados sazonalmente, apresentou taxa de 1,2% no trimestre encerrado em setembro, superior à taxa do trimestre findo em junho (0,6%). Com esse resultado, o indicador cresceu 1,8% no terceiro trimestre de 2012, em relação ao terceiro trimestre de 2011, acumulando, em 2012, taxa de 1,2% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012b).

Na Bahia, o PIB cresceu 0,9% no terceiro trimestre em relação ao segundo de 2012, na série com ajuste sazonal, e 1,9% em relação ao mesmo trimestre de 2011. O crescimento da atividade econômica no estado foi determinado, sobretudo, pelo desempenho do setor de serviços, que ascendeu 2,8% no período em comparação a 2011. O setor industrial registrou taxa de apenas 1,5%, e a agropecuária recuou 8,9% no período. No resultado para o acumulado dos três trimestres de 2012, o PIB baiano aumentou 2,1% em relação a igual período de 2011 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2012).

Corroborando com os dados do IBGE, o Índice do Banco Central Regional registrou acréscimo de 2,5%, acumulando 3,2% no período de janeiro a setembro de 2012, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A dinâmica do crescimento da economia baiana no terceiro trimestre foi, principalmente, motivada pela leve

recuperação do setor industrial e a expansão do setor de serviços, em especial do comércio varejista, apoiado pelo tímido ritmo de crescimento do mercado de trabalho e dos rendimentos.

Tendo por base o breve panorama da conjuntura, o presente artigo procura analisar os principais resultados setoriais das economias brasileira e baiana nos três trimestres de 2012, na forma como são expostos nas seções que se seguem.

CONFIRMAÇÃO DO CENÁRIO DE QUEBRA DA SAFRA AGRÍCOLA

A safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas foi estimada em 162,6 milhões de toneladas, superior em 1,5% à obtida em 2011 (160,1 milhões de toneladas) e 0,7% maior que a estimativa de setembro, segundo dados de outubro do IBGE no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2012). Entre as grandes regiões do país, o volume da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresenta a seguinte distribuição: Centro-Oeste, 70,6 milhões de toneladas; Sul, 56,0 milhões de toneladas; Sudeste, 19,1 milhões de toneladas; Nordeste, 12,1 milhões de toneladas, e Norte, 4,7 milhões de toneladas. Comparativamente à safra passada, são constatados incrementos nas regiões Norte, de 7,4%; Sudeste, de 11,1%, e Centro-Oeste, de 25,9%, e decréscimos nas regiões Sul, de 17,4%; e Nordeste, de 16,9%.

Para os dados do IBGE, a queda dos grãos para Bahia foi de 12%, correspondendo a uma produção de 6,6 milhões de toneladas ante 7,5 milhões de toneladas em 2011. A queda foi puxada por feijão (-48%), algodão (-20%) e soja (-8,5%). Já o destaque positivo foi a cana-de-açúcar, com incremento de 21,7 % na produção, em razão do aumento da área plantada e das condições climáticas favoráveis no sul do estado. Outro destaque foi a recuperação do cacau, que apresentou uma safra temporã muito expressiva, com expectativas de incremento de 1,7% na produção colhida. Os valores para as culturas são aproximados aos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (2012a), que aponta descenso dos grãos em torno de 13,8%. Os destaques de queda

Na Bahia, o PIB cresceu 0,9% no terceiro trimestre em relação ao segundo de 2012, na série com ajuste sazonal, e 1,9% em relação ao mesmo trimestre de 2011

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2011/2012

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2011 (1)	2012 (2)	Var. (%)	2011 (1)	2012 (2)	Var. (%)	2011 (1)	2012 (2)	Var. (%)	2011 (3)	2012 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.966	2.644	-10,9	255	333	30,7	253	248	-1,9	11.735	10.661	-9,1
Cana-de-açúcar	6.992	8.494	21,5	116	147	26,9	116	137	18,3	60.191	61.788	2,7
Cacau	156	159	1,7	533	523	-1,9	533	523	-1,9	293	304	3,6
Café	152	142	-6,4	154	172	12,0	154	159	3,3	987	894	-9,4
Grãos	7.531	6.629	-12,0	2.922	2.513	-14,0	2.594	2.204	-15,0	2.903	3.007	3,6
Algodão	1.580	1.259	-20,3	416	433	4,1	416	397	-4,6	3.800	3.175	-16,4
Feijão	223	116	-48,2	551	297	-46,2	398	218	-45,2	561	530	-5,5
Milho	2.052	2.001	-2,5	799	582	-27,1	625	423	-32,4	3.282	4.731	44,2
Soja	3.513	3.214	-8,5	1.045	1.112	6,4	1.045	1.112	6,4	3.361	2.889	-14,0
Sorgo	163	39	-76,4	110	88	-20,1	110	54	-50,7	1.486	711	-52,1
Total	-	-	-	3.980	3.688	-7,3	3.650	3.272	-10,4	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA/PAM-BA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) IBGE–PAM 2011.

(2) IBGE–LSPA previsão de safra 2012 (Out/12).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

são feijão (-55%), algodão (-23%) e soja (-9,3%). Ainda segundo a Conab, as culturas foram afetadas pelos baixos índices pluviométricos no período de desenvolvimento biológico da planta.

Com a chegada do fim do ano, o IBGE vai fechando os dados estimados das safras pela LSPA. Até então os números estão mostrando uma forte influência dos efeitos da seca em praticamente todas as culturas, exceto cana-de-açúcar e cacau, que obtiveram boas condições de desenvolvimento no litoral sul do estado.

A expectativa para a produção nacional do algodão, em 2012, é de 4,9 milhões de toneladas, representando queda de 2,2 % em relação a 2011. A depressão se deveu ao cultivo de menores áreas em Goiás e aos problemas

da estiagem no Nordeste. Na Região Nordeste, a seca foi excessiva, motivando grande redução na produção (-17,0%) ante 2011. A maior concentração regional da cultura está na Bahia, onde o rendimento médio (16,2% inferior ao de 2011) foi influenciado pela irregular distribuição das chuvas.

A produção nacional de feijão, somadas as três safras, é estimada pelo IBGE em 2,8 milhões de toneladas, amparada na previsão de queda de 18,0% em relação a 2011. Na Bahia, onde se colhem a primeira e a terceira safras, prevê-se obter uma produção de 116 mil toneladas, que é 48,2% inferior à de 2011. Os dados mais acentuados de queda são decorrentes da terceira safra, na qual os produtores reduziram fortemente a área plantada devido à restrição pluviométrica.

A produção de milho será recorde diante do incremento esperado de 27,1%, chegando a 71,5 milhões de toneladas ante 56,2 milhões de 2011. A boa cotação da cultura no mercado proporcionou a expansão da área plantada na segunda safra, cuja combinação com o clima favorável permitiu que se obtivesse aumento de 73% na produção. Os ganhos desta safra foram concentrados no Centro-Oeste e Sudeste do país. Na Bahia, a forte seca, além de não permitir expansão na segunda safra, provocou retração de 65% no plantio, acabando por afetar a produção total, que registrou queda de 2,5%.

A maior concentração regional da cultura está na Bahia, onde o rendimento médio (16,2% inferior ao de 2011) foi influenciado pela irregular distribuição das chuvas

Os dados da soja apontam para queda de 12,5% na produção, com 65,6 milhões de toneladas. Na Bahia, o ciclo do grão alcançou uma produção de 3,2 milhões de toneladas, representando declínio de 8,5% em relação à safra passada, conduzida pela queda de 14% na produtividade. Esses dados foram influenciados pela baixa precipitação pluviométrica no final da colheita.

A boa safra temporã de cacau na Bahia indica recuperação diante da safra passada, com incremento de 1,7% na produção. O melhor rendimento da cultura (3,6%) foi responsável pelos números positivos. Com isso, a safra 2012 poderá alcançar 159 mil toneladas; se confirmadas às expectativas favoráveis de clima para safra principal, que se inicia entre novembro e dezembro, a estimativa de produção poderá ser ainda mais expressiva.

A cultura do café no estado foi bastante afetada pela seca. Em Vitória da Conquista, a irrigação da rubiácea foi suspensa para garantir o abastecimento da população. Em razão disso, o rendimento físico mostrou queda de 9,4%. Assim, a produção de café apresentou decréscimo de 6,4%, alcançando 142 mil toneladas ante 152 mil toneladas de 2011.

A cultura de mandioca na Bahia também foi afetada pela seca, marcando queda de 10,9% na produção desse tubérculo, puxada pelo decréscimo de rendimento físico em torno de 9%. No Brasil, a diminuição da produção de mandioca se apresenta mais suave (-4,4%), motivada também pelo fraco rendimento físico observado (-4,6%).

A cana-de-açúcar é o destaque positivo da agricultura no estado, com incremento de 21,5% na produção. Os dados favoráveis decorreram do aumento de área plantada no sul do estado e do bom clima que se manteve na região. Já a produção do Brasil aponta queda de 7,5%, passando de um patamar de 715 milhões de toneladas, em 2011, para 661 milhões em 2012.

Expectativas safra 2012/2013

Os dados da primeira estimativa para a produção nacional de grãos 2012/2013 efetuada pela Conab indicam volumes entre 177,68 e 182,27 milhões de toneladas. Este resultado

Os dados da primeira estimativa para a produção nacional de grãos 2012/2013 efetuada pela Conab indicam volumes entre 177,68 e 182,27 milhões de toneladas

assinala crescimento entre 7,2% (11,96 milhões de toneladas) e 10,0% (16,55 milhões de toneladas). Na nova safra, em termos de crescimento de produção, o destaque fica por conta da cultura da soja, com crescimento estimado entre 13,68 milhões e 16,43 milhões de toneladas.

A primeira estimativa da Conab sinaliza retração de 27,4% a 20,2% na área plantada com algodão no país. Este fato está relacionado a fatores como o câmbio, as baixas cotações do produto nos mercados interno e externo, a menor vantagem comparativa com a soja, notadamente na região Centro-Sul e, sobretudo, a forte elevação dos custos de produção. Na Bahia (região de Barreiras), os dados da pesquisa indicam redução entre 32,0% e 26,0%, registrando, portanto, uma retração média de 121,0 mil hectares na área plantada em comparação à safra 2011/12.

A área de feijão na primeira safra Brasil está estimada entre 1,17 e 1,19 milhão de hectares, o que configura decréscimo entre 6,0% e 3,9% em relação à safra passada. Os principais estados produtores sinalizam com redução de plantio em relação à safra anterior. As boas perspectivas de culturas concorrentes ao feijão, como soja e milho, que apresentam maior estabilidade e liquidez, aliadas ao quadro de restrições da comercialização agrícola e aos riscos climáticos aos quais está submetida a cultura do feijão, condicionam negativamente as decisões de plantio dos feijocultores em todo país.

A área semeada com milho (primeira safra) é estimada entre 7,04 e 7,26 milhões de hectares, refletindo decréscimo em torno de 6,8% a 4,0%. Os bons preços da soja, bem como a oportunidade de se fazer uma segunda safra,

Os bons preços da soja, bem como a oportunidade de se fazer uma segunda safra, têm seduzido parte dos agricultores em todos os estados produtores do país

têm seduzido parte dos agricultores em todos os estados produtores do país, mesmo diante das excelentes perspectivas para a produção e a comercialização de milho, produto concorrente por área com a soja. Para as áreas do cerrado baiano, onde predomina o plantio com emprego de alta tecnologia, há tendência de redução de área entre 7,0% a 3,0%. O principal fator dessa retração ante a safra passada deve-se à baixa oferta de semente de qualidade de milho na região, além da concorrência com o plantio de soja. O primeiro levantamento de intenção de plantio da soja no país indica crescimento na área plantada entre 5,5% e 9,1%, passando de 25,04 milhões hectares plantados na safra anterior, para um intervalo entre 26,42 e 27,33 milhões de hectares, correspondendo a um aumento de área entre 1,38 milhão e 2,28 milhões de hectares. A Região Nordeste apresenta crescimento entre 165,9 e 233,9 mil hectares. Estima-se o maior aumento no estado da Bahia, com acréscimo entre 122,4 e 155,8 mil hectares, seguido do Piauí (entre 26,7 e 44,5 mil hectares) e do Maranhão, com aumento entre 16,8 e 33,6 mil hectares. Esse crescimento deve-se aos excelentes preços de comercialização observados na safra 2011/12, que bateram recordes históricos decorrentes da quebra de produção dos principais países produtores. Tal crescimento se dará provavelmente em áreas cultivadas na safra anterior de acordo com a região, principalmente com algodão, milho, feijão e pastagem.

RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E QUEDA NAS EXPORTAÇÕES

A produção física industrial no país acumulou taxa negativa de 3,5% no período de janeiro a setembro de

2012, comparada ao mesmo período de 2011, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2012). As categorias de uso registraram recuo no semestre, destacando-se os setores de *Bens de capital* e *Bens de consumo duráveis*, com variação percentual negativa de 12,4% e 6,2%, respectivamente. As categorias *Bens intermediários* e *Bens de consumo semi e não duráveis* assinalaram, concomitantemente, taxas de -2,2% e -0,6% (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2012).

O indicador de faturamento da indústria cresceu 3,1% no período janeiro a setembro (PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS, 2012), demonstrando recuperação das vendas industriais. Na análise trimestral, na série ajustada sazonalmente, o faturamento cresceu 0,7% no terceiro trimestre de 2012 ante o trimestre anterior (1,9%). O nível de utilização da capacidade instalada ficou praticamente estável, atingindo 80,9% em setembro, 0,1 p.p. abaixo da taxa observada no trimestre findo em junho, na série com ajuste sazonal. Apesar dessa estabilidade, ressalta-se a necessidade de aumento do investimento na atividade industrial ante a baixa competitividade do setor. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atingiram R\$ 94,564 bilhões no período de janeiro a setembro de 2012, com aumento de 3,2% na comparação com o mesmo período do ano passado (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2012).

Não obstante o governo ter aumentado os investimentos, principalmente em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e anunciado parcerias com o setor privado e concessões de incentivos para os setores automobilístico, ferroviário, aeroportos, como também apoiando os estados nos investimentos, mesmo assim ocorreu queda de 2,0% na formação bruta de capital, demandando mais ações do governo federal para motivar os empresários do país.

No terceiro trimestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011, a taxa de crescimento da indústria de transformação foi negativa (-1,8%), segundo evidenciam os dados estatísticos para o setor nas Contas Nacionais Trimestrais. A desaceleração da indústria nacional de transformação foi basicamente marcada pela ausência de confiança dos agentes econômicos para a realização de

novos investimentos, em razão da falta de competitividade das empresas nacionais em meio à crise econômica global.

Com taxas positivas, a produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) na Bahia, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2012) do IBGE, no período janeiro a setembro de 2012, apresentou acréscimo de 3,1%, comparada com o mesmo período de 2011.

É interessante ressaltar que a dinâmica de crescimento do setor industrial baiano, nos três primeiros trimestres de 2012, foi influenciada pela baixa base de comparação observada no mesmo período de 2011, causada pelo “apagão” de energia elétrica na Região Nordeste, no mês de fevereiro. Esse evento resultou em interrupção da produção de importantes empresas do setor químico, impactando toda a cadeia produtiva.

A análise setorial evidencia que, no período de janeiro a setembro de 2012, a performance da produção industrial baiana foi influenciada pelos resultados positivos apresentados pelo segmento de *Produtos químicos* (10,5%), seguido por *Alimentos e bebidas* (2,7%), *Borracha e plástico* (9,8%), *Celulose e papel* (1,0%) e *Minerais não metálicos* (3,6%). Dentre os segmentos que influenciaram negativamente esse indicador, destacaram-se *Metallurgia* (-14,8%) e *Veículos* (-10,3%). O segmento de *Refino de petróleo e produção de álcool* apresentou estabilidade no período.

Na análise trimestral, a produção industrial baiana apresentou avanço de 2,0% no terceiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, revertendo o resultado negativo assinalado no segundo trimestre (-1,9%). Esse resultado foi atribuído principalmente ao acréscimo nos setores de *Refino de petróleo e produção de álcool* (11,2%), *Produtos químicos* (2,5%) e *Borracha e plástico* (10,8%).

Entre os fatores que contribuíram para o avanço do crescimento industrial no estado, no terceiro trimestre, listam-se o aumento dos preços de óleo combustível no mercado externo e a retomada da produção da refinaria baiana, ocorrida no segundo trimestre, após paradas programadas e não programadas de manutenção em unidades da Refinaria Landulpho Alves (RLAM). Há que se considerarem também nesse rol de fatores os

Na análise trimestral, a produção industrial baiana apresentou avanço de 2,0% no terceiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, revertendo o resultado negativo assinalado no segundo trimestre (-1,9%)

empuxos provocados pela recuperação na demanda por petroquímicos.

Quanto aos derivados de petróleo da refinaria baiana, observou-se expansão de 8,3% no terceiro trimestre de 2012, com aumento de 30,7% em gasolina e 12,9% em óleo diesel, apesar das quedas em nafta (-13,2%) e óleo combustível (-2,3%).

O cenário de curto prazo no ramo petroquímico ainda é de grande variação de preços e custos. O setor ainda foi afetado pela contínua volatilidade de preços da principal matéria-prima, a nafta, decorrente das especulações do mercado de petróleo. Alinhado com o petróleo, o preço da nafta voltou a acelerar a partir de julho, impactando a rentabilidade do setor no trimestre – os *spreads* de resinas e petroquímicos básicos no mercado internacional tiveram queda de 12% e 31%, respectivamente.

Mesmo com a recuperação na produção física da indústria baiana, o nível de emprego, no período de janeiro a setembro, registrou decréscimo de 2,4%, comparando-se com o mesmo período de 2011, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) (2012) do IBGE. Por sua vez, o indicador horas trabalhadas, que responde mais rapidamente às oscilações da produção industrial, pois não incorre em aumento de custos para o setor, registrou queda de 3,5% no acumulado dos três trimestres, sendo que, no terceiro trimestre, o recuo foi de 3,0%.

Dentre os segmentos que influenciaram negativamente o resultado do indicador do emprego industrial, no período de janeiro a setembro de 2012, destacaram-se *Calçados e couro* (-11,1%), *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-16,6%) e *Alimentos e bebidas* (-4,1%). Em contrapartida, os principais segmentos que impactaram positivamente o número de pessoas ocupadas nesse período foram *Máquinas e equipamentos* (4,2%), *Produtos químicos* (8,6%), *Refino de petróleo e produção de álcool* (10,4%) e *Borracha e plástico* (3,7%).

No *front* externo, as empresas brasileiras apresentaram razoável desempenho, pois exportaram US\$ 202 bilhões no período de janeiro a outubro de 2012, representando recuo de 4,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações, com volume de US\$ 185 bilhões, registraram decréscimo de 0,9%. O resultado no percentual das importações, comparativamente às exportações, mostrou queda no saldo da balança comercial para US\$ 17 bilhões, contra US\$ 25 bilhões no mesmo período de 2011. Nesse período, o comércio exterior brasileiro registrou corrente de comércio de US\$ 387 bilhões, com decréscimo de 2,9% sobre 2011, atingindo US\$ 399 bilhões (BRASIL, 2012a).

Com um ritmo mais forte, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 3,0 bilhões, no período de janeiro a outubro de 2012, ante o superávit de US\$ 2,6

bilhões no ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2012). Conforme ilustra o Gráfico 1, o saldo apresentou recuperação no acumulado dos últimos 12 meses, minimizando os efeitos da crise mundial sobre o comércio exterior baiano.

As exportações baianas, no período de janeiro a outubro de 2012, alcançaram US\$ 9,45 bilhões, com acréscimo de 4,2% comparado ao mesmo período de 2011.

O resultado no percentual das importações, comparativamente às exportações, mostrou queda no saldo da balança comercial para US\$ 17 bilhões, contra US\$ 25 bilhões no mesmo período de 2011

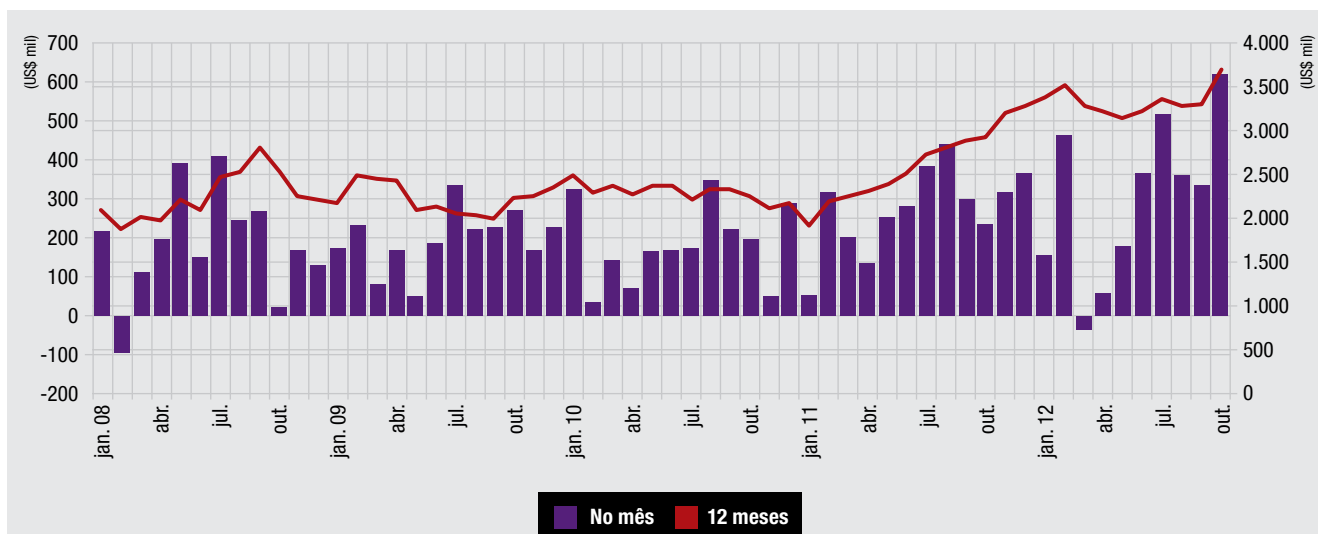


Gráfico 1
Saldo da Balança Comercial – Bahia – jan. 2008-out. 2012

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Na comparação com 2011, a venda de produtos básicos na Bahia cresceu 13,7%, os manufaturados ampliaram-se em 12,5% e os semimanufaturados exibiram recuo de 16,9%

O desempenho das exportações nos primeiros dez meses de 2012 proveio especialmente do aumento nas vendas nos segmentos *Petróleo e derivados* (13,6%), *Químicos e petroquímicos* (1,3%), *Soja e derivados* (16,7%) e *Algodão e subprodutos* (23,1%). Em sentido contrário, com taxas negativas destacaram-se *Papel e celulose* (-8,7%) e *Metalúrgicos* (-43,6%).

Na comparação com 2011, a venda de produtos básicos na Bahia cresceu 13,7%, os manufaturados ampliaram-se em 12,5% e os semimanufaturados exibiram recuo de 16,9%. O grupo de produtos industrializados respondeu por 72,8% do total exportado pela Bahia no ano de 2012.

Do mesmo modo, as importações registraram decréscimo de 0,5%, com valores de US\$ 6,4 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) registrou aumento de 2,2% no período considerado.

Do lado das importações, em termos de participação, as compras de *Intermediários* representaram 44,6% da pauta total, e as de *Bens de capital*, 16,3%, demonstrando que a pauta baiana de importação é fortemente vinculada a bens direcionados à atividade produtiva. As importações de *Bens de consumo* representaram 17,5%, e as de *Combustíveis e lubrificantes*, 21,6%. Em termos de variação, no período de janeiro a outubro de 2012, a categoria *Bens de consumo* foi a única a apresentar crescimento, de 14,1%, com *Bens de consumo duráveis* e *Bens de consumo não duráveis*, aumentando, respectivamente, 15,2% e 6,4%. As categorias *Intermediários*

(-3,1%), *Bens de capital* (-5,0%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-1,9%) registraram taxas negativas no período.

Por mercados de destino, destacam-se as vendas para a União Europeia (29,1%) e Ásia (25,3%). Para a União Europeia, que se mantém na primeira posição como mercado comprador de produtos baianos, as vendas aumentaram em 6,0% em 2012, superando as da Ásia e do Naft a, que registraram aumento no período de, respectivamente, 11,3% e 3,4%. Dentre os produtos vendidos à União Europeia, destacam-se celulose, soja e óleos combustíveis.

Nesse contexto, o desempenho da indústria baiana na margem foi muito aquém do esperado (0,3%, em julho; 2,1%, em agosto; 0,1%, em setembro), uma vez que o aumento das importações de manufaturados ante a produção foi maior, fato atribuído ao recuo da demanda dos produtos nacionais por parte das economias que estão em crise, e, conseqüentemente, ao aumento do estoque. Segundo dados da Sondagem Industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) (2012), o nível de estoques de produtos finais reduziu-se em outubro. O índice situou-se em 54,8 pontos, acima da linha divisória de 50 pontos, o que indica que as indústrias baianas mantêm um nível de estoques efetivo acima do planejado. No entanto, esse nível ainda é elevado comparado a fevereiro de 2012, com diferença de 2,3 p.p.

Neste sentido, o governo brasileiro tem reagido à ausência de dinâmica industrial e, mais uma vez, adotou medidas de melhoria para a competitividade da indústria local. Destacam-se no trimestre o aumento do imposto de importação para 100 produtos relacionados aos setores de siderurgia, petroquímica, química fina, medicamentos e bens de capitais, e a redução da tarifa de energia elétrica.

Ainda de acordo com os dados da Sondagem Industrial (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, 2012), a atividade industrial baiana está mais aquecida em outubro do que no mês anterior. A evolução da produção industrial aumentou quatro pontos ante setembro, situando-se em 55,6 pontos em outubro. A indústria baiana operou, em média, com 74,0% da capacidade instalada em outubro. O indicador reduziu 2,0 p.p. entre setembro e outubro e encontra-se 1,0 p.p. acima do mês de fevereiro.

Contudo, a Sondagem Industrial (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA, 2012) indica que as empresas industriais baianas mantêm uma postura otimista para os próximos seis meses no que se refere à demanda (57,5 pontos), mas pessimista em relação à quantidade exportada de produtos (49,6 pontos).

Para a indústria nacional, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas recuou 0,8% entre outubro e novembro, ao passar de 106,0 para 105,2 pontos, praticamente convergindo ao nível da média histórica recente, de 105,1 pontos. O resultado decorreu sobretudo da diminuição do otimismo em relação aos meses seguintes e, mais especificamente, de um ajuste nas previsões para a produção física a curto prazo. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) baixou de 84,2% para 84,0% entre outubro e novembro, mantendo-se um pouco acima da média histórica recente de 83,7% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2012).

Neste sentido, a performance para a indústria brasileira e, conseqüentemente, para as relações comerciais com o exterior no último trimestre está aguardando ainda a divulgação de mais estímulos à indústria, visando corrigir problemas ligados à dificuldade de competitividade, à necessidade de redução dos custos de produção e à adequação dos estoques elevados. Por sua vez, as exportações tendem a se desacelerar, enquanto as importações devem avançar a um ritmo mais forte.

Por fim, a indústria baiana deverá apresentar uma dinâmica diferenciada da média nacional, favorecida não apenas pela baixa base de comparação no segundo semestre de 2011, mas também pelo dinamismo provocado pelas recentes políticas macroeconômicas.

VAREJO MANTÉM RITMO DE EXPANSÃO

As vendas no comércio varejista continuam em crescimento, a despeito de o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) registrar, em setembro de 2012, queda de 0,2% em relação ao mês imediatamente anterior – mantendo-se no patamar de 113 – e de a população brasileira se encontrar menos otimista em relação ao trabalho no país. Segundo dados da Pesquisa Mensal

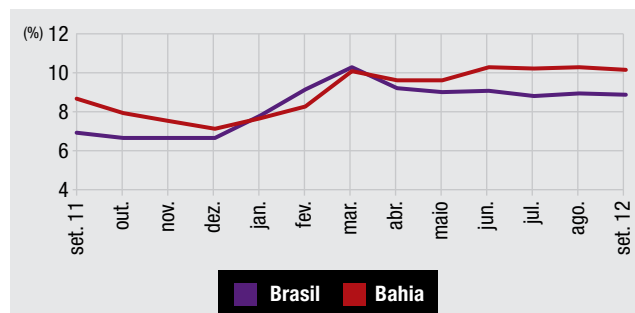


Gráfico 2
Volume de vendas no comércio varejista (1)
Brasil e Bahia – set. 2011-set. 2012

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Variação acumulada no ano.

de Comércio (PMC), realizada em âmbito nacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o varejo do país apresentou para o volume de vendas, em setembro de 2012, variação de 8,5% em relação a igual mês do ano anterior. No período de janeiro a setembro, a expansão foi de 8,9%, resultando, no acumulado dos últimos 12 meses, em crescimento de 8,1%.

Na Bahia, em referência a setembro de 2011, constata-se variação positiva de 9,1% nas vendas. Nesse mês, o comportamento apresentado é atribuído à melhora na expectativa com relação à própria renda, provocando otimismo por parte dos consumidores. Nas demais comparações, o comércio varejista cresceu 10,2% de janeiro a setembro e 8,3%, no acumulado dos últimos 12 meses, em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano, quando comparado ao varejo nacional, de acordo com o Gráfico 2, observa-se, desde abril de 2012, comportamento mais intenso do volume de vendas no estado. Nos nove primeiros meses do ano de 2012, com exceção da atividade *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-4,0%), os demais segmentos que compõem o setor de comércio varejista no estado baiano expressaram comportamento positivo. Em ordem decrescente têm-se: *Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação* (30,2%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (18,6%); *Móveis e eletrodomésticos* (12,9%); *Combustíveis e lubrificantes* (11,5%); *Tecidos, vestuário e calçados* (9,0%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria*

Tabela 2
Indicadores de desempenho do comércio varejista baiano,
segundo grupos de atividade
Bahia – set. 2012

Atividade	Volume de vendas (1)		
	Set. (2)	Ano (3)	Acumulado 12 meses (4)
Comércio varejista	9,1	10,2	8,3
1 - Combustíveis e lubrificantes	8,5	11,5	10,3
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,9	5,9	4,7
2.1 - Hipermercados e supermercados	3,2	4,4	3,4
3 - Tecidos, vestuário e calçados	14,1	9,0	7,5
4 - Móveis e eletrodomésticos	7,2	12,9	10,4
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	9,6	8,4	8,3
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	14,4	30,2	15,8
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	9,2	-4,0	0,2
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	28,9	18,6	13,1
Comércio varejista ampliado (5)	4,7	10,7	7,8
9 - Veículos, motos, partes e peças	-4,8	12,5	6,6
10 - Material de construção	0,1	6,2	4,9

Fonte: IBGE-PMC.

- (1) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.
 (2) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.
 (3) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.
 (4) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.
 (5) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

(8,4%), e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (5,9%). Para o subgrupo *Super e hipermercados*, o resultado apurado no período foi positivo em 4,4%.

Por atividade, o destaque no ano ficou por conta dos segmentos *Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação; Outros artigos de uso pessoal e doméstico; Móveis e eletrodomésticos*, e *Combustíveis e lubrificantes*. Nesse período, o comportamento da primeira atividade é justificado em grande parte pela permanente redução dos preços dos produtos do gênero, pela crescente importância que os produtos de informática e comunicação vêm tendo nas novas expressões de consumo das famílias e pela fraca base de comparação, considerando que, em igual período, o segmento apresentou variação negativa de 30,4%.

A segunda maior contribuição para o varejo baiano, nos primeiros nove meses do ano de 2012, ficou por conta do segmento *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, influenciado pelo quadro geral de crescimento da economia. Composto por lojas de departamento, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos, dentre outros artigos, o segmento foi influenciado em grande parte pelo crescimento da massa salarial e as facilidades de crédito. Em setembro, os bancos anunciaram a redução da taxa de juros dos cartões crédito em 54%, passando de 14,9% para 6,9% a.m. no crédito rotativo e de 8,9% para 4,9% a.m. para as compras parceladas (BANCO..., 2012).

No acumulado do ano, o terceiro destaque do varejo baiano ficou por conta do segmento de *Móveis e eletrodomésticos*, que registrou a taxa de 12,9% no período. Este resultado reflete a política do governo de incentivo ao consumo através da redução de alíquotas de IPI para a chamada linha branca, além da manutenção do crédito, da estabilidade do emprego e do crescimento da renda. Em setembro, o comportamento das vendas no segmento foi influenciado pela antecipação de compras no mês anterior, motivada pela expectativa de término do incentivo promovido pelo governo.

No ano, o quarto segmento a apresentar comportamento de destaque foi o segmento *Combustíveis e lubrificantes*. O desempenho é justificado pela queda de preços dos combustíveis automotivos, além da influência do aumento da frota de veículos.

No acumulado do ano, o terceiro destaque do varejo baiano ficou por conta do segmento de Móveis e eletrodomésticos, que registrou a taxa de 12,9% no período

A atividade de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* exibiu nos nove primeiros meses do ano crescimento moderado, mesmo sendo a principal responsável pela composição da taxa global do varejo. Esse comportamento é atribuído em grande parte à pressão exercida pelo comportamento dos preços dos alimentos que se apresentaram acima do índice geral no período de 12 meses. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou para 0,57% em setembro, após alta de 0,41% em agosto. É a maior variação desde abril, quando o indicador marcou inflação de 0,64%. Com esse resultado, o IPCA acumulou em 12 meses taxa de 5,28% (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2012).

O comércio varejista ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de *Veículos, motos, partes e peças* e de *Material de construção*, expandiu em 4,7% as vendas em setembro, em razão do comportamento dos dois segmentos que compõem o setor do varejo ampliado. Nos acumulados do ano e dos últimos 12 meses, as vendas expandiram 10,7% e 7,8%, respectivamente.

Segundo a PMC, os ramos que não integram o indicador do varejo restrito obtiveram os seguintes resultados quanto à variação do volume de vendas no acumulado do ano: *Veículos, motocicletas, partes e peças* (12,5%) e *Material de construção* (6,2%).

O segmento *Veículos, motocicletas, partes e peças* registrou variação negativa de 4,8% em setembro, em relação a igual mês do ano anterior, mesmo com a política de redução do IPI para o setor. Segundo dados do Informativo Fenabreve (2012), o emplacamento de veículos na Bahia registrou, em setembro, acréscimo de 3,7%, comparado com igual mês do ano de 2011. Foram vendidos e registrados 12.513 veículos, contra 18.341 emplacamentos em agosto. O principal segmento de veículos, o de carros de passeio e veículos comerciais leves, teve um total de 12.106 unidades emplacadas em setembro de 2012, representando um aumento de 7,6% na comparação com as 11.249 unidades registradas em agosto de 2011.

No que tange ao segmento *Material de construção*, este registrou em setembro suave variação positiva nas vendas, de 0,1% em relação a igual mês do ano passado. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação do

volume de vendas foi de 4,9%. Nos primeiros nove meses do ano, o aumento da massa salarial e a oferta de crédito, somados aos incentivos fiscais do governo através da redução do IPI, estimularam o desempenho do segmento.

Nos próximos meses, espera-se que o varejo mantenha o ritmo de crescimento nas vendas. A perspectiva de manutenção da oferta de crédito, associada ao aumento da massa salarial, e as comemorações realizadas no final do ano, período em que os consumidores recebem o 13º salário, deverão intensificar o volume de negócios no comércio.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho metropolitano nacional apresentou bom desempenho na geração de postos de trabalho entre janeiro e setembro de 2012. No entanto, para a Região Metropolitana de Salvador, mesmo com o aumento da ocupação, observou-se tendência crescente da taxa de desemprego, em ritmo mais intenso, em relação às outras regiões metropolitanas e quanto ao comportamento verificado em 2011, segundo indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A taxa de desemprego apurada pela PED, para as regiões metropolitanas pesquisadas, na comparação das médias trimestrais, ficou relativamente estável (0,1 p.p.) em relação ao terceiro trimestre de 2011. Ao longo

A taxa de desemprego apurada pela PED, para as regiões metropolitanas pesquisadas, na comparação das médias trimestrais, ficou relativamente estável (0,1 p.p.) em relação ao terceiro trimestre de 2011

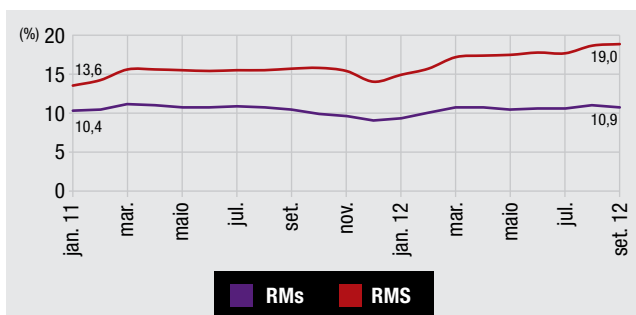


Gráfico 3
Taxa de Desemprego – Total das RMs e RMS – jan. 2011-set. 2012

Fonte: PED/Dieese, SEI
Elaboração: SEI/CAC.

do ano de 2012, a taxa registrou acréscimo de 1,4 p.p., passando de 9,5%, em janeiro, para 10,9%, em setembro. Na Região Metropolitana de Salvador (RMS) aumentaram as taxas médias trimestrais de desemprego de 2,9 p.p., em comparação com o terceiro trimestre de 2011. A taxa passou de 15,0%, em janeiro, para 19,0%, em setembro, crescendo 4,0 p.p. ao longo do ano. O desempenho das taxas de desemprego pode ser notado no Gráfico 3.

Os aumentos sucessivos na taxa de desemprego total, em 2012, na RMS, foram decorrentes da expansão da População Economicamente Ativa (PEA), que assinalou variação positiva de 6,6% no acumulado do ano de 2012 (janeiro – setembro) em relação ao mesmo período de 2011. Apesar de o nível de ocupação apresentar crescimento de 3,9% no mesmo período, a oferta de empregos não foi suficiente para atender ao crescimento da PEA, impactando, assim, o resultado final da taxa de desemprego. A expansão do nível de ocupação foi fortemente estimulada pelo setor da construção civil, que cresceu 13,6%.

Seguindo a mesma análise, a evolução da população ocupada do setor privado, com carteira assinada, registrou expansão de 8,2%. Já os empregados sem carteira assinada aumentaram 5,5%, cabendo destacar que o setor público figurou com retração expressiva (15,9%) no período em análise.

Em termos de rendimento médio real, as regiões metropolitanas, entre janeiro e agosto de 2012, apresentaram expansão para os ocupados (2,3%) e os assalariados

(1,9%) em relação ao mesmo período de 2011. Por sua vez, a massa salarial dos ocupados cresceu 5,2% no mesmo período. Na RMS, o rendimento médio real diminuiu tanto para os ocupados (-6,5%) como para os assalariados (-6,1%), na comparação entre janeiro e agosto de 2012 com o mesmo período mensal de 2011. Seguindo a mesma tendência, a massa de rendimentos reais decresceu para os ocupados e os assalariados, com variações de -2,7% e -2,8%, respectivamente, no período considerado.

Quanto ao emprego formal, a Bahia criou 40.659 postos de trabalho com carteira assinada com ajuste, entre janeiro e setembro de 2012, de acordo com os dados do Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2012b), correspondendo à variação percentual do estoque de emprego de 2,7%, situado abaixo da média nacional (4,0%) e da média nordestina (3,0%). Apesar da elevação no estoque, o saldo líquido apresentado neste período é bem inferior aos 80.036 registrados no ano de 2011.

O setor de serviços, com 19.891 vagas, respondeu pelo maior saldo. Este setor corresponde a 43,6% do saldo total. Vale observar que, no referido setor, os três subsectores mais dinâmicos foram: *Comércio e administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos; Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação, e Transportes e comunicações.* O de construção civil criou 8.553 novos empregos, o de comércio apurou resultado de 6.323 vagas de emprego, a agropecuária apurou saldo de 5.483 postos de trabalho, a indústria de transformação, por sua vez, contabilizou saldo de 5.107 postos de trabalho, impulsionada pelo subsector *Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico*. Outros setores que apresentaram saldos positivos, porém menos expressivos, foram: extrativa mineral e administração pública, com 423 e 334 postos de trabalho gerados entre janeiro e setembro de 2012, respectivamente. O saldo de serviços industriais de utilidade pública foi negativo, da ordem de 455 postos de trabalho, sendo, portanto, o único setor que apresentou queda no saldo de emprego de janeiro a setembro de 2012.

Na análise do mercado de trabalho, é possível afirmar, com base nos indicadores disponíveis, que, apesar da

Outros setores que apresentaram saldos positivos, porém menos expressivos, foram: extrativa mineral e administração pública, com 423 e 334 postos de trabalho gerados entre janeiro e setembro de 2012, respectivamente

demonstração de robustez dos dados, há sinais de moderação na margem. Ocorreu aumento do emprego formal, mas em ritmo menor do que o evidenciado em 2011. O desemprego tem-se mantido estável em relação ao apurado desde o início do ano. Os rendimentos médios metropolitanos apresentaram aumentos nos últimos meses. No entanto, o mesmo comportamento não foi observado para o emprego na RMS, em que se observam aumento da taxa de desemprego e reduzido volume no saldo de empregos formais. Entretanto, o mercado de trabalho aquecido é o principal propulsor do consumo das famílias, ainda que de forma cada vez mais moderada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira apresentou baixo dinamismo no terceiro trimestre de 2012, o que, em parte, refletiu a incerteza com a crise mundial. Esse cenário instigou o Banco Central a intensificar a redução dos juros e as demais autoridades monetárias para a implantação de medidas de auxílio à atividade econômica. Entre a última reunião do órgão ocorrida em 2011 e a que aconteceu em outubro 2012, houve redução de 3,75 p.p. na taxa básica de juros, que caiu para 7,25% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012a). Essas medidas juntaram-se a outras já adotadas pelo governo, que visam estimular a economia brasileira, a exemplo dos investimentos públicos em infraestrutura,

redução de impostos, desvalorização cambial e uniformização da alíquota do ICMS sobre produtos importados, a vigorar em janeiro 2013. Não obstante o arsenal de medidas já adotadas, a produção industrial não reagiu de forma proporcional aos incentivos ofertados ao setor pelo governo federal.

Outro elemento que pode afetar negativamente o cenário interno é a pressão altista dos preços, que encerrou o terceiro trimestre com taxa acumulada de 1,42%, contrariando as expectativas dos agentes econômicos. Tal comportamento é explicado pela evolução dos preços de alimentação, com reflexo da alta de produtos *in natura* e grãos, como também pelas pressões vinda dos núcleos de inflação. A alta dos preços em alimentação era esperada pelos analistas, pois o choque dos preços dos grãos *commodities* nos mercados internacionais foi bastante relevante, com alguns produtos subindo mais de 30% sem a contrapartida esperada de apreciação cambial. A elevação dos núcleos da inflação está relacionada à defasagem dos efeitos da desvalorização cambial sobre a cadeia industrial (em especial dos bens duráveis e vestuário), como também ao aumento da demanda por serviços.

O contágio da crise mundial pode ser observado na redução da demanda por produtos exportáveis. No entanto, a economia brasileira, especialmente a nordestina, encontra-se favorecida pelas transferências públicas e pelo vigor do mercado de trabalho. Ademais, a atividade econômica, em especial o comércio varejista, deve manter-se positiva diante dos estímulos providos das medidas econômicas via expansão fiscal, monetária e do crédito público, que dinamizam o consumo das famílias, o aumento da renda e a expansão do crédito.

Em relatório divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no início de outubro, a previsão de crescimento da economia mundial em 2012 foi reduzida para 3,3%. Entretanto, o cenário externo permanece volátil e repleto de incertezas. A recessão econômica – que atinge a Zona do Euro, associada aos sinais de desaceleração da economia chinesa e da conjuntura ainda delicada da economia norte-americana – continua a afetar a demanda mundial, com consequente impacto no mercado de *commodities*. Neste contexto, a perspectiva

de crescimento da economia local foi reduzida, segundo relatório do FMI, de 2,5% para 1,5%, em 2012.

No caso da China, além dos condicionantes do cenário externo, a adoção de política para diminuir o risco da “bolha” imobiliária afetou o crescimento econômico, que deve ficar próximo de 7,8%. Porém, a expectativa é de que os novos investimentos em infraestrutura voltem a acelerar a economia, resultando num PIB estimado em torno de 8,6% em 2013.

Diante de um cenário de crescimento mais contido, o governo tem-se utilizado mais intensamente de um amplo conjunto de medidas para impulsionar a atividade econômica, além de taxas de juros mais baixas e superávit primário menor do que o projetado. São esperadas também reduções de impostos sobre investimento e desoneração da folha de pagamento de outros setores que ainda não foram contemplados. Do lado do crédito, o governo criou novas linhas de financiamento, através do BNDES, para estimular setores que vêm perdendo competitividade em razão da crise externa e do avanço da China.

Localmente, os três primeiros trimestres de 2012 registraram expansão do crescimento da economia baiana, evidenciada tanto pelo resultado do PIB – com elevação de 2,1% comparativamente ao mesmo período do ano anterior – como pelos indicadores econômicos, que mostraram aumento da indústria (2,5%), ampliação nas vendas do comércio (10,2%), sustentação do crescimento do saldo das exportações (4,2%) e criação de empregos formais (40.659 postos no período de janeiro a setembro). É importante ressaltar, entretanto, que o crescimento do produto baiano no período considerado foi garantido pela baixa base de comparação no primeiro semestre de 2011, quando ocorreu o “apagão” no Nordeste, que impactou fortemente a indústria química do estado. Com isso, foram registradas elevadas taxas de crescimento da indústria baiana e do volume de exportações, sobretudo no primeiro trimestre de 2012. Diante dessas circunstâncias, retirando-se o efeito “apagão”, as perspectivas para o segundo semestre ainda são incertas, especialmente diante do baixo dinamismo da economia brasileira, do cenário agrícola baiano e do ambiente externo com expectativas desfavoráveis para curto prazo.

REFERÊNCIAS

- BAHIA gera mais de 45 mil postos de trabalho nos nove primeiros meses de 2012. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, set. 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_set12.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2012.
- BANCO reduz pela metade os juros do cartão de crédito. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 25 set. 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 09 e 10 outubro 2012*. Brasília: BACEN, 2012a. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 26 nov. 2012.
- _____. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. set. 2012b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 27 nov. 2012.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Desempenho: evolução do desembolso*. Brasília: BNDES, set. 2012. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2012.
- BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, out. 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_out_2012.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, set. 2012a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro geral de empregados e desempregados*. Brasília: MTE, set. 2012b. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Décimo segundo levantamento da safra brasileira de grãos 2011/2012*. Brasília: CONAB, set. 2012 a. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- _____. *Primeiro levantamento da safra brasileira de grãos 2012/2013*. Brasília: CONAB, out. 2012b. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 3º trimestre de 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2012. 42 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2012.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Sondagem industrial: Bahia*. Salvador: FIEB, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br/Adm/FCKimagens/file/SDI/2012/NOVEMBRO/Sondagem%20Industrial%20Bahia%202012-11.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Sondagem da indústria de transformação industrial*. nov. 2012. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92BA032B198D>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

INFORMATIVO FENABRAVE. *Emplacamentos*. São Paulo: Fenabreve, set. 2012. Disponível em: http://www.tela.com.br/dados_mercado/emplacamentos/index.asp?coditem=1. Acesso em: 30 nov. 2012.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS. Brasília: CNI, set. 2012. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. *Taxa de desemprego aumenta na RMS, pelo quarto mês consecutivo*. Salvador: SEI, set. 2012. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_jul12.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Atividade econômica baiana cresce 1,9% no terceiro trimestre e acumula alta de 2,1% em 2012*. Salvador: SEI, 3º tri/2012. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE. *Coping with high debt and sluggish growth*. Oct. 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/update/02/>>. Acesso em: 30 ago. 2012.



Marcelo José dos Santos

Os economistas em análise: o desafio da profissão

Marcelo José dos Santos tornou-se presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon) em janeiro de 2012, com propostas de estímulo à carreira do economista e ao fortalecimento dos cursos de Economia no estado. Um ano após o início da gestão, Santos analisa, em entrevista à C&P, a atual situação dos profissionais da área no estado, além de abordar o desenvolvimento dos cursos de Economia na Bahia. Santos analisa a contribuição dada pela instituição que preside à Economia baiana e opina sobre a conjuntura e as perspectivas do setor diante da crise internacional e seus impactos na Bahia e no Brasil.

C&P – Quando foi criado o Corecon-BA? Qual a missão da instituição e quantos economistas estão inscritos na Bahia?

Marcelo José – O Corecon-BA foi criado em 15 de maio de 1959, com a denominação de Conselho Regional de Economistas Profissionais (CREP), agregando à Bahia os estados de Sergipe e Alagoas. Sua missão é defender a sociedade, procurando sempre estabelecer um enfoque ético para a atuação dos profissionais em Economia, através da fiscalização do exercício da profissão. Conta, atualmente, com 5.041 economistas com registros ativos.

C&P – Qual a contribuição do Corecon-BA para o desenvolvimento da Economia baiana?

MJ – Inicialmente, a função primordial do Conselho constituía-se em fiscalizar o exercício da profissão. No entanto, não poderia ficar alheio à universalização das relações econômicas, perante os apelos e transformações do mundo atual. Diante disto, passou a participar dos grandes debates relacionados às políticas econômicas, promovendo eventos com a participação de profissionais de destaque nos cenários local e nacional, bem como, contribuindo para ampliar as discussões sobre temáticas econômicas, com a publicação anual do livro Reflexões de Economistas Baianos, já em sua oitava edição. Acrescenta-se a participação dos economistas Alberto Valença, Fernando Pedrão, Lívio Wanderlei, Sérgio Gabrielli, além de inúmeros outros que prestam relevantes contribuições em órgãos ou instituições públicas e privadas ligadas ao planejamento e ao desenvolvimento do nosso estado.

O Estado (nas suas três esferas) que era o grande empregador do economista, numa época em que o Brasil cometeu o equívoco de desprezar o planejamento como forma de gestão orçamentária, adotando políticas econômicas de curtíssimo prazo, abriu a outros profissionais a oportunidade de executar tarefas até então exclusivas do economista, deixando de exigir seu registro no Conselho profissional

C&P – Nos últimos anos vem ocorrendo uma redução da procura pelas vagas oferecidas pelos cursos de Economia no Brasil e na Bahia. Quais são as causas desse fenômeno?

MJ – Em primeiro lugar, temos uma legislação antiga que não assegura ao economista nichos de mercado, como ocorre em outras profissões. Existe um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional que prevê algumas mudanças, no entanto, fazer tramitar um projeto de lei no Poder Legislativo não é tarefa das mais fáceis. Por outro lado, o Estado (nas suas três esferas) que era o grande empregador do economista, numa época em que o Brasil cometeu o equívoco de desprezar o

planejamento como forma de gestão orçamentária, adotando políticas econômicas de curtíssimo prazo, abriu a outros profissionais a oportunidade de executar tarefas até então exclusivas do economista, deixando de exigir seu registro no Conselho profissional.

C&P – Na Bahia, boa parte dos cursos de Economia encontra-se em universidades estaduais localizadas no interior. Como fazer essa integração com o Corecon-BA?

MJ – A melhor forma de integrar as IES que se encontram no interior do estado é apoiar as iniciativas institucionais e se fazer presente nos eventos por elas promovidos. Isso já vem ocorrendo há algum tempo e foi intensificado recentemente, devendo prosseguir como uma estratégia que vem apresentando resultados promissores. Temos mantido contatos frequentes com a UESC e a UESB, localizadas no litoral sul e no sudoeste da Bahia, respectivamente. Para este ano, pretende-se estreitar as relações com a UEFS, situada no Portal do Sertão. Esses contatos nos possibilitarão estarmos mais próximos da academia, a grande responsável pela formação teórica e prática dos estudantes e futuros economistas, com o objetivo de atender às demandas, tanto do setor público quanto do setor privado. Vale ressaltar a pretensão de implantar o Corecon Acadêmico, em articulação com os centros acadêmicos das IES, constituindo-se em uma forma estimulante de integrar os estudantes de Economia ao Corecon-BA.

C&P – Analisando-se a conjuntura e as perspectivas econômicas para o Brasil e a Bahia. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o processo de recuperação da Economia foi iniciado. O senhor concorda com essa visão, levando-se em consideração que o IBGE divulgou o crescimento de apenas 0,6% para o PIB no terceiro trimestre deste ano?

MJ – O Brasil tem suportado relativamente bem essa crise. As medidas tomadas, como a redução das taxas de juros, os incentivos fiscais, com a redução de IPI para o setor automobilístico e, mais recentemente, beneficiando a construção civil, visando à recuperação do setor industrial, de alguma forma têm atingido o objetivo. Com relação ao setor imobiliário, inicialmente acredito que houve um desvio de objetivo, levando a especulação para o mercado financeiro.

Para este ano, pretende-se estreitar as relações com a UEFS, situada no Portal do Sertão. Esses contatos nos possibilitarão estarmos mais próximos da academia, a grande responsável pela formação teórica e prática dos estudantes e futuros economistas, com o objetivo de atender às demandas, tanto do setor público quanto do setor privado

O Brasil tem suportado relativamente bem essa crise. As medidas tomadas, como a redução das taxas de juros, os incentivos fiscais, com a redução de IPI para o setor automobilístico e, mais recentemente, beneficiando a construção civil, visando à recuperação do setor industrial, de alguma forma têm atingido o objetivo

Entretanto, programas sociais, como Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, estão sendo muito importantes, levando-se em consideração que há muito espaço para crescimento, pois o déficit habitacional ainda é muito grande.

C&P – Em 2012, a Bahia apresentou crescimento acima da média do Brasil. É possível manter esse desempenho nos próximos anos?

MJ – Acredito que sim. Há um esforço do governo no sentido de atrair novos investimentos, a exemplo do setor automobilístico, da redução na conta de energia, beneficiando diretamente o setor industrial, da implantação do parque eólico no semiárido, dos investimentos no sul do estado – Ferrovia Oeste-leste, Porto sul, Aeroporto de Ilhéus –, da presença dos jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, além da expectativa dos

investimentos aqui em Salvador e Região Metropolitana. Isso nos leva a acreditar na manutenção dessas taxas de crescimento acima da média nacional.

C&P – Na avaliação do senhor, até que ponto a economia baiana será beneficiada com os estímulos dados ao setor, entre eles, a futura redução da conta de energia elétrica, que deverá cair para a indústria até 28%?

MJ – Como afirmei anteriormente, as medidas econômicas adotadas no país têm tido reflexos bastante animadores e, obviamente, têm causado impactos positivos na Bahia. No que se refere à questão da energia, aconteceu um avanço extraordinário no setor elétrico, no campo, o que deu oportunidade aos pequenos produtores, às comunidades indígenas, quilombolas e aos assentamentos de participarem de forma mais ativa na pequena e média produção agroindustrial. Acreditamos que, com a redução da tarifa, deverá haver uma atuação maior desse setor, assim como poderá se constituir em forte atrativo para a expansão da grande indústria, resultando em maior oportunidade de recuperação da economia baiana.

C&P – A indústria da Bahia ainda é extremamente concentrada espacialmente, principalmente na RMS. Investimentos como a FIOLE, o parque eólico, o Porto Sul podem mudar essa realidade?

MJ – Essa é uma questão histórica. No entanto, já se podem observar mudanças fundamentais nesse processo. O agronegócio provocou o olhar para o oeste da Bahia, a crise

na lavoura cacaueteira começou a introduzir uma visão de cultura econômica a essa região, agora reforçada com o pacote de investimentos através da Ferrovia Oeste-leste, do Porto Sul, do aeroporto e, mais recentemente, os investimentos já confirmados na área (Petrobras/BahiaGás), com a assinatura da ordem de serviço para a construção da barragem do Rio Colônia, a implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia, que beneficiará também o extremo sul. Outros projetos ainda podem

Aconteceu um avanço extraordinário no setor elétrico, no campo, o que deu oportunidade aos pequenos produtores, às comunidades indígenas, quilombolas e aos assentamentos de participarem de forma mais ativa na pequena e média produção agroindustrial.

Acreditamos que, com a redução da tarifa, deverá haver uma atuação maior desse setor, assim como poderá se constituir em forte atrativo para a expansão da grande indústria, resultando em maior oportunidade de recuperação da economia baiana

Tornam-se imprescindíveis a aceleração das obras de ampliação da capacidade de atendimento do aeroporto, a recuperação das vias e equipamentos urbanos e da área portuária, assim como a checagem de vagas no sistema hoteleiro. Ações impactantes precisam ser realizadas na malha viária, considerando que não adianta o estádio ficar pronto e a mobilidade urbana não acontecer

ser implantados, com forte repercussão e desdobramentos econômicos e sociais, como, por exemplo, a Região Metropolitana de Ilhéus e Itabuna. Tudo isso levantará outras demandas, porém, o mais importante é que está acontecendo com planejamento estratégico de médio e longo prazos. Essa é a questão mais importante, e é claro que vai precisar de tempo e persistência e revela uma concepção de estado.

C&P – Quais os impactos das obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 para a economia baiana e a população?

MJ – O impacto principal está na arrecadação de impostos, uma vez

que, com o aumento do fluxo de pessoas, haverá uma movimentação nos vários setores da economia, com ganhos para o segmento prestador de serviços, como na área hoteleira, cultural, de alimentação, de lazer, entre outros.

Agora, há que se levar em conta que, após oito anos desastrosos da gestão municipal de Salvador, é urgentíssimo que os gestores municipal e estadual sentem-se à mesa – esse passo já foi dado em mais de uma oportunidade – e priorizem as ações, envolvendo todas as instituições que, de alguma forma, já atuam na área – Sesc, Senai, Senac, Sebrae. Todos sabem que, apesar das ações já executadas, há muito por executar na educação, no treinamento das pessoas que vão lidar com o público, como taxistas, garçons, guias de turismo, entre outros. Por sua vez, tornam-se imprescindíveis a aceleração das obras de ampliação da capacidade de atendimento do aeroporto, a recuperação das vias e equipamentos urbanos e da área portuária, assim como a checagem de vagas no sistema hoteleiro. Ações impactantes precisam ser realizadas na malha viária, considerando que não adianta o estádio ficar pronto e a mobilidade urbana não acontecer. Outro aspecto fundamental a ser observado é o setor de saúde, visto que a Bahia irá receber um grande fluxo de visitantes e deve estar preparada para prestar um serviço de qualidade.

C&P – A economia mundial passa por um momento de grandes dificuldades, seja nos Estados Unidos, onde o crescimento

tem sido modesto, seja na Zona do Euro, que está em recessão técnica. Diante desse quadro, em sua opinião, quais as perspectivas para a economia mundial nos próximos anos?

MJ – O quadro atual apresenta uma receita que, em outros tempos, o FMI impôs como modelo para se alcançar o equilíbrio: corte de gastos correntes e de investimentos, acrescentando ainda uma crise fiscal. Junte-se a isso a quebra do sistema bancário, consumindo recursos que deveriam estar sendo alocados nos investimentos público e privado. Note-se que mesmo a Alemanha, que estava numa situação relativamente confortável no início, praticamente parou de crescer e está em recessão técnica. Sinceramente, não acredito que, no curto prazo, se consiga resolver esse problema; por outro lado, como se trata de países com tradição de enfrentamento de crises cíclicas e demonstraram capacidade de superação, em médio prazo é possível vislumbrar alternativas consistentes para resolver a questão.

O quadro da economia mundial ainda deverá se manter instável por algum tempo, tornando-se importante, portanto, não criarmos expectativas exageradas, pois ainda há muito que fazer

Em função dos fatores que desencadearam o processo da crise mundial e de o Brasil assumir um comportamento diferente na adoção de políticas econômicas, o país tem conseguido superar as dificuldades, e, nesta última década, atravessar a marola da crise. Mas as adversidades da conjuntura econômica internacional ainda vão se prolongar, e isso tem que colocar o Brasil em alerta

C&P – Como essa conjuntura internacional adversa pode afetar o Brasil e a Bahia em 2013?

MJ – O quadro da economia mundial ainda deverá se manter instável por algum tempo, tornando-se importante, portanto, não criarmos expectativas exageradas, pois ainda há muito que fazer. Historicamente, o Brasil se manteve como uma economia fechada em relação ao restante do mundo, na medida em que sempre se utilizou de políticas protecionistas – controle das contas públicas, taxa de câmbio, controle rígido da inflação e foco na acumulação de reservas cambiais para fazer face ao endividamento externo.

Em função dos fatores que desencadearam o processo da crise mundial e de o Brasil assumir um comportamento diferente na adoção de políticas econômicas, o país tem conseguido superar as dificuldades, e, nesta última década, atravessar

a *marola* da crise. Mas as adversidades da conjuntura econômica internacional ainda vão se prolongar, e isso tem que colocar o Brasil em alerta. No entanto, outro aspecto a ser considerado é que os “olhos” do mundo estão voltados para o Brasil. Apesar de apresentarmos os menores índices de variação positiva do PIB em relação à maioria dos países latino-americanos, possuímos um mercado consumidor interno com perspectiva de crescimento, em virtude do aumento do poder aquisitivo da população.

Referindo-se à Bahia, acredito que a grande massa de investimentos, principalmente em relação aos recursos do PAC, associados às PPP nos territórios de identidade, proporcionarão o surgimento de novos projetos, com a criação de postos de trabalho e, conseqüentemente, ampliando ainda mais o poder aquisitivo, elevando, assim, o crescimento do mercado.





Evolução do emprego formal agropecuário na Bahia – 2000/2010

Fládia Valéria Dantas dos Santos*

Luís Abel da Silva Filho**

Maria Messias Ferreira Lima***

A entronização da tecnologia de ponta no setor agropecuário brasileiro foi responsável por profundas transformações nas relações de produção e de trabalho. O avanço tecnológico proporcionou maior capacidade competitiva e melhor desempenho em termos de produtividade. Esse processo resultou na melhora da performance brasileira no mercado de produtos agropecuários interno e externo.

* Graduada em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). fladiavaleria@hotmail.com

** Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA), mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pesquisador do Observatório das Metrópoles, núcleo da UFRN. abeleconomia@hotmail.com

*** Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e mestra em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). messeli@bol.com.br

No mercado de trabalho, os efeitos foram acentuadamente elevados. Além do processo de redução relativa da mão de obra contratada, os postos de trabalho criados no setor passaram a demandar mais qualificação profissional. O principal agravante foi, sem dúvida, o fato de parte significativa da PEA rural do país ter baixo nível de instrução formal e, com isso, dificuldade de inserção em outros segmentos.

Essa conjuntura foi responsável por elevados índices de desemprego no campo, impulsionado, sobretudo pela inovação nas atividades monocultoras do país, em que a redução de mão de obra foi brutal, com o avanço da mecanização das atividades agropecuárias. Conforme Belik e outros (2003), a quantidade de homens desempregados por dia de trabalho por cada máquina (dependendo da atividade) ficou em torno de 80 a 120 no Brasil.

Nesse aspecto, vários foram os postos de trabalho destruídos no campo com o processo de inovação e ganhos de produtividade. Não se pretende, contudo, defender a não mecanização ou condenar a inovação tecnológica na agropecuária brasileira; deve-se apenas destacar que o fator de produção mais vulnerável foi significativamente excluído (a mão de obra). Além disso, pretende-se enfatizar que vários mecanismos poderiam ter sido utilizados para reduzir os impactos devastadores na redução de postos de trabalho. Dentre eles, preparar previamente a mão de obra rural para desenvolver atividades relacionadas à agroindustrialização e inserir esse processo no meio rural do Brasil.

No caso do Nordeste, os impactos foram experimentados com violência ferrenha. Nessa região, a força de trabalho rural é ainda mais vulnerável, dado o baixo nível de escolaridade e a forte ligação ao meio rural, além da reduzida capacidade de absorção de mão de obra em grande concentração de áreas urbanas de pequeno porte (quase ausentes de dinâmica econômica). Tudo isso faz com que esse espaço ainda seja fortemente responsável por boa parte da mão de obra atuante nas atividades agropecuárias de outras regiões do país. Sendo assim, a força de trabalho rural foi afetada tanto na redução relativa da oferta de postos de trabalho na região, quanto em âmbito nacional.

No caso do Nordeste, os impactos foram experimentados com violência ferrenha. Nessa região, a força de trabalho rural é ainda mais vulnerável, dado o baixo nível de escolaridade e a forte ligação ao meio rural

Diante disso, é pretensão deste artigo observar o mercado formal de trabalho no setor agropecuário na Bahia. A delimitação geográfica deve-se ao fato de este estado concentrar extensa área geográfica e deter grande participação de ocupados em atividades do setor. Os anos selecionados compreendem 2000 e 2010. As variáveis para traçar o perfil da mão de obra formalmente ocupada são de cunho demográfico e socioeconômico e são comparadas nos recortes aqui estabelecidos.

Para atingir o objetivo proposto pelo estudo, o artigo está assim estruturado: além destas considerações iniciais, a segunda seção aborda algumas considerações acerca da dinâmica do mercado de trabalho agropecuário brasileiro; em seguida, na terceira seção, recorre-se à composição do emprego formal por setor de atividade econômica no estado da Bahia; na quarta seção, apresenta-se o perfil dos estabelecimentos e dos postos de trabalho na agropecuária do estado; e, por último, na quinta seção, são feitas as considerações finais.

MERCADO DE TRABALHO AGROPECUÁRIO BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Os benefícios da tecnologia no campo são incontestáveis do ponto de vista econômico. O ganho de produtividade, resultado do processo acentuado da mecanização das atividades agropecuárias no país, foi notável desde as

Esse fator favorável deveria ser respondido com ampliação de investimentos e contratação de maior quantidade de mão de obra para atender à elevação da produção

últimas décadas do século XX. A produtividade da terra e o rendimento do trabalho resultaram da maior oferta de defensivos agrícolas, maior investimento em pesquisas e inovação no campo, como também, do uso de máquinas e equipamentos sofisticados no processo de produção (BELIK et al., 2003; KAGEYAMA, 2004; BALSADI, 2009; SILVA FILHO; SILVA, 2011).

Além da forte composição do setor agropecuário na produção nacional e na oferta interna de produtos, Ferreira e outros (2006) destacam ainda que este possui representa uma parcela significativa no PIB no Brasil, além de contribuir para o fortalecimento da balança comercial do país. Em concordância com Ferreira e outros (2006), Silva Filho, Silva e Queiroz (2010) observam que o processo experimentado pela inovação no campo proporcionou ao país destaque no mercado mundial na produção de uma diversidade de produtos em vários segmentos: grãos – soja, milho etc; frutas – laranja, mamão, manga, uva etc; carnes – frango, suína, bovina etc.

A importância de atividades do agrupamento agrícola também se sobressai quando se considera seu desempenho nas contas com o exterior, contribuindo tanto como fonte de geração de divisas como componente de equilíbrio das contas externas (ALVES; PAULO 2012, p. 339).

Teoricamente, esse fator favorável deveria ser respondido com ampliação de investimentos e contratação de maior quantidade de mão de obra para atender à elevação da produção. Porém, não é o que acontece. O que se tem, na realidade, é a produção crescente no setor com desproporcional geração de empregos.

Para Ferreira e outros (2006), os agricultores estão mais dependentes de fatores não agrícolas (máquinas, equipamentos e insumos químicos) devido ao uso intensivo de capital, e menos dependente de mão de obra. Nessa conjuntura, Balsadi (2009) ratifica a hipótese de que a intensificação no sistema de produção, dada pelo elevado grau de mecanização e de automação relacionado ao processo produtivo, obteve como resultado o baixo poder de ocupação na atividade agropecuária brasileira.

Conforme Oliveira (2010), o mercado agropecuário, ao aderir o uso da tecnologia nesse setor, eliminou muitos postos de trabalho, pois, mesmo com os novos empregos gerados devido à expansão da produção, esse número não foi suficiente para compensar as vagas que foram fechadas. Além da redução da demanda por mão de obra, a entronização da inovação tecnológica também passou a exigir um novo perfil de trabalhador. Destarte, tem-se uma demanda por trabalhadores com habilidades específicas para o processo produtivo, já que se registram máquinas com tecnologia elevada, utilizadas no processo de produção no setor, que dependem de conhecimento específico para sua operação (BALSADI, 2009).

Além do mais, a mecanização do campo tão favorável ao produtor não é um bem de livre acesso, haja vista que as condições de aquisição da inovação no campo foram limitadas aos produtores capitalizados, com forte poder aquisitivo e de elevada influência nas atividades

Além do mais, a mecanização do campo tão favorável ao produtor não é um bem de livre acesso, haja vista que as condições de aquisição da inovação no campo foram limitadas aos produtores capitalizados

agropecuárias brasileiras. Conforme Teixeira (2005, p. 27), “determinados segmentos de produtores e produtos não foram beneficiados pela ‘modernização’. A busca em gerar excedentes exportáveis direcionou os investimentos para alguns produtos”.

De acordo com Novaes (2009), as famílias pobres também foram prejudicadas por causa dos projetos de pecuária e lavouras com grande valor comercial, devido à redução dos postos de trabalhos e à especulação das terras, o que resulta na expulsão dessas famílias para as cidades. Os principais problemas enfrentados pela necessidade de inserção da PEA rural nas atividades dos grandes centros urbanos advêm da baixa escolaridade e da pouca habilidade em atividades industriais e do baixo poder de alcance de postos de trabalho em segmento de melhor relevância. Conforme Silva (2001), as mulheres, na maioria, passam a ocupar atividades domésticas; já os homens, conforme Santos e Moreira (2006), ocupam atividades no terciário.

No caso do Nordeste, Carneiro (1982) observou que o grande contingente de trabalhadores eliminado pelo processo de mecanização na região migrou para as pequenas cidades e vilarejos, onde a baixa capacidade de absorção de mão de obra culminou nas elevadas taxas de desemprego. Esse processo acentuou-se em anos de intenso movimento migratório, deixando a força de trabalho rural vulnerável às mazelas sociais, advindas do acentuado movimento de saída do campo para a cidade.

Em anos recentes, as transformações da atividade agropecuária, devido ao processo de modernização, exerceram forte influência nas relações de trabalho e no comportamento da PEA rural nordestina. Analisando o impacto da mecanização no setor agropecuário no Nordeste, Silva Filho e Silva (2011) ressaltam que, mesmo que se tenha registrado a elevação da oferta de postos de trabalho na atividade, há condições precárias de ocupação, traduzidas por salários baixos, rotatividade e sazonalidade elevadas, além da relativa perda de participação do segmento na geração de postos formais de trabalho. Logo se constata que não há possibilidade de melhores condições de vida para os envolvidos no processo.

Nesses pressupostos, a seção que se segue busca analisar o mercado formal de trabalho baiano, procurando evidenciar a participação do segmento agropecuário na geração de empregos formais nos anos aqui estabelecidos.

DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO BAIANO SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Conforme a Tabela 1, com relação ao emprego formal segundo os setores da atividade econômica no estado da Bahia nos anos de 2000 e 2010, observa-se que, em todos os setores, houve elevação no número de emprego formal ao comparar o ano de 2000 com 2010. Porém, o setor agropecuário, o qual está em estudo, perdeu participação relativa no total do número de empregos. No ano de 2000 registraram-se 4,6% dos empregos formais do estado nesse setor; já em 2010, a participação relativa reduziu-se para 4,05%.

Além disso, o setor agropecuário apresentou, em todos os anos observados, a menor participação absoluta na geração de postos formais de trabalho no estado. Isso, apesar da ampliação das atividades agropecuárias na Bahia, elencadas pela fruticultura irrigada e pela produção de soja no sudoeste do estado, dentre outras.

Dentre os setores de atividade econômica plotados na Tabela 1, a construção civil apresentou a maior variação do ano 2000 a 2010 (150,49%). Esse resultado converge para o observado no setor em todas as regiões brasileiras nos anos em tela. Além deste, a

Setor agropecuário apresentou, em todos os anos observados, a menor participação absoluta na geração de postos formais de trabalho no estado

Tabela 1
Número de emprego formal segundo os setores de atividade econômica – Bahia – 2000/2010

IBGE Gr setor	2000		2010		2000/2010 var. %
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Indústria	126.836	10,77	255.774	11,96	101,66
Construção civil	61.269	5,20	153.474	7,17	150,49
Comércio	195.218	16,58	388.218	18,15	98,86
Serviços	739.848	62,84	1.255.162	58,67	69,65
Agropecuária	54.172	4,60	86.604	4,05	59,87
Total	1.177.343	100,00	2.139.232	100,00	81,70

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da MTE-RAIS.

indústria (101,66%) e o comércio (98,86%) experimentaram crescimento acentuado no intervalo estabelecido. Coube, portanto, ao setor agropecuário a menor variação nos anos analisados.

Esse cenário evidencia a perda da participação relativa no emprego formal no setor agropecuário, mesmo com a elevação absoluta verificada entre os anos analisados. Cabe destacar, contudo, que o setor registrou a menor variação. A partir de tais resultados pode-se constatar que os demais setores de atividades econômicas no estado da Bahia elevaram o número de registros formais de trabalho, do ano 2000 a 2010, em aproximadamente o dobro. Já o setor agropecuário cresceu em menor magnitude, o que pode ser resultado da perda de participação das atividades monocultoras exploradas no estado na geração de empregos formais, dada a intensidade tecnológica expressa

Pode-se constatar que os demais setores de atividades econômicas no estado da Bahia elevaram o número de registros formais de trabalho, do ano 2000 a 2010, em aproximadamente o dobro

em maior magnitude nesse segmento. Outra razão para o crescimento menor do setor pode ter sido em decorrência de o aumento ter sido substancialmente expresso nas atividades de produção de frutas para exportação, sendo esta de menor capacidade de absorção de mão de obra.

PERFIL DO ESTABELECIMENTO E DOS POSTOS DE TRABALHO NO SETOR AGROPECUÁRIO NO ESTADO DA BAHIA – 2000/2010

Para traçar o perfil do mercado e dos postos de trabalho no setor, faz-se necessário observar algumas variáveis de relevância crucial ao entendimento. Diante disso, algumas variáveis de cunho estrutural do setor, como tamanho dos estabelecimentos agropecuários na Bahia, bem como variáveis de cunho demográfico (sexo, idade) e socioeconômico (escolaridade, rotatividade e rendimento médio), serão analisadas a seguir.

Na Tabela 2, as informações são referentes ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários do estado. A partir dela, pode-se verificar maior concentração de mão de obra ocupada em estabelecimentos de microporte, tanto no ano 2000 (52,43%) quanto em 2010 (46,22%), mesmo que esse tipo de estabelecimento tenha apresentado queda relativa em sua capacidade de ocupar trabalhadores. Já o estabelecimento de pequeno porte também se destacou, com participação de 19,28% e 23,14%, em 2000 e 2010, respectivamente.

Tabela 2
Número de emprego formal agropecuário segundo o tamanho do estabelecimento – Bahia – 2000/2010⁽¹⁾

Tamanho do estabelecimento	2000		2010		2000/2010 var. %
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Micro	28.405	52,43	40.027	46,22	130,24
Pequeno	10.443	19,28	20.038	23,14	182,42
Médio	9.609	17,74	19.073	22,02	196,08
Grande	5.715	10,55	7.466	8,62	35,92
Total	54.172	100,00	86.604	100,00	59,87

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da MTE-RAIS.

(1) A definição sobre o porte do estabelecimento segue a classificação do SEBRAE a partir do número de empregados e do setor de atuação da empresa. Microestabelecimento é aquele com até 19 ocupados; pequeno, de 20 a 99 ocupados; médio, de 100 a 499; grande, com 500 ou mais funcionários (SEBRAE, 1999).

Os dados mostram que, tanto para o sexo feminino como para o masculino, houve elevação no número de emprego formal em termos absolutos, ao comparar o ano de 2000 ao de 2010

O médio estabelecimento também elevou sua participação relativa na ocupação de mão de obra formal. Dessa forma, pode-se observar que saiu de 17,74%, em 2000, para 22,02%, em 2010. Já o grande estabelecimento apresentou redução relativa quando se registrou participação de 10,55% no primeiro, e de 8,62% no último ano em tela.

Acrescente-se ainda que a dinâmica observada revelou redução relativa na capacidade de ocupação de mão de obra formal no estado da Bahia nos estabelecimentos de micro e grande portes. O pequeno e o médio elevaram suas participações. Adicionalmente, foram nos estabelecimentos de pequeno (182,24%) e médio (196,08%) portes que se assistiram às maiores variações percentuais. Ademais, a menor variação percentual foi registrada no grande estabelecimento (35,92%), restando ao micro crescimento de 130,24%.

O que pode justificar a menor capacidade de ocupação no grande estabelecimento e a redução relativa na ocupação é o fato de as atividades monocultoras no estado darem espaço para segmentos diferenciados, como fruticultura irrigada e outros, como engorda e manejo de pequenos e grandes animais.

No que se refere ao sexo dos ocupados na agropecuária baiana, conforme a Tabela 3 pode-se observar a baixa ocupação formal feminina no setor. Os dados mostram que, tanto para o sexo feminino como para o masculino, houve elevação no número de emprego formal em termos absolutos, ao comparar o ano de

Tabela 3
Número de emprego formal na agropecuária segundo o sexo
Bahia – 2000/2010

Sexo	2000		2010		2000/2010 var. %
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Masculino	47.301	87,32	75.933	87,68	60,53
Feminino	6.871	12,68	10.671	12,32	55,30
Total	54.172	100,00	86.604	100,00	59,87

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da MTE-RAIS.

2000 ao de 2010. Observa-se que o total de participação do sexo masculino no número de empregos para o ano de 2000 correspondia a 87,32% (47.301), sendo que essa participação aumentou no ano de 2010, passando a corresponder a 87,68% (75.933) do total do número de empregos, apresentando leve aumento da participação relativa. Já o sexo feminino correspondia a 12,68% (6.871) no total do número de empregos conforme o sexo no ano de 2000. Verificou-se redução da participação relativa no ano de 2010, passando a corresponder 12,32% (10.671) do total.

A criação de postos de trabalho na agropecuária está fortemente relacionada às atividades laborais desenvolvidas em campo; o esforço físico da mão de obra funciona como condição à aquisição de vagas no mercado de trabalho do setor. Diante disso, é oportunamente justificável a grande diferença entre o número de homens e o de mulheres ocupadas no setor no estado da Bahia. Novaes (2009), ao analisar os trabalhos nos canaviais, constatou que os empresários evitam a contratação de mulheres, a não ser que haja pressão de sindicatos para a abertura de cotas para o sexo feminino.

É oportunamente justificável a grande diferença entre o número de homens e o de mulheres ocupadas no setor no estado da Bahia

A Tabela 4 apresenta o número de emprego conforme a faixa etária. O que se observa de imediato é a redução, tanto em termos relativos quanto em absoluto, da participação de ocupados com até 17anos, de 510 (0,94%) em 2000, para 142 (0,16%) em 2010. Para a faixa etária que compreende os ocupados com idade entre 18 e 24 anos houve elevação no número absoluto de empregos, ao comparar o ano de 2000 com o de 2010. Porém, a participação no total do número de empregos para essa faixa etária passou a corresponder a 15,24% no ano de 2010, sendo que, em 2000, representava 19,10% do total.

Além disso, os maiores registros de ocupados estavam nas faixas de 30 a 39 e 40 a 49 anos, tanto no primeiro quanto no último ano analisado. A primeira faixa registrou 30,25%, em 2000, e, 32,59%, em 2010. Já a segunda concentrava 20,28% de ocupados no primeiro ano, e 20,72% no segundo ano sob observação. Esses resultados assemelham-se ao observado por Silva Filho e Silva (2011) para o emprego agropecuário no Nordeste. Com isso, verifica-se que as pessoas com idade mais avançada e com menores possibilidades de inserção no mercado de trabalho em outros segmentos ainda encontram na agropecuária possibilidade de ocupação, sobretudo nas atividades de campo.

Faz-se, ainda, pertinente destacar a elevada participação de ocupados com idade entre 50 e 64 anos nesse setor. Além de aumentar a participação deles em termos absolutos, elevou-se também, embora levemente, em termos

relativos. No primeiro ano registraram-se 6.323 (11,67%) e, no segundo, 10.123 (11,69%). É, portanto, nesse setor que ainda se registra quantidade relativamente elevada de ocupados com idade mais avançada, fato não comumente observado com tanta intensidade nos demais setores de atividade econômica e no segmento formal (SILVA FILHO; QUEIROZ, 2010).

Já a explicação para a baixa ocupação referente à faixa etária de 65 anos ou mais dar-se pelo fato de a grande maioria serem beneficiários de transferências governamentais. Segundo Kageyama (2004), as aposentadorias aumentaram a sua participação na renda rural, representando 22,6% em 2002 no total das transferências para todas as regiões, no qual o Nordeste destaca-se em termo de maiores variações, sendo que havia 2,7 milhões de aposentados na área rural no ano de 2002.

Analisando-se o nível de escolaridade da mão de obra ocupada na agropecuária nos anos 2000 e 2010, tem-se que os trabalhadores com escolaridade de analfabetos, até 5º incompleto e 5º ano completo do ensino fundamental, registraram retração tanto no número de

Analisando-se o nível de escolaridade da mão de obra ocupada na agropecuária nos anos 2000 e 2010, tem-se que os trabalhadores com escolaridade de analfabetos, até 5º incompleto e 5º ano completo do ensino fundamental, registraram retração tanto no número de empregos formais, como em sua participação relativa

Tabela 4
Número de emprego formal agropecuário segundo a faixa etária
Bahia – 2000/2010

Faixa etária	2000		2010		2000/2010 var. %
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Até 17	510	0,94	142	0,16	-72,16
18 a 24	10.348	19,10	13.198	15,24	27,54
25 a 29	9.221	17,02	16.545	19,10	79,43
30 a 39	16.385	30,25	28.225	32,59	72,26
40 a 49	10.986	20,28	17.942	20,72	63,32
50 a 64	6.323	11,67	10.123	11,69	60,10
65 ou mais	374	0,69	429	0,50	14,71
{ñ classificado}	25	0,05	0	0,00	-100,00
Total	54.172	100,00	86.604	100,00	59,87

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da MTE-RAIS.

Tabela 5
Número de emprego formal agropecuário segundo a escolaridade – Bahia – 2000/2010

Escolaridade	2000		2010		2000/2010 var. %
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Analfabeto	9.947	18,36	6.399	7,39	-35,67
Até 5º incompleto	24.041	44,38	24.988	28,85	3,94
5º completo					
fundamental	7.502	13,85	11.966	13,82	59,50
6º a 9º					
fundamental	4.464	8,24	13.997	16,16	213,55
Fundamental completo	2.472	4,56	8.879	10,25	259,18
Médio incompleto	906	1,67	4.828	5,57	432,89
Médio completo	3.591	6,63	13.525	15,62	276,64
Superior					
incompleto	168	0,31	581	0,67	245,83
Superior completo	1.081	2,00	1.387	1,60	28,31
Mestrado	0	0,00	46	0,05	0,00
Doutorado	0	0,00	8	0,01	0,00
Total	54.172	100,00	86.604	100,00	59,87

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da MTE-RAIS.

empregos formais, como em sua participação relativa. Para os demais níveis de escolaridade (6º a 9º fundamental, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto, superior completo, mestrado e doutorado), observam-se variações positivas no número de empregos e elevação da participação desses níveis de escolaridade no total do número de empregos agropecuários na Bahia.

Pode-se observar, na Tabela 5, que, para os analfabetos, assistiu-se à redução no número de empregos e na participação total ao comparar o ano de 2000 com o de 2010. No geral, assistiu-se à melhoria no nível educacional da força de trabalho formalmente

No geral, assistiu-se à melhoria no nível educacional da força de trabalho formalmente ocupada na agropecuária baiana

Tabela 6
Número de emprego formal agropecuário segundo a faixa de tempo no emprego – Bahia – 2000/2010

Faixa de tempo no emprego	2000		2010		2000/2010 Var. %
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Até menos de 1 ano	21.781	40,21	37.305	43,08	224,10
Mais de 1 e menos de 2 anos	9.394	17,34	14.424	16,66	53,54
Mais de 2 e menos de 3 anos	5.798	10,70	8.803	10,16	51,83
Mais de 3 e menos de 5 anos	6.613	12,21	9.896	11,43	49,64
Mais de 5 e menos de 10 anos	5.931	10,95	10.924	12,61	84,18
Mais de 10 anos	4.646	8,58	5.236	6,05	12,70
{ñ classificado}	9	0,02	16	0,02	77,78
Total	54.172	100,00	86.604	100,00	59,87

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da MTE-RAIS.

ocupada na agropecuária baiana. Porém, conforme Santos e Moreira (2006), o nível de escolaridade da força de trabalho nordestina deixou de ser garantia de emprego ou melhores condições de trabalho, sendo, portanto, condição necessária em muitos casos, mas não suficiente para melhorar a qualidade dos postos de trabalho na região.

Em relação ao tempo de permanência no emprego, os dados da Tabela 6 mostram elevados índices de rotatividade, haja vista que, em 2000, 40,21% dos ocupados no setor deixaram seus postos de trabalho em menos de um ano. Já em 2010, elevaram-se para 43,08% nas mesmas condições citadas. A alta rotatividade nos postos de trabalho agropecuário na Bahia segue a tendência observada no Nordeste (SILVA FILHO; SILVA, 2011) e em regiões onde a atividade monocultura é predominante.

O que se tem, portanto, é a forte concentração de ocupados deixando seus postos de trabalho nos primeiros anos e pouca quantidade deles permanecendo por mais tempo. Tal incidência também é constatada em outros segmentos, porém, com menor intensidade que no agropecuário. Nesse setor, sobretudo na região Nordeste, a sazonalidade é relativamente acentuada, o que facilita o movimento frequente de entrada e saída da mão de obra no mercado de trabalho.

O que se tem, portanto, é a forte concentração de ocupados deixando seus postos de trabalho nos primeiros anos e pouca quantidade deles permanecendo por mais tempo

Os dados da Tabela 7 referem-se ao número de emprego formal no setor agropecuário levando em consideração a faixa de remuneração. A partir destes, observa-se que a maioria dos empregos nos anos de 2000 e 2010, no setor em questão, auferiu rendimentos na faixa de mais de um e até dois salários mínimos. Ao comparar os dois anos para essa faixa de remuneração, tem-se elevação no número de empregados, assim como na participação relativa. No ano 2000, a mão de obra que recebia mais de um e até dois salários representava 55,64% no total de ocupados. Em 2010, esse percentual elevou-se para 59,78%.

Esse fator positivo (elevação relativa no número de empregos ao comparar os dois anos em análise) também ocorreu para a faixa de remuneração entre mais de dois e até quatro salários mínimos, só que em proporções menores. Até um salário mínimo e para salários entre quatro e sete mínimos, houve elevação no número de

empregos, porém, mesmo com essa elevação, houve redução no percentual ao se comparar seu destaque com o total de empregos.

Destaque-se ainda que, mesmo com redução relativa, foi na faixa de até um salário mínimo que se registrou a maior variação. Além disso, a partir de sete salários mínimos assistiram-se a variações negativas, o que confere redução em termos absolutos da força de trabalho contratada. Diante disso, pode-se confirmar que, em linhas gerais, a criação de postos de trabalho no setor priorizou as vagas com remuneração nas primeiras faixas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o mercado formal de trabalho no setor agropecuário no estado da Bahia. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) mostraram a elevação assistida entre 2000 e 2010. Destaque-se que, em todos os segmentos, foi registrada elevação em absoluto e em percentual, sendo que apenas na agropecuária e no setor de serviços assistiu-se à redução relativa nos postos de trabalho.

No que se refere ao emprego agropecuário, o microestabelecimento liderou a capacidade de manutenção de postos de trabalho, mesmo com redução de sua participação relativa na quantidade de mão de obra ocupada por estabelecimento. Além disso, houve redução relativa no grande estabelecimento, sendo este o de menor variação registrada entre 2000 e 2010.

Já em relação ao sexo da população ocupada no setor agropecuário no estado da Bahia, observou-se forte concentração de mão de obra masculina nos anos analisados. Além disso, nas faixas etárias de 30 a 39 e de 40 a 49 anos, concentrou-se a maior quantidade de ocupados em todos os anos observados. Em 2000 e em 2010, mais de 50% dos ocupados na agropecuária baiana tinham idade nas faixas citadas.

Quanto às variáveis socioeconômicas, a população ocupada no setor agropecuário baiano por faixa de

Tabela 7
Número de emprego formal agropecuário segundo a faixa de remuneração – Bahia – 2000/2010

Faixa de remuneração média	2000		2010		2000/2010 var. %
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Até 1 SM	15.482	28,58	21.591	24,93	717,63
Mais de 1 a 2 SM	30.144	55,64	51.776	59,78	154,08
Mais de 2 a 4 SM	5.754	10,62	9.633	11,12	126,64
Mais de 4 a 7 SM	1.435	2,65	1.841	2,13	60,15
Mais de 7 a 15 SM	919	1,70	660	0,76	-48,86
Mais de 15 SM	316	0,58	132	0,15	-112,61
{ñ classificado}	122	0,23	971	1,12	695,90
Total	54.172	100,00	86.604	100,00	59,87

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da MTE-RAIS

escolaridade apresentou redução relativa de ocupados nas primeiras faixas de escolaridade e uma elevação significativa dos mais escolarizados. Contudo, é ainda baixa a escolaridade dos ocupados nesse setor, mesmo diante de relativa melhora constatada, quando comparado o ano 2000 com o de 2010.

Essa melhora relativa não foi suficiente para garantir a permanência mais acentuada dos ocupados em seus postos de trabalho. Quando comparado o ano de 2000 ao de 2010, é possível observar elevação da participação daqueles que deixavam seus postos de trabalho em menos de um ano. Além do mais, com exceção da faixa de mais de cinco a menos de dez anos, todas as demais reduziram a participação relativa de ocupados segundo o tempo de permanência no emprego agropecuário no estado da Bahia.

Em relação à remuneração média dos ocupados, registrou-se forte concentração nas primeiras faixas de rendimento, além da redução relativa dos que auferiam rendimento nas melhores faixas de remuneração. Com isso, 84,22% no ano 2000 e 84,72% em 2010 recebiam rendimentos de até dois salários mínimos no setor, demonstrando a forte concentração de ocupados nas primeiras faixas.

Tais resultados mostram que, mesmo com a elevação absoluta na quantidade de postos de trabalho, em termos relativos a agropecuária vem perdendo espaço no *quantum* das ocupações formais no estado da Bahia, com a criação de empregos mais precários ao longo dos anos observados. O setor carece, portanto, de políticas de qualificação de mão de obra, seguidas de melhoria das condições de trabalho dos ocupados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. L. B.; PAULO, E. M. Qualidade das ocupações no mercado de trabalho rural no Ceará: evolução recente a partir dos dados da PNAD. In: COLÓQUIO SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO, 2., 2012, Fortaleza. [Anais...] Fortaleza: Premium, 2012.
- BALSADI, O. V. Evolução das ocupações e do emprego formal na agropecuária do Centro-Oeste brasileiro no período de 2001-05. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 39, n. 1, jan. 2009.
- BELIK, W. et al. O emprego rural nos anos 90. In: PRONI M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil dos anos 90*. São Paulo: UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia UNICAMP, 2003. p. 153-198.
- CARNEIRO, R. Relações de produção e emprego na agricultura do Nordeste. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 2, n. 1, 1982.
- FERREIRA, B. et al. Ocupações agrícolas e não agrícolas: trajetória e rendimentos no meio rural brasileiro. O Estado de Uma Nação, IPEA, 2006.
- SILVA, J. Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: SEMINÁRIO O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, Campinas, SP. [Anais...] Campinas, SP: Unicamp; IE, 02 out. 2001. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/rurbano.html>>. Acesso em: 21 out. 2001.
- KAGEYAMA, A. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. *Agric. São Paulo*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 71-84, 2004.
- NOVAES, J. R. P. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. In: *RURIS*, Campinas, SP, v. 3, n. 1, 2009.
- OLIVEIRA, F. C. R. Mercado de trabalho assalariado na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias, de 1992 a 2007. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48, 2010, Campo Grande, MS. *Anais...* Campo Grande, MS: UFMS, 2010.
- SANTOS, L. M. dos; MOREIRA, I. T. Condições do mercado de trabalho no setor de serviços no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, set. 2006.
- SEBRAE. Classificação de Tamanho de Estabelecimentos. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 20 out. 1999.
- SILVA FILHO, L. A.; SILVA, J. L. M. Evolução do emprego formal na agropecuária do Nordeste brasileiro: 1999-2009. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SILVA FILHO, L. A.; SILVA, J. L. M. D.; QUEIROZ, S. N. Avaliação empírica do emprego formal agropecuário na região Centro-Oeste no período de 2000 a 2008. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, RS, v. 6, n. 2, p. 01-22, 2010.

SILVA FILHO, L. A.; SOUSA, E. P.; Índice de qualidade do emprego formal no cultivo de café: comparativo entre as mesorregiões mineiras. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N. Recuperação econômica e emprego formal: avaliação para o Nordeste brasileiro entre 2000 e 2008. In: *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, RS, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2010.

TEXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas, MS, v. 2, n. 2, set. 2005.





A importância do semiárido para o futuro da produção de bioetanol na Bahia

Roberto Antônio Fortuna Carneiro*
Luis Polybio Brasil Teixeira**

Pela necessidade de se garantirem adequados estoques energéticos, aliados a uma redução dos Gases de Efeito Estufa (GEE), muitos países diversificaram suas matrizes energéticas, preferindo as fontes renováveis (ABRAMOVAY, 2009). E há muito se sabe que o etanol combustível, oriundo da cana-de-açúcar, é uma das melhores opções para substituir os combustíveis de origem fóssil (JANK; NAPO, 2009). Com efeito, exige-se um mundo mais sustentável, lastreado numa economia de baixo carbono (GORDINHO, 2010).

* Diretor de Planejamento Econômico da Superintendência de Planejamento Estratégico/Secretaria do Planejamento da Bahia, mestre em Administração pela UFBA, docente do quadro permanente do Mestrado Profissional em Bioenergia da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). roberto.carneiro@seplan.ba.gov.br

** Mestrando em Bioenergia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), especialista em Regulação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). lteixeira@anp.gov.br

Neste sentido, a Bahia não produz um volume de etanol combustível adequado às suas necessidades, chegando a importar mais de 80% do quantitativo que consome (BAHIA, 2011). Corrobora este quadro o fato de que a frota de veículos no estado, no período de 2007 a 2010, cresceu quase 38%, com viés de alta nos anos seguintes (BAHIA, 2012). Ressalte-se que, embora seja importador do produto, o estado da Bahia possui condições naturais e sistêmicas vantajosas para a produção desse biocombustível (BAHIA, 2008; MANZATTO, 2009; BAHIA, 2010).

O incremento da produção de etanol combustível no estado pode gerar muitos benefícios, como aumento na arrecadação de impostos, geração de emprego e renda, bem como a interiorização da atividade produtiva, fator este primordial para um desenvolvimento regionalmente mais equilibrado. Neste contexto, o presente trabalho visa apresentar proposições que, se bem implantadas, podem reverter a atual situação.

PERSPECTIVAS PARA O ETANOL COMBUSTÍVEL NO BRASIL E NA BAHIA

O Ministério das Minas e Energia (MME), ao realizar projeções da oferta interna de energia no Brasil para o ano de 2030, espera um crescimento de quase 155% comparativamente ao ano de 2005, enquanto que, para o mesmo período, o crescimento esperado para a cana-de-açúcar e derivados é de mais de 240%.

O incremento no uso do etanol combustível reduz o consumo de gasolina, aliviando pressões sobre a demanda e o refino de petróleo, gerando também menor impacto nas contas externas do governo federal

O incremento no uso do etanol combustível reduz o consumo de gasolina, aliviando pressões sobre a demanda e o refino de petróleo, gerando também menor impacto nas contas externas do governo federal. Assim, espera-se em 2030 que a cana e seus derivados passem a ser a segunda fonte de energia mais importante da matriz energética brasileira, com 18,5% de participação, inferior apenas à participação do petróleo e derivados (BRASIL, 2007).

A competitividade da cana-de-açúcar para fins energéticos (tanto como combustível veicular quanto para cogeração de energia) é a principal justificativa para a expansão da produção de etanol através deste insumo (BRASIL, 2007). Destaque-se, ainda, que parte da biomassa produzida deverá ser destinada à produção de mais etanol, utilizando-se o processo da hidrólise (BUCKERIDGE et al, 2010). Em decorrência do aumento da frota de veículos leves no país, do aumento da mistura de etanol anidro na gasolina para 25% em 2013 e da ampliação das exportações para os Estados Unidos, prevê-se uma forte pressão pela demanda de etanol, tanto anidro quanto hidratado.

Dentre as causas detectadas que dificultam a viabilidade da implantação de novas unidades produtivas de etanol no estado da Bahia está a outorga de recursos hídricos para se viabilizar a produção de cana-de-açúcar (BRASIL, 1997; BAHIA, 1997). Sabe-se que uma das áreas mais promissoras é o semiárido baiano, caracterizado como uma região de alta necessidade de irrigação para a produção de cana, com déficit hídrico superior a 430 mm por ano (PROJETO CANA PEDE ÁGUA, 2011). Sabe-se que, para o bom desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar, são necessários três itens básicos: solo, radiação solar e água. Quanto aos dois primeiros, a Bahia atende satisfatoriamente; no caso da água, principalmente na região do semiárido, é que se encontram dificuldades. Pelas experiências recentes, sabe-se que a cana irrigada proporciona alta produtividade, tornando-se possível o pagamento dos investimentos necessários para a viabilização da produção.

Nessa linha de entendimento é que foi lançado em novembro de 2012, pelo governo federal, o Programa Mais Irrigação, com previsão de investimentos de R\$ 10

No caso específico das atuais unidades produtoras no estado, ainda existe espaço para melhorar a eficiência com o uso das tecnologias de primeira geração, aumentando os níveis de produtividade

bilhões, inclusive com a produção de biocombustíveis por meio de parcerias público-privadas, visando à integração das políticas agrícolas com as relacionadas ao meio ambiente, bem como com as de uso dos recursos hídricos e de irrigação, com participação efetiva dos estados da Federação. Neste programa, a Bahia foi contemplada com R\$ 500 milhões de investimento público, até o ano 2014, em projetos como os de Salitre e Baixo de Irecê, previstos pelo Programa BahiaBio, que irão favorecer a produção de etanol nestas áreas. O BahiaBio é decorrente do Programa Nacional de Irrigação Pública para o Semiárido Brasileiro (Pisab), o qual tem o objetivo de estruturar projetos de irrigação pública na região do semiárido, com a implantação de perímetros irrigados para a produção de diferentes culturas.

No caso específico das atuais unidades produtoras no estado, ainda existe espaço para melhorar a eficiência com o uso das tecnologias de primeira geração, aumentando os níveis de produtividade. Há possibilidades de melhoria na fase agrícola por meio da seleção de melhores cepas da cana-de-açúcar, mais bem adaptadas ao solo baiano, além de outros ganhos nas outras etapas do processo, como aumento do açúcar recuperável, da extração do açúcar e de melhorias na fermentação (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2009). Além disso, a experiência bem-sucedida da empresa Agrovale, na região norte do estado da Bahia, com a utilização de cana-de-açúcar irrigada que alcançou índices recordes de produtividade (AMORIM et al, 2007), somente reforça a viabilidade de se desenvolverem projetos nessa direção.

No sentido de fomentar a implantação de projetos de irrigação, foi editada a Portaria nº 89, de 17 de fevereiro de 2012, pelo Ministério da Integração Nacional, que estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação submetido ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), o qual foi estabelecido pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, que concede a suspensão de PIS e Cofins no caso de venda ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura.

Partindo-se da experiência do estado da Bahia na indústria petroquímica, desde o final da década de 70, com o Polo Petroquímico de Camaçari, e tendo como premissa que o estado consiga aumentar a sua produção de etanol, abre-se um leque de oportunidades com a alcoolquímica, que terá como insumo matérias-primas renováveis, derivadas de açúcares, como o etanol (BASTOS, 2007; SZWARC, 2011; BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO, 2008), ou seja, abre a possibilidade de ser implantado no estado um polo alcoolquímico, desencadeando a promoção de novos negócios, com produtos de maior valor agregado.

Considere-se, ainda, a possibilidade de produção e de uso de outros produtos, como o diesel oriundo da cana-de-açúcar, já em testes – autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – em frota de ônibus nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como o etanol em veículos pesados, não havendo barreiras tecnológicas ao seu uso, sendo que a viabilidade econômica depende da comparação entre o preço do diesel e do etanol aditivado, assim como já ocorre hoje com a gasolina (MOREIRA; VELÁZQUEZ; MELO, 2010; BEN; PASSARINI, 2007). No entanto, considerando-se os ganhos à saúde pública e ao meio ambiente, entende-se que o setor de transporte coletivo poderia adotar o uso do etanol em substituição ao diesel (VELÁZQUEZ et al, 2010). Ainda neste sentido, pode-se explorar a utilização do etanol na aviação, tendo em vista já existir modelo produzido pela Embraer em escala comercial e certificado, como é o caso do Ipanema (FRANÇA, 2012).

Por todo o exposto, conclui-se que há muitas oportunidades para investidores no sentido do desenvolvimento da indústria de etanol combustível na Bahia. Entretanto, há também algumas dificuldades a serem enfrentadas.

Um dos entraves ao desenvolvimento desse setor no estado está na liberação das licenças ambientais, sendo que a principal reclamação do setor produtivo é a burocracia para o licenciamento da atividade, que leva tempo demasiadamente longo para ocorrer. Além disso, há uma necessidade de melhoria na logística de transportes, seja na condução da matéria-prima até a unidade produtora, seja no escoamento do produto, tendo em vista o modal rodoviário ser o mais utilizado.

Não menos importante é a articulação que deve existir entre governo estadual, universidades, centros de pesquisa e empresas, tendo-se em perspectiva a necessidade de aumento do volume de recursos disponíveis para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, bem como para a capacitação de mão de obra na atividade, tanto para a fase agrícola, com para biotecnólogos, engenheiros agrônomos e técnicos especializados no desenvolvimento/aprimoramento de cultivares e no cultivo da cana-de-açúcar, assim como para outros engenheiros, especialistas e técnicos necessários na área industrial.

Apesar de todas as oportunidades acima destacadas, da existência de um programa estadual específico para o desenvolvimento desta indústria (BahiaBio), de recursos naturais e de áreas aptas mapeadas, a produção de bioetanol na Bahia ainda não se desenvolveu. Um dos fatores é a disputa pelo uso da terra na região extremo sul, na qual compete a indústria de celulose e papel. Noutro sentido está a competição pelo uso da água em culturas alimentícias, como a fruticultura. Entretanto, apesar das adversidades, existem boas perspectivas para o desenvolvimento da indústria de etanol na Bahia, que podem ser ainda melhores caso algumas medidas sejam adotadas. Portanto, são feitas as propostas a seguir, necessárias ao seu desenvolvimento, levando-se em consideração o princípio do desenvolvimento sustentável, de forma a compatibilizar o uso de recursos naturais escassos para gerar desenvolvimento social e econômico, sem colocar em risco o seu uso pelas futuras gerações.

ETANOL COMBUSTÍVEL NA BAHIA: PROPOSTAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

Visando dar segurança jurídica aos agentes econômicos para a realização de novos empreendimentos no setor, recomenda-se a edição de uma Portaria, a ser expedida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no sentido de atualizar o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE Cana), de forma a incluir os perímetros irrigados do semi-árido brasileiro dentre as áreas aptas ao plantio de cana. Sabe-se que a exclusão de áreas aptas para plantio e produção de cana irrigada deu-se exclusivamente por questões metodológicas e não por afronta aos princípios e objetivos norteadores do ZAE Cana. Isto porque contemplou, exclusivamente, áreas sem necessidade de irrigação suplementar, também chamada de “sequeiro”, ou seja, considerou-se unicamente como indicador o índice pluviométrico para aferir a existência de recursos hídricos, vital para o plantio e a produção de cana. Além disso, a própria revisão metodológica foi prevista no mesmo diploma legal que implanta o zoneamento no Decreto Federal nº 6.961, em seu artigo 2º (BRASIL, 2009).

De grande importância, tendo em vista que as recomendações acima demandam mais atribuições ao órgão estadual responsável pela tutela do meio ambiente, e levando-se em consideração que este já se encontra bastante atribulado com as atividades em curso, faz-se

A exclusão de áreas aptas para plantio e produção de cana irrigada deu-se exclusivamente por questões metodológicas e não por afronta aos princípios e objetivos norteadores do ZAE Cana

Recomenda-se elevar o percentual de crédito fiscal de ICMS sobre as saídas de etanol combustível produzido no estado, estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 10.936 (BAHIA, 2008), de forma a se garantir competitividade do etanol baiano

urgente a necessidade de melhor aparelhamento da entidade responsável, tanto em recursos humanos quanto materiais, principalmente quanto ao uso de modernos recursos tecnológicos, visando dar mais celeridade à análise e à resposta das demandas.

Ainda quanto a um pacote de estímulos a serem concedidos ao setor, recomenda-se elevar o percentual de crédito fiscal de ICMS sobre as saídas de etanol combustível produzido no estado, estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 10.936 (BAHIA, 2008), de forma a se garantir competitividade do etanol baiano comparativamente aos maiores estados produtores do país, sendo concedido a novas e atuais unidades e escalonados, considerando-se a região de implantação da unidade, o nível de tecnologia adotada, o período de produção no ano e o mix de insumos, conforme especificado a seguir:

- unidade produtora de etanol com tecnologia de 1ª geração – outras regiões exceto semiárido – aumento de 10% sobre o percentual estipulado nos artigos 1º, 2º e 3º do referido decreto estadual;
- unidade produtora de etanol com tecnologia de 1ª geração – região do semiárido – aumento de 30% sobre o percentual estipulado nos artigos 1º, 2º e 3º do referido decreto estadual;
- unidade produtora de etanol com tecnologia de 1ª geração com produção em todos os meses do ano, utilizando mix de insumos (cana-de-açúcar,

milho, sorgo sacarino etc.) – planta flex – região do semiárido – aumento de 50% sobre o percentual estipulado nos artigos 1º, 2º e 3º do referido decreto estadual;

- unidade produtora de etanol com tecnologia mista de 1ª e 2ª geração com produção em todos os meses do ano, utilizando mix de insumos (cana-de-açúcar, milho, sorgo sacarino etc.) – planta flex – região do semiárido – aumento de 75% sobre o percentual estipulado nos artigos 1º, 2º e 3º do referido decreto estadual.

No entanto, para a obtenção desta redução da alíquota de ICMS, deve ser exigido da unidade produtora que invista, anualmente, o equivalente a 1% de todo o montante de ICMS recolhido no ano civil anterior, em pesquisas direcionadas, exclusivamente, para o desenvolvimento da produção de etanol combustível. Não se fazendo distinção quanto ao tipo de matéria-prima utilizada, devendo tais recursos serem geridos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Em caso de descumprimento desta condicionante, o agente econômico perderá o benefício de redução do ICMS. Deve ser exigido, também, como contrapartida pelo Governo do Estado da Bahia, para a concessão da redução do ICMS, investimentos da ordem de, no mínimo, R\$ 60 milhões para as novas unidades produtivas e de, no mínimo, R\$ 6 milhões para a expansão das atividades das unidades já existentes, considerando-se como região instalada da unidade o semiárido baiano. Para as outras regiões do estado, as contrapartidas exigidas serão de R\$ 80 milhões e R\$ 8 milhões, respectivamente.

Em virtude de boa parte do território baiano se concentrar na região do semiárido, recomenda-se a destinação de recursos para pesquisa de cepas de cana mais resistentes à falta de água, bem como a realização de pesquisas para uso de outras fontes, como a agave. Deve-se verificar a sua viabilidade de implantação na região, bem como a sua compatibilização às especificações de qualidade do biocombustível no Brasil. Tais recursos podem advir da Fapesb em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) do governo federal.

Não menos importante é a realização de investimentos em infraestrutura logística, fundamental para o escoamento

da produção, principalmente para exportação. Atenção especial deve ser dada às rodovias, portos e à Ferrovia Centro Atlântica (FCA)¹. Além disso, não é demais observar que o governo estadual deverá estimular a participação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) no desenvolvimento da indústria do etanol, principalmente na fase agrícola de produção, destacando parte de seu corpo técnico para se especializar nesta atividade e prestando assistência técnica ao setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, conclui-se que, se não forem adotadas medidas que visem dar condições para a implantação de novas unidades produtivas, bem como dar àquelas já existentes melhores condições de aumento de produção e produtividade, o estado da Bahia não alcançará sequer a autossuficiência na produção de etanol combustível. Pelo visto, necessita-se de um esforço de atuação conjunto, com importante participação da iniciativa privada, para se alcançar uma matriz energética baiana mais renovável, bem como o incremento na geração de emprego e renda, além da interiorização de uma atividade produtiva dinâmica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (Org.). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: Senac, 2009.
- AMORIM, F. A. M. de et al. Custos de irrigação na cana-de-açúcar: um estudo realizado com os diversos sistemas de irrigação em Juazeiro-BA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 14., João Pessoa, 2007. [*Trabalhos apresentados...*] João Pessoa, dez. 2007.
- BAHIA. Secretaria de Infraestrutura. *Balanço energético 2011: série 1994-2010*. Salvador: CODEN, 2011.
- BAHIA. Departamento Estadual de Trânsito. *Estatísticas gerais: licenciamento geral do estado*. Disponível em: <<http://www.detran.ba.gov.br/estatistica/index.php>>. Acesso em: 25 jul. 2012.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Planejamento estratégico para a agropecuária baiana: diretrizes gerais*. Salvador: SEAGRI, 2010.
- _____. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Programa Estadual de Bioenergia: BAHIABIO*. Salvador: SEAGRI, 2008.
- BAHIA. Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001. Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, revoga a Lei nº 7.024, de 23 de janeiro de 1997, que instituiu o Programa de Incentivo ao Comércio Exterior – PROCOMEX e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legisla-bahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2012.
- _____. Decreto nº 6.296, de 21 de março de 1997. Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos, infração e penalidades e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/legislacao-ambiental/decretos/decreto-n-6296>>. Acesso em: 8 ago. 2012.
- _____. Decreto nº 8.205, de 3 de abril de 2002. Aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, e constitui o seu Conselho Deliberativo. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2012.
- _____. Decreto nº 10.936, de 27 de fevereiro de 2008. Dispõe sobre o tratamento tributário nas operações com álcool etílico hidratado e anidro combustível e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2012.
- BASTOS, V. D. Etanol, álcoolquímica e biorrefinarias. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-38, mar. 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2501.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2012.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. *Bioetanol de cana-de-açúcar: energia para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: BNDES, 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007. Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/2007/lei11488.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- _____. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm>. Acesso em: 8 ago. 2012.

¹ Com a viabilização da produção de cana irrigada e etanol nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco, uma possibilidade seria o uso de diferentes modais de transporte, a exemplo da utilização do Rio São Francisco até o porto e Juazeiro e, daí, até a RMS por ferrovia.

BRASIL. Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009. Aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6961.htm>. Acesso em: 4 jan. 2013.

BRASIL. Portaria nº 89, de 17 de fevereiro de 2012. Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=b579303a-a18f-407b-bc88-1055ff99697d&groupId=10157>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Matriz Energética Nacional 2030*. Brasília: MME/EPE, 2007.

BUCKERIDGE, M. S. et al. As rotas para o etanol celulósico no Brasil. In: CORTEZ, L. A. B. (Coord.). *Bioetanol de cana-de-açúcar: P&D para produtividade e sustentabilidade*. São Paulo: Blucher, 2010. p. 365-380.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Estudo sobre as possibilidades e impactos da produção de grandes quantidades de etanol visando à substituição parcial de gasolina no mundo – Fase 2*. Relatório Final. Brasília: CGEE, 2009. 380 p.

FRANÇA, M. S. J. *Avião flex. Unespciência*, São Paulo, p. 12-17, jul. 2012.

GORDINHO, M. C. *Do álcool ao etanol: trajetória única*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

JANK, M. S; NAPPO, M. Etanol de cana-de-açúcar: uma solução energética global sob ataque. In: ABRAMOVAY, R. (Org.). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: Senac, 2009. p. 20-57

KOIKE, G. H. A.; BEN, A. J. D.; PASSARINI, L. C. *Utilização de etanol em motores de ciclo diesel*. In: Revista Minerva, [São Carlos, SP], v. 3, p. 141-149, 2007.

MANZATTO, C. V. et al (Org.). *Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009.

MOREIRA, J. R.; VELÁZQUEZ, S. M. S. G; MELO, E. H. Uso do etanol em motores ciclo diesel. In: CORTEZ, L. A. B. (Coord.). *Bioetanol de cana-de-açúcar: P&D para produtividade e sustentabilidade*. São Paulo: Blucher, 2010. p. 841-852.

PROJETO CANA PEDE ÁGUA. 2011. Disponível em: <http://canapedeagua.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=2>. Acesso em: 4 ago. 2012.

SZWARC, A. A alcoolquímica no cenário futuro da cana-de-açúcar. IN: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Relatório de qualidade ambiental 2011*, São Paulo: SMA/CPLA, 2011. p. 224-227.

VELÁZQUEZ, S. M. S. G. et al. O projeto BEST – Bioetanol para o Transporte Sustentável – e as políticas públicas de incentivo ao uso do etanol. *Revista Brasileira de Energia*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 79-94, 2010.



Ciclos e qualidade do crédito corporativo

Allan Santos da Paixão*

Rafael Augusto Fagundes Guimarães**

Organizado sob uma perspectiva teórica pós-keynesiana, este trabalho analisa a evolução do crédito corporativo observada no Brasil no período de 2004 a meados de 2008, assim como o seu processo de desaceleração. À luz da hipótese elaborada por Minsky, que defende a instabilidade “natural” do sistema financeiro e sua tendência de se fragilizar à medida que a economia se desenvolve, destaca-se, num primeiro momento, o comportamento dos bancos na fase dos ciclos de crédito, tanto na fase de expansão como na de desaceleração da atividade econômica. Por conseguinte, é apresentado o funcionamento do ciclo de crédito ocorrido no Brasil durante o período de 2003 a 2009, assim como o comportamento dos bancos nessas duas fases de ciclo de crédito. Procura-se apontar as razões que levaram à fase expressiva na concessão de crédito corporativo sem precedentes na história econômica recente, assim como os fatores que levaram ao chamado *boom*, e os riscos associados. Em seguida, comenta-se como se comportou o mercado de crédito na fase recessiva da economia, enfatizando as atitudes dos agentes financeiros diante desta situação. Ademais, na parte final, são indicadas as convergências da teoria elaborada por Minsky com o desenvolvimento do ciclo de crédito brasileiro deste período, dessa forma, buscando explicar o comportamento do crédito corporativo perante as modificações no ambiente econômico.

* Graduando em Ciências Econômicas. allansaints1@gmail.com

** Graduando em Ciências Econômicas pela UFBA e estagiário da SEI. rafaelguimaraes01@yahoo.com.br

FASE EXPANSIVA DO CRÉDITO

Os bancos, na fase expansionista do ciclo de crédito, assumem um papel central em sancionar as demandas por crédito das firmas, essencial para o crescimento de uma economia monetária. Os banqueiros respondem às visões otimistas sobre a viabilidade de estruturas de dívidas das firmas financiando as posições com um aumento em sua carteira de crédito. A lógica nessa fase é a preferência pela rentabilidade em prol de liquidez, elevação dos prazos, aumento no risco da carteira de crédito por incorporar ativos mais arriscados e aumento na alavancagem.

A característica desse período é a exposição das instituições financeiras a mais riscos, podendo esta ser observada no comportamento dos ativos e passivos detidos pelos bancos. A busca por maiores lucros em uma conjuntura expansionista induz os bancos a adotarem uma postura mais especulativa: o banqueiro procura obter maior rendimento, aceitando ativos de mais longo termo e/ou de mais alto risco e, ao mesmo tempo, diminuir a taxa paga nas suas obrigações ou não, oferecendo promessas de maior segurança e garantias especiais e encurtando o termo das obrigações.

Ao mesmo tempo, com vista a alavancar suas operações ativas, em particular a concessão de empréstimo, os bancos passam a se utilizar ativamente de técnicas de administração de passivo, de modo a não só alterar a composição de seu passivo numa direção que lhes for mais conveniente, como também a aumentar o volume de recursos captados do público. Isto é feito de duas formas: gerenciamento de reservas e introdução de inovações financeiras.

No primeiro caso, os bancos procuram induzir seus clientes a aplicarem seus recursos em obrigações que economizem reserva, por exemplo, através do manejo das taxas de juros dos depósitos a prazo e ainda de outras formas indiretas de estímulo a um redirecionamento no comportamento do público, por intermédio de publicidade, oferecimento de prêmios aos clientes etc., de modo a ter mais recursos disponíveis “livres” para emprestar.

Os banqueiros respondem às visões otimistas sobre a viabilidade de estruturas de dívidas das firmas financiando as posições com um aumento em sua carteira de crédito

No segundo caso, os bancos procuram, através do lançamento de novos produtos e serviços, ou de uma nova forma de oferecer um produto já existente – as chamadas inovações financeiras –, adotar uma política mais agressiva de captação de fundos, buscando atrair novos recursos, de modo a alavancar sua capacidade de atender a uma expansão na demanda por crédito. As inovações financeiras, em um período de boas perspectivas de negócios para os bancos, resultam não apenas das instituições procurando contornar as regulamentações e restrições das autoridades monetárias, mas também da busca de recursos de terceiros para o financiamento de suas operações ativas (ALVES; RODRIGUES, 2003, p. 6-7).

Portanto, as técnicas de administração de passivo e o lançamento de inovações financeiras assumem um papel crucial na estratégia bancária na fase ascendente do ciclo econômico, procurando reduzir a necessidade de reservas e aumentar o volume de recursos de terceiros captados, de maneira compatível com a alavancagem dos empréstimos.

FASE RECESSIVA DO CRÉDITO

Na fase expansionista, os bancos têm um papel central em sancionar as demandas por crédito das firmas; na fase descendente do ciclo, eles cumprem um papel de amplificar

Na fase expansionista, os bancos têm um papel central em sancionar as demandas por crédito das firmas; na fase descendente do ciclo, eles cumprem um papel de amplificar o quadro de crise que se instala

o quadro de crise que se instala, uma vez que as estratégias defensivas adotadas resultam num racionamento de crédito que acaba por inviabilizar a rolagem da dívida por parte das empresas não financeiras. Isto porque, quando uma crise ocorre, a incerteza é alta e as expectativas dos bancos quanto ao futuro tornam-se pessimistas. As instituições bancárias passam a expressar sua maior preferência pela liquidez, dirigindo suas aplicações para ativos menos lucrativos, porém mais líquido, o que faz declinar a oferta de crédito aos seus clientes. Deste modo, os bancos procurarão reduzir o prazo médio de seus ativos e adotar uma posição mais líquida, através da manutenção de reservas excedentes e/ou da compra de ativos de alta liquidez, como os papéis do governo, diminuindo, em contrapartida, a participação de adiantamentos no total do ativo, sobretudo os empréstimos de mais longo prazo. Por sua vez, a administração de passivo perde importância, ao mesmo tempo em que diminui o grau de alavancagem do banco, através de um aumento da participação relativa do patrimônio líquido no total do passivo, expressando a maior cautela dos bancos sob condições econômicas adversas.

Em particular, os bancos expressaram suas posturas mais conservadoras, procurando diminuir sua exposição aos riscos da atividade bancária, uma vez que seu estado de confiança sobre as perspectivas da economia e dos negócios se deteriora e os riscos percebidos aumentam. Por isso, procuram evitar, ao máximo, o descasamento de taxas e maturidades entre suas operações ativas e passivas, ao mesmo tempo em que se tornam mais cautelosos na concessão de crédito, inclusive solicitando maiores cauções (colaterais) neste tipo de operação.

Em outras palavras, como as expectativas quanto ao futuro se deterioram, os bancos tenderão a adotar posturas financeiras mais conservadoras ante um maior risco percebido, que se expressa no crescimento de sua preferência pela liquidez na composição de seu portfólio de aplicações. Ou seja, um banco ao privilegiar liquidez em detrimento de maior rentabilidade deverá caminhar na direção de ativos mais líquidos e de menor risco. Em suma, tendo em vista a sua preferência pela liquidez, os bancos poderão não acomodar passivamente a demanda por crédito, caso a comparação dos retornos esperados com os prêmios de liquidez de todos os ativos que podem ser comprados assim indicar. O preço pago pela economia é que, enquanto perdurar um quadro de expectativas pessimistas, as possibilidades de expansão desta se tornam limitadas pela restrição de financiamento (ALVES; RODRIGUES, 2003, p. 9-10).

A semelhança no comportamento é outro aspecto observado, uma vez que uma postura diferente dos demais poderia ser mal interpretada pelo mercado, por acionistas, etc., resultando em receio e desconfiança sobre a atitude determinado banco. Portanto, os bancos individualmente tendem a imitar o comportamento dos concorrentes, sob a ameaça de perder fatia de mercado.

Outra característica do sistema bancário é a avaliação realizada para a concessão de crédito. Esse procedimento influencia o estado de confiança nas previsões dos bancos diante da incerteza de retornos dos empréstimos concedidos. Assim, partindo-se de uma economia

O preço pago pela economia é que, enquanto perdurar um quadro de expectativas pessimistas, as possibilidades de expansão desta se tornam limitadas pela restrição de financiamento

recém-saída de uma crise, o estado de confiança nas expectativas futuras estaria impregnado de informações passadas a respeito de falências de firmas fortemente endividadas. Logo, a concessão de crédito nesta economia seria bastante dificultada para tomadores de crédito.

CICLO DE CRÉDITO DE 2003 A 2008

A partir de março de 2003, o Brasil experimenta uma fase de expansão de crédito bancário do setor privado antes nunca vista na história contemporânea brasileira. Este ciclo de crescimento quase ininterrupto fez a relação crédito/PIB saltar de 21,8% em março de 2003 para 41,1% em dezembro de 2008.

Os fatores que propiciaram esse cenário foram: melhora no ambiente macroeconômico, que induziu os bancos a redefinirem suas estratégias operacionais, priorizando a expansão do crédito às pessoas físicas; início da trajetória de elevação da massa de rendimentos; redução nas expectativas inflacionárias ante uma política monetária no governo Lula voltada para a redução da inflação, seguida de cortes na taxa básica de juros (26,5% a.a. em fevereiro de 2003, chegando a 16% a.a. em março de 2004); elevação na liquidez internacional, produzindo efeitos de valorização cambial durante todo o ciclo expansivo do crédito; e queda contínua do risco Brasil durante o período de 2003 até o segundo semestre de 2007.

As principais características desta fase ascendente do ciclo, do ponto de vista da distribuição setorial do crédito,

foram a absorção realizada pelo setor privado de praticamente a totalidade dos recursos ofertados pelo sistema financeiro e, no que se refere à origem dos recursos, a liderança do segmento de recursos livres na expansão dos empréstimos, a partir de fontes internas.

O período final da trajetória de subida da relação crédito/PIB, quando o movimento até se acelera, já ocorre em um ambiente marcado por uma deterioração (verificada e projetada) do ambiente macroeconômico, tanto no que se refere à inflação e à política monetária quanto nas suas dimensões externas (o ciclo de liquidez internacional em suas manifestações diretas e indiretas). O comportamento da taxa de câmbio tem efeitos decisivos sobre as expectativas de bancos e tomadores de crédito e, até setembro de 2008, observa-se uma aceleração na concessão de crédito corporativo que passa a possuir mais participação na absorção de crédito do que todas as outras modalidades de crédito.

Uma explicação para essa aceleração do crédito corporativo nesta reta final, ou seja, antes da inflexão causada pela crise financeira internacional, pode ser a introdução de inovações financeiras implementadas inicialmente pelos bancos estrangeiros, mas rapidamente mimetizadas pelos bancos nacionais, como os contratos vinculados a operações com derivativos de câmbio. Esses contratos, oferecidos a empresas exportadoras e não exportadoras de diferentes portes, construtoras e mesmo a bancos médios (que se deparavam com dificuldades de obtenção de recursos) garantiam uma redução do custo do crédito enquanto a trajetória do Real era de apreciação. Foi uma forma encontrada pelos bancos de fugirem das restrições à expansão do crédito corporativo em aceleração naquele momento que se encontrava mais custoso às empresas e aos bancos de menor porte, pela via tradicional por causa da elevação dos juros do CDB somado à elevação da Selic (que induziu a realocação dos portfólios dos investidores institucionais em prol dos títulos públicos vis-à-vis aos privados). A busca dos bancos naquele cenário era por rentabilidade e expansão sob pena de perder mercado para os concorrentes.

O crédito corporativo também foi afetado com a política monetária contracionista. A taxa de captação foi pressionada, ao lado do aumento das alíquotas do IOF e

A partir de março de 2003, o Brasil experimenta uma fase de expansão de crédito bancário do setor privado antes nunca vista na história contemporânea brasileira

da CSLL. Soma-se ainda o aumento da aversão aos riscos em âmbito global ao longo do primeiro semestre, elevando os *spreads* e a interrupção da trajetória de alongamento dos prazos. A busca por crédito bancário interno também foi estimulada pela retração de duas fontes alternativas e mais baratas de financiamento, que recuaram no primeiro semestre de 2008 como reflexo dos dois primeiros mecanismos de transmissão da crise internacional sobre a economia brasileira, quais sejam: 1) a perda de dinamismo do mercado primário de ações, devido à maior aversão aos riscos dos investidores estrangeiros (que absorveram a maior parte das emissões primárias em 2007); 2) a contração das linhas de crédito internacionais.

Como já comentado, o setor bancário privado nacional, movido pela concorrência, aplicou alguns instrumentos financeiros alternativos, introduzidos por bancos estrangeiros no Brasil, capazes de dar continuidade ao ciclo de expansão da demanda de crédito corporativo, ou seja, os contratos de financiamento às empresas vinculadas (nem sempre de forma explícita para o tomador) a operações com derivativos de câmbio, oferecidos a empresas exportadoras e não exportadoras, construtoras, e bancos de porte médio. Esse mecanismo de altíssimo risco contribuiu para fomentar a aceleração do crédito bancário às empresas nos oito primeiros meses de 2008 ao reduzir o seu custo num contexto de elevação da taxa de juros básica de 11,25% em março para 13,75% em setembro e de retração de fontes alternativas de financiamento, exercendo uma função típica das inovações financeiras.

O setor bancário privado nacional, movido pela concorrência, aplicou alguns instrumentos financeiros alternativos, introduzidos por bancos estrangeiros no Brasil

O vínculo com os derivativos garantia uma redução do custo do crédito, enquanto a trajetória do Real era de apreciação [...] os bancos acoplavam à operação de empréstimo a venda de uma opção de compra de dólares pela empresa

O vínculo com os derivativos garantia uma redução do custo do crédito, enquanto a trajetória do Real era de apreciação, mediante o seguinte mecanismo: os bancos acoplavam à operação de empréstimo a venda de uma opção de compra de dólares pela empresa que, assim, pagava ao banco um prêmio. Enquanto a cotação do Real ficasse abaixo do preço de exercício da opção (que dependia da cotação do Dólar à vista e foi fixada, na maioria dos casos, na faixa de R\$ 1,73 a R\$ 1,90), a empresa se beneficiava de uma redução do custo do empréstimo, que variava de 25% a 50% dos juros do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Esse desconto correspondia, exatamente, ao prêmio da opção (que não era exercida pelo banco). Se a taxa de câmbio ultrapassasse esse preço, a empresa passava a pagar a variação cambial a partir de uma cotação predeterminada. Já para as instituições bancárias, esses contratos forneciam um seguro contra a depreciação cambial avaliada como cada vez mais provável num contexto de deterioração da situação macroeconômica doméstica e de agravamento da crise financeira internacional.

Esses contratos foram feitos ante a subestimação dos riscos dessas operações por parte das empresas e dos bancos, devido ao longo período de apreciação do Real desde 2003, que, a despeito do agravamento da crise financeira internacional, persistiu até agosto de 2008, impulsionado pela elevação da classificação do risco de crédito soberano do Brasil para “grau de investimento”

pela agência internacional de classificação de risco de crédito Standard & Poors no dia 30 de abril (seguida pela agência Fitch no dia 29 de maio de 2008), o que provocou uma euforia nos mercados de ativos brasileiros, em particular pela não antecipação do movimento.

Este contexto levou várias empresas brasileiras, sobretudo exportadoras, a firmarem complexos contratos de derivativos de balcão, seja no mercado doméstico, seja no mercado internacional (onde são negociados os Non-Deliverable Forward – NDF), pelos quais assumiam uma posição vendida em Dólar, que realiza lucros com a apreciação do Real. Esses contratos proporcionavam às empresas não somente *hedge* de suas receitas em moedas estrangeiras, mas também elevados ganhos especulativos – enquanto a trajetória do Real era de apreciação (já que o valor do contrato superava essas receitas, na maioria dos casos) –, os quais, por sua vez, atuavam como amortecedores da perda de competitividade das exportações, associada a esta trajetória. Todavia, ao realizarem esses contratos, as empresas adicionavam pressões em prol da queda da taxa de câmbio do Real, revelando a contradição entre a motivação microeconômica (proteção e especulação) e o efeito macroeconômico dos derivativos financeiros (FREITAS; PRATES, 2010, p. 9).

Os contratos variavam de forma, mas sempre resultavam na seguinte assimetria: garantiam às empresas maiores lucros do que os contratos convencionais, desde que o Real continuasse valorizando-se; em contrapartida, se o Real se depreciasse (mais especificamente, se a sua cotação superasse o preço do exercício da opção de compra vendida pela empresa ou a taxa de câmbio a termo), as perdas duplicavam-se. Os bancos, por sua vez, incorriam somente em risco de crédito (isto é, de não pagamento pelas empresas das chamadas de margem em caso de prejuízo), já que realizavam operações espelho na BM&F (o mercado organizado de derivativos financeiros no Brasil) ou no mercado internacional, neutralizando o risco cambial.

A proliferação dos novos produtos de alto risco esteve intrinsecamente associada à dinâmica da concorrência bancária, bem como à combinação de preços-chave vigente na economia brasileira (câmbio apreciado e

juros elevados). Contudo, seu potencial instabilizador sobre o mercado de crédito doméstico se manifestara somente em setembro, quando o efeito-contágio da crise internacional resultou numa forte depreciação do Real. Assim, essas inovações financeiras, que influenciaram seja a fase ascendente do ciclo (caso das operações de crédito vinculadas aos contratos de derivativos), seja a fase descendente (caso dos contratos complexos de derivativos de balcão, como explicado mais à frente), também foram condicionadas pelo ambiente macroeconômico doméstico.

Como se pode observar, os bancos procuraram contornar as adversidades que poderiam travar a expansão do crédito corporativo através de inovações financeiras, os contratos de financiamento às empresas vinculadas a operações com derivativos de câmbio, mesmo com um cenário externo ruim; o que contava era o crescimento interno em forte expansão. Os bancos subestimaram os riscos com esses contratos. O risco de crédito que poderia com certeza surgir em face de uma depreciação cambial que arruinasse as empresas envolvidas em tais contratos derivativos. Aquela apreciação cambial ainda vigente, em que bancos e empresas possuíam expectativas de permanência daquele estado, era sustentado em grande parte pela diferença da taxa de juros doméstica muito elevada ainda em relação à externa. Aquele esquema, como se observa, já estava muito fragilizado,

A proliferação dos novos produtos de alto risco esteve intrinsecamente associada à dinâmica da concorrência bancária, bem como à combinação de preços-chave vigente na economia brasileira

embora os envolvidos naquelas transações não percebessem o risco cada vez maior de uma depreciação cambial: a estrutura financeira do país estava muito interligada aos mercados financeiros externos e qualquer rumor de piora no cenário internacional poderia impulsionar a fuga de uma avalanche de ativos estrangeiros para ativos mais seguros.

O potencial desestabilizador dessas estratégias de alto risco no mercado de crédito bancário brasileiro explicitou-se com o aprofundamento da crise financeira global a partir de setembro de 2008, quando esta tornou-se sistêmica (após a falência do Banco Lehman Brothers), espalhando-se para os países emergentes e provocando fortes depreciações de suas moedas, dentre as quais o Real. Nesse contexto, dois mecanismos de transmissão entraram em operação, resultando na inversão do ciclo de crédito a partir de outubro. Por um lado, a contração das atividades locais das filiais dos bancos estrangeiros. Por outro lado, os prejuízos das empresas nos contratos de derivativos cambiais causados pela depreciação do Real, que se revelou o principal canal de contágio da crise sobre este mercado (FREITAS; PRATES, 2010, p. 9).

Nessa fase recessiva, os bancos privados passaram a responder com excesso de prudência, preferindo a liquidez e reduzindo prazos para empréstimos. Instalou-se uma crise de confiança no último trimestre de 2008 gerada pelos prejuízos das empresas nos contratos de derivativos cambiais e os problemas de liquidez de algumas instituições associados ao descasamento de prazo das operações ativas e passivas. O clima de

incerteza em relação aos volumes e, principalmente, às instituições e empresas envolvidas nas operações de derivativos (várias das quais vinculadas a empréstimos bancários) resultou em uma virtual paralisação dos negócios no interbancário e na forte deterioração das condições de crédito às empresas e famílias no segmento de recursos livres.

CONCLUSÃO

A mudança do estado de confiança dos agentes econômicos durante o percorrer do processo foi observada durante o ciclo de crédito brasileiro ocorrido no período de 2003 a 2008. Na fase expansionista, os bancos adotaram uma perspectiva otimista, diante do cenário macroeconômico favorável, dando uma maior preferência à rentabilidade. Por conseguinte, há uma aceleração do período final de expansão, já em um contexto macroeconômico mais fragilizado, com a elevação da inflação e a retração da política monetária. Entretanto, como o Real ainda continuava em trajetória de apreciação, os bancos viram nos contratos vinculados a derivativos de câmbio uma forma de obter ganhos. Todavia, os riscos para estes contratos acabaram por ser subestimados por estas entidades, que não perceberam que existiam grandes chances de se ocorrer uma depreciação cambial (o que, de fato, aconteceu), dada a alta fragilidade do cenário internacional, em que qualquer indicador de piora levaria a uma fuga de capitais. Logo, no fim, as empresas ligadas a estes contratos acabaram sendo diretamente prejudicadas, contagiando o mercado financeiro com a crise e dando início ao processo de retração do ciclo de crédito.

Ao analisar este cenário, verificam-se algumas convergências com a hipótese da fragilidade econômica. O raciocínio de Minsky mostra que existe uma tendência a investir cada vez mais na economia, e que este investimento é cada vez mais financiado por empréstimos, aumentando a suscetibilidade às crises. Essa fragilidade, por sua vez, é consequência da subjetividade dos bancos e empresas sobre o nível aceitável de endividamento, aliado à condição endógena da oferta de moeda, que faz os bancos lucrarem através da concessão de financiamento (MOLLO, 1988).

Nessa fase recessiva, os bancos privados passaram a responder com excesso de prudência, preferindo a liquidez e reduzindo prazos para empréstimos

De acordo com Minsky (1986),

“a atividade bancária é um negócio dinâmico e inovativo de fazer lucros. Banqueiros procuram ativamente construir fortunas ajustando seus ativos e obrigações, o que significa, em suas linhas de negócios, tirar vantagem das oportunidades de lucro que lhes são oferecidas”.

Portanto, o ciclo de crédito e a qualidade do crédito corporativo podem ser, em parte, explicados, pela teoria da fragilidade econômica, pois os bancos, incentivados pelo lucro eminente na fase expansiva, criaram novos instrumentos de empréstimos e financiamentos, ajustando seus balanços patrimoniais. Entretanto, a incapacidade dos agentes financeiros e não financeiros de perceber o risco iminente do frágil cenário macroeconômico serviu como grande catalisador para a eclosão da crise, levando ao período de recessão, no qual se predomina a preferência pela liquidez.

REFERÊNCIAS

ALVES, Antonio José Júnior; RODRIGUES, Luiz Fernando de Paula. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, mar. 2003.

FREITAS, Maria Cristina Perido de; PRATES, Daniela Magalhães. *Crédito bancário corporativo no Brasil: evolução recente e perspectivas*. 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2010/58.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

GREENWOOD, Robin; HANSON, Samuel G. *Issuer quality and the credit cycle*. National Bureau of Economic Research, 1050 Massachusetts Avenue, Cambridge, MA 02138, July, 2011.

MINSKY, Hyman P. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Instabilidade do capitalismo, incerteza e papel das autoridades monetárias: uma leitura de Minsky. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./mar. 1988.

ANEXOS

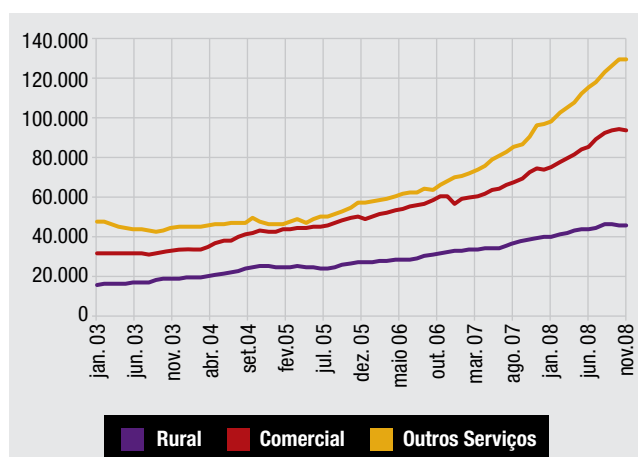


Gráfico 1
Operações de crédito do sistema financeiro privado aos setores comercial, rural e outros setores

Fonte: Série temporais do BCB.

Camaçari: um estudo sobre os planos diretores da década de 1970

José Gileá de Souza*

Camaçari, nas últimas quatro décadas, passou por agudas transformações socioeconômicas. Cresceu a taxas elevadas, modernizou-se, industrializou-se e diversificou a sua estrutura produtiva.

Nesse período, um dos principais eventos determinantes do processo de modificação do espaço sociourbano foi a implantação – na década de 1970 – de um complexo petroquímico em seu território. A implantação desse complexo tinha a finalidade de constituir um polo de desenvolvimento na região e diminuir o desequilíbrio econômico existente entre a Bahia e outros estados brasileiros.

* Administrador, coordenador do curso superior de Tecnologia em Logística da Unifacs, especialista em Marketing, mestre em Análise Regional e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU). josegilea@hotmail.com





O município de Camaçari, inicialmente uma região agrária pouco desenvolvida como muitas regiões do Nordeste do Brasil, tem como marco referencial de sua diferenciação socioeconômica e modificação urbana a implantação do complexo petroquímico.

Na década de 1970, iniciou-se a fase de estruturação industrial desse espaço que teve como principais efeitos o crescimento econômico e urbano de Camaçari. O Produto Interno Bruto (PIB) do município, que era relativamente insignificante no início desse período, cresceu a ponto de, em 2003, ultrapassar o PIB gerado em Salvador, capital do estado. A população, devido ao crescimento vegetativo e à forte corrente migratória atraída pelo sonhado emprego nas indústrias, passou de 21.849 habitantes em 1960, para 242.970 habitantes em 2010 (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar os planos diretores implantados na década de 1970, planos estes que tiveram por finalidade adequar o espaço às necessidades do capital industrial e à visão de desenvolvimento preconizada pelo planejamento estatal vigente à época.

A pesquisa realizada foi de caráter descritivo e a coleta de informações foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas, documental e de campo.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está dividido em mais quatro seções, além desta introdução.

disponibilidade de água e a análise de custos comparativos de investimento e funcionamento, que apontou Camaçari como local comparativamente melhor.

Segundo o plano diretor, a seleção da área para a localização do Copec atentou, dentre outros, para os seguintes aspectos (BAHIA, 1974):

- Proximidade da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), principal fornecedora de nafta para a central de matérias-primas; Proximidade de terminais marítimos representados, basicamente, pelo Porto de Aratu e o Terminal Madre de Deus (Temadre), plenamente equipado para manuseio do petróleo e seus derivados;
- Proximidade de Salvador, capital do estado, principal centro urbano da Bahia, com possibilidade de suprir o complexo com serviços terciários diversos e mão de obra. Adicionalmente, considerou-se também a proximidade do Porto de Salvador, único em funcionamento no Recôncavo Baiano com capacidade de movimentar cargas gerais;
- Proximidade dos núcleos urbanos de Camaçari e Dias D'Ávila;
- Qualidade do terreno sob os pontos de vista de condições topográficas e geológico-geotécnicas;
- Possibilidade de utilização de área e condições de integração do complexo;
- Existência, no local, de indústrias do setor que espontaneamente para aí se dirigiram.

O estudo feito pela Copene definiu o zoneamento do complexo básico; o sistema viário interno; o fornecimento de energia elétrica; as tubovias; a drenagem; a localização das centrais – de matéria-prima, de utilidade, de manutenção e de serviços – e das empresas a serem instaladas.

Assim, após serem definidas as diretrizes do complexo básico a ser instalado é que foi desenvolvido o plano diretor do Copec, que também estabeleceu diretrizes para a cidade de Camaçari e seu principal distrito à época, Dias D'Ávila.

O objetivo principal do plano diretor do Copec era:

[...] assegurar melhores condições de produção às atividades industriais que se instalarão no território considerado, notadamente às do ramo petroquímico.

Após serem definidas as diretrizes do complexo básico a ser instalado é que foi desenvolvido o plano diretor do Copec

Por conseguinte, formulam-se as diretrizes para a organização do espaço onde se implantará o Complexo Petroquímico e definem-se a infraestrutura e os serviços requeridos para o seu eficiente funcionamento. Procura-se, assim, garantir-lhe satisfatórias condições de competitividade com as indústrias similares, instaladas em outras áreas do país e, mesmo, no exterior (BAHIA, 1974, p. 60).

Sendo que, secundariamente, o plano diretor tinha os seguintes objetivos (BAHIA, 1974):

- criar situações favoráveis à integração do Complexo Petroquímico na economia baiana e na RMS, numa perspectiva que lhe permita a obtenção do máximo benefício econômico e social possível. Por isso procura o melhor aproveitamento das economias de escala e de aglomeração já acumuladas ou em emergência, na região, e prevenir estrangulamentos no suprimento de serviços básicos que serão requeridos;
- orientar o desenvolvimento urbano de Camaçari e Dias D'Ávila mediante intervenção racional do poder público;
- garantir a proteção do ambiente e a preservação da qualidade da vida na área do Copec, para o que propõe as medidas adequadas;
- promover os meios para que a infraestrutura e os serviços necessários à implantação e à operação do complexo básico estejam efetivamente disponíveis até 1976.

A priori, o objetivo do plano diretor do Copec, elaborado pelo governo do estado através da Secretaria de Minas e Energia, era suprir as condições mínimas necessárias

A priori, o objetivo do plano diretor do Copec, elaborado pelo governo do estado através da Secretaria de Minas e Energia, era suprir as condições mínimas necessárias à geração de economias externas que assegurassem a competitividade das indústrias que então se instalavam

à geração de economias externas que assegurassem a competitividade das indústrias que então se instalavam.

O plano diretor do Copec previu a elaboração de planos para Camaçari e Dias D'Ávila:

O desenvolvimento do plano diretor, em sua fase de implantação, prevê a elaboração do presente plano piloto de Camaçari que, junto ao plano piloto de Dias D'Ávila, compõe o programa de remanejamento físico-territorial dos dois núcleos urbanos onde se deverão instalar os maiores contingentes populacionais tributários do Pólo Petroquímico (BAHIA, 1975, p. 7).

Secundariamente, o plano tinha a intenção de reestruturar o espaço metropolitano, ao colocar sob controle o uso do solo na sua área de influência direta, e de também oferecer diretrizes destinadas à orientação do crescimento dos centros urbanos, dotando-os dos serviços habitacionais e comunitários requeridos pela expansão futura.

O PLANO PILOTO DE CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA

O plano piloto de Camaçari e Dias D'Ávila foi elaborado em 1975 pelo Copec em convênio com a Prefeitura

Municipal de Camaçari (PMC), sendo parte integrante do planejamento global destinado ao desenvolvimento da área onde se instalou o Copec, constituindo-se, pois, num detalhamento do plano diretor deste.

Os dois núcleos urbanos, segundo o plano piloto (BAHIA, 1975), estavam destinados a prestar o apoio urbano necessário à eficiência operacional do complexo, devendo, para isso, desenvolver-se em harmonia com a implantação deste.

Segundo o plano, o maior ou menor crescimento dessas localidades variaria em função de fatores externos, dentre os quais, acreditava-se, teriam muita influência os seguintes itens (BAHIA, 1975):

- número de empresas transformadoras de produtos petroquímicos e outras com ligações com essa indústria a se instalarem no Copec;
- possibilidade de viabilização de esquemas financeiros capazes de garantir à PMC a massa de recursos necessária ao provimento da infraestrutura e dos serviços, em nível compatível com a demanda temporal;
- grau de agressividade das empresas públicas e privadas envolvidas com a oferta de habitações e serviços urbanos e comunitários no local;
- existência de sistema metropolitano de transporte de massa.

As diretrizes estabelecidas pelo plano para a cidade de Camaçari tiveram como parâmetro de planejamento o

As diretrizes estabelecidas pelo plano para a cidade de Camaçari tiveram como parâmetro de planejamento o limite de 150 mil habitantes, num horizonte futuro entre 15 e 20 anos

limite de 150 mil habitantes, num horizonte futuro entre 15 e 20 anos. Admitindo uma densidade bruta ideal de 150 habitantes por hectare, delimitou-se, então, uma superfície de mil hectares, onde se organizaria a malha urbana da cidade em expansão.

A enorme desproporção entre a população atual de Camaçari – 13 mil habitantes na sede – e os pelo menos 80 mil previstos para 1980, as grandes inversões programadas pelo governo de estado para a infraestrutura urbana, o caráter estranho à área de decisão municipal do processo abrangente em que a cidade logo será envolvida, conferem ao plano piloto de Camaçari características de um projeto para uma cidade nova, mais do que o de um plano para o desenvolvimento de uma cidade existente em crescimento vegetativo (BAHIA, 1975, p. 8).

A expansão da “cidade nova” em contraposição à “antiga cidade” de Camaçari teria duas barreiras criadas artificialmente, que limitaria e orientaria o seu crescimento, o que pode ser visto claramente na planta do plano piloto (Figura 2).

A primeira delas, no sentido norte-sul e situada a oeste, é a faixa de servidão das linhas de transmissão da Chesf que tem trechos de 700 e 500 metros de largura nas vizinhanças da cidade, cobrindo mais de duas centenas de habitações de baixo nível. [...] A segunda barreira, na direção leste-oeste e situada ao norte da cidade, foi determinada pelo plano diretor do Copec e consiste na faixa ecológica que será implantada envolvendo a zona industrial e que no trecho considerado terá uma largura média de 700 metros. Também no interior desta faixa existem algumas dezenas de casas cuja transferência deverá ser providenciada prioritariamente (BAHIA, 1975, p. 10).

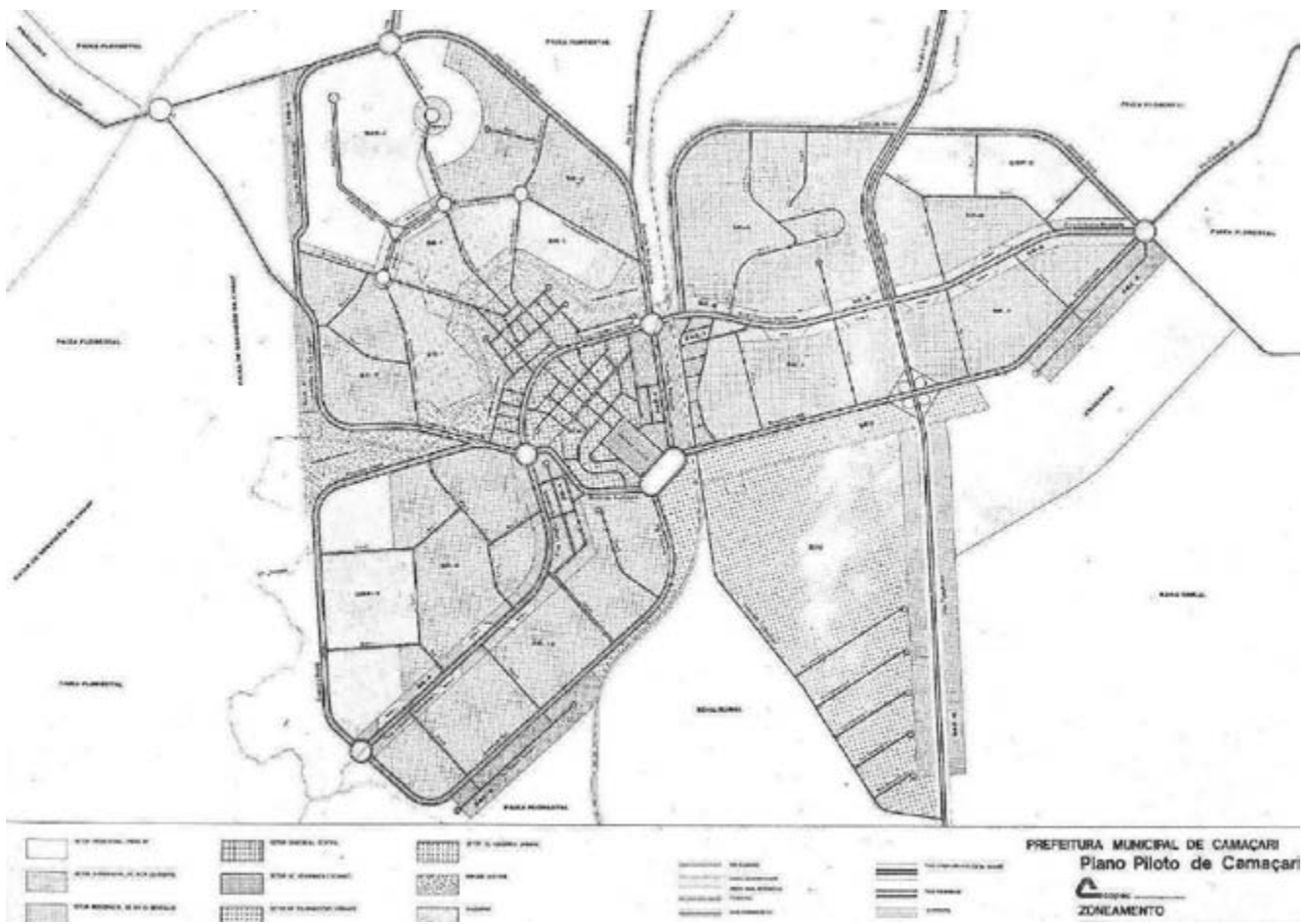


Figura 2
Plano piloto de Camaçari

Fonte: Bahia (1975, p. 13).

Conforme Lorenzo (2005), as habitações que se encontravam dentro da faixa de servidão e da faixa ecológica foram remanejadas para áreas do Programa Habitacional Orientado de Camaçari (PHOC). Este remanejamento já estava definido desde os estudos preliminares do plano diretor do Copec.

Nesta época, o planejamento habitacional se limitava à desapropriação de áreas pela prefeitura, que providenciava a abertura de ruas, a demarcação dos lotes e dos locais reservados à implantação dos equipamentos urbanos. Para lá eram transferidas as famílias, 'era uma invasão organizada'; com o passar do tempo, a prefeitura passou a providenciar os equipamentos necessários, como meio-fio, luz, asfalto, escolas. Hoje são bairros bem definidos (LORENZO, 2005).

O plano propôs a reserva de uma área de aproximadamente 160 ha, onde seria instalado o campus de ensino universitário, que deveria atender à demanda da população da região e suprir as necessidades do Copec, quanto à formação e ao treinamento de mão de obra especializada. Entretanto, um pequeno campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) só veio a ser implantado no final da década de 1990. Além dessa área, destinou-se também uma área para o parque central da cidade, para onde foi definida a construção de equipamentos socioculturais e administrativos. Concomitante ao plano piloto foi gestado o primeiro Plano Municipal de Desenvolvimento (PMD).

OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (I PMD E II PMD)

Em janeiro de 1975, foi publicado o primeiro PMD, elaborado pela PMC, sendo sinalizado como o primeiro esforço de planejamento feito localmente. Tinha por objetivo realizar uma ação integrada com as diretrizes traçadas pelos governos federal e estadual em seus planos de desenvolvimento para a implantação do polo petroquímico e foi encarado pelos planejadores municipais como extensão e prolongamento do plano diretor do Copec.

O propósito imediato deste documento é traçar a linha programática do governo municipal para os próximos

Observa-se nesse plano a tentativa de consolidar, no nível municipal, o plano diretor do Copec que demandava para seu funcionamento a implantação da infraestrutura urbana e de equipamentos sociais necessários à interação com o complexo industrial que ali se instalava

cinco anos, além de proporcionar uma visão daquilo que se pretende realizar, facilitando a participação de outras entidades ou agências que venham a trabalhar junto à prefeitura na estruturação de um organismo urbano-social capaz de responder aos desafios representados pela implantação do polo petroquímico do Nordeste e pela metropolização incipiente (CAMAÇARI, 1975, p. 4).

Observa-se nesse plano a tentativa de consolidar, no nível municipal, o plano diretor do Copec que demandava para seu funcionamento a implantação da infraestrutura urbana e de equipamentos sociais necessários à interação com o complexo industrial que ali se instalava.

Segundo a perspectiva do engenheiro Humberto Ellery¹, prefeito à época, a prefeitura estava consciente das suas responsabilidades no setor social:

Com efeito, a leitura compreensiva dos programas e projetos contidos neste documento evidenciará uma política orientada não apenas para a minimização dos choques trazidos pela implantação industrial maciça, mas para uma verdadeira promoção e engajamento do homem no processo de produção e de desenvolvimento, como condição preliminar de sobrevivência e alicerce de suas aspirações mais nobres (CAMAÇARI, 1975, p. 5).

¹ No período que foi elaborado o PMD, Camaçari era área de segurança nacional e o prefeito era nomeado pelo governo federal.

No entanto, no PMD (CAMAÇARI, 1975, p. 7), nota-se a preponderância do planejamento de elementos físicos, sendo considerados na sua elaboração os seguintes itens:

- o atendimento às diretrizes do plano diretor da área do complexo petroquímico;
- o provimento de infraestrutura física e social necessária ao preparo dos centros urbanos, tendo em vista capacitá-los a receber os fluxos migratórios que iriam construir e operar as indústrias que constituem o polo;
- a divisão dos projetos em etapas de execução, visando minimizar os investimentos iniciais sem prejuízo da solução global integrada;
- o desenvolvimento futuro do município sem distorções, estabelecendo-se reservas de espaços com o disciplinamento dos usos do solo em todo o território municipal.

O objetivo do PMD, conforme os seus idealizadores, era inserir na comunidade padrões de desenvolvimento, tendo como referência a política de desenvolvimento estadual e nacional vigentes à época, ou seja, através de medidas que contribuíssem para a integração e a redução dos desníveis existentes, tendo como objetivos específicos para o quinquênio de vigência os seguintes itens (CAMAÇARI, 1975):

- apoiar a promoção de uma base econômica durável em decorrência da implantação do polo petroquímico;
- organizar e aparelhar a estrutura administrativa municipal;
- construir ou adaptar os equipamentos urbanos necessários para o contingente populacional previsto em cada etapa;
- atender à demanda dos bens e serviços necessários à população;
- integrar a população migrante e/ou marginal urbana atraída pela polarização da atividade econômica;
- apoiar o treinamento de recursos humanos e a promoção da mão de obra;
- promover as atividades de cultura, esporte e lazer.

O PMD denota que os planejadores acreditavam que os investimentos previstos para a implantação do

complexo gerariam não só uma considerável oferta adicional de empregos e demanda de serviços, mas também novas oportunidades de investimentos, que deveriam impulsionar mais que proporcionalmente o setor de serviços, aumentando assim o emprego e a renda urbana.

A criação de empregos diretos no complexo básico e nas indústrias de transformação motivará, por sua vez, a oferta de empregos indiretos em atividades comerciais e de serviços em geral. O conjunto das novas atividades exercerá efeitos multiplicadores nos serviços técnicos, comerciais e financeiros, que se beneficiarão com o acréscimo das transações e dos fluxos de capital originados pelas operações do polo, trazendo, por conseguinte, a total transformação estrutural de Camaçari (CAMAÇARI, 1975, p. 13).

Conforme o PMD, o Copec, por ser um ramo industrial de grande dinamismo e capacidade de absorção e disseminação de tecnologias sofisticadas, poderia constituir-se na atividade motriz indispensável ao processo de crescimento da economia baiana e nordestina: “[...] tornar-se-á a Bahia um novo centro industrial do país, que participará não apenas reflexamente, mas também com dinamismo próprio, da estrutura produtiva nacional básica” (CAMAÇARI, 1975, p. 9). Entretanto, tinham clara a necessidade da endogeneização do processo de crescimento que estava ocorrendo:

O PMD denota que os planejadores acreditavam que os investimentos previstos para a implantação do complexo gerariam não só uma considerável oferta adicional de empregos e demanda de serviços, mas também novas oportunidades de investimentos

É claro que, para transformar um crescimento ainda impulsionado de fora para dentro em desenvolvimento real e endógeno, se requerem capacidade de iniciativa e rápido aumento da eficiência dos agentes econômicos (CAMAÇARI, 1975, p. 9).

O plano apresenta, nos aspectos econômicos, a importância relativa dos três setores da economia no município (CAMAÇARI, 1975):

- o setor primário desempenhando um papel menos importante, com um histórico de geração de emprego e renda decrescente, devido às condições edafoclimáticas limitantes. A produção agrícola sendo representada pelas culturas de coco, banana, laranja e tomate. A atividade pecuária é citada como inexpressiva;
- o setor secundário é ressaltado, em relação aos outros setores, como de destacada importância na economia local, sendo responsável pela maior parcela de geração de emprego e renda e contribuindo com substancial oferta de empregos;
- o setor terciário, por situar-se a pequena distância de Salvador, recebe o impacto polarizante da capital, com a qual mantém uma relação de grande dependência.

O PMD de 1975, sendo o primeiro plano de desenvolvimento feito por Camaçari, teve por desafio traçar as diretrizes para a construção e a adaptação da infraestrutura urbana necessária para atender ao grande adensamento populacional previsto, pois Camaçari não tinha estrutura urbana suficiente, e uma das prioridades traçadas pelo PMD era a reestruturação urbana da sede do município.

A área de atuação do I PMD, quase que se restringe a planejar a cidade de Camaçari e o núcleo urbano do distrito de Dias D'Ávila, fazendo poucas referências aos outros distritos do município, sendo duas dessas referências o arruamento de Barra do Pojuca e de Arembepe.

Ao final do ano de 1979, findo o período de vigência ao qual se propôs o I PMD (CAMAÇARI, 1975), foi publicado o II PMD, configurando-se este como um processo

O PMD de 1975, sendo o primeiro plano de desenvolvimento feito por Camaçari, teve por desafio traçar as diretrizes para a construção e a adaptação da infraestrutura urbana necessária para atender ao grande adensamento populacional previsto

de continuidade e revisão do planejamento municipal iniciado com o I PMD. Segundo o planejador municipal, o II PMD nasce da:

[...] necessidade da estabilização do universo social onde se inscreve o complexo urbano-industrial do Polo Petroquímico de Camaçari; da necessidade de se estabelecer uma espécie de equilíbrio de escala entre o pesado e sofisticado investimento industrial, o seu equipamento de alta densidade tecnológica e o simples habitante da região (CAMAÇARI, 1979, p. 2).

Com o Copec instalado e em funcionamento, o montante de investimentos realizados nos empreendimentos industriais que se implantaram no município produziu uma série de modificações estruturais, socioeconômicas e culturais, rompendo de vez com o processo histórico evolutivo do município, visto no início deste artigo.

Nesse momento, o município de Camaçari era a maior concentração industrial da Bahia, o que levou a uma profunda redefinição da sua economia. O impacto da industrialização e os seus efeitos determinaram uma nova circunstância socioeconômica. Camaçari, já profundamente transformada pelo impacto do Copec, teve sua população, como já visto, consideravelmente aumentada até 1980 e modificada, profunda e bruscamente, em suas características e funções.

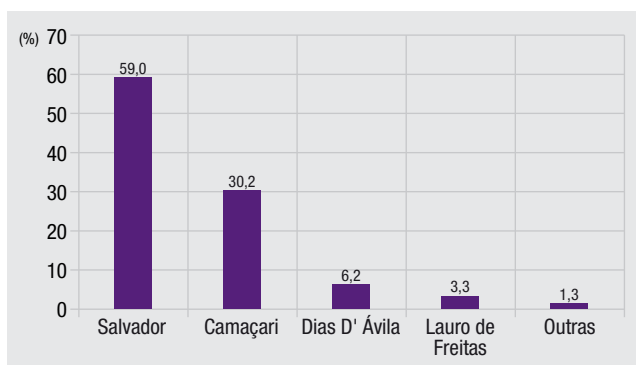


Figura 3
Local de residência dos trabalhadores do Copec – 2002

Fonte: P&A (2002 apud CAMAÇARI, 2005, p. 21).

Segundo Spinola (2003), a ideia ligada às estimativas de crescimento populacional e, por conseguinte, subjacente à própria concepção da reorganização urbana a ser promovida, era a de que os trabalhadores atraídos pelo complexo industrial e pelas atividades ligadas a este fixariam moradia em Camaçari. O que, na prática, não aconteceu, pois a maioria dos trabalhadores preferiu se instalar em Salvador (Figura 3).

O PMD já ressaltava que a proximidade de Camaçari com Salvador, ao lado da incipiente e insuficiente estrutura urbana – diagnosticada nos planos anteriores, mas não

solucionada –, levaria grande parte dos trabalhadores qualificados e com renda alta a residir em Salvador.

A fixação dos trabalhadores mais qualificados fora dos limites do município manifestou-se negativamente para o seu desenvolvimento, uma vez que não ocorreu uma massa crítica populacional e com rendas que pudessem dinamizar a estrutura urbana, principalmente em relação ao setor de serviços e comércio.

Na realidade, o principal objetivo do II PMD em relação à estrutura urbana de Camaçari era:

[...] criar as condições urbanas necessárias para atração de novas atividades econômicas e apoio às existentes, de modo a se constituir em fator de desenvolvimento do município, ocupando os espaços próprios de atuação da PMC e articulando com outras esferas de governo no sentido de criar os serviços essenciais à transformação urbana necessária [...] (CAMAÇARI, 1979, p. 54).

Para alcançar este objetivo, o II PMD propôs as seguintes estratégias (CAMAÇARI, 1979, p. 56):

- estratégia espacial de concentração populacional em Camaçari e Dias D'Ávila – através de uma maior e mais diversificada oferta habitacional e tratamento paisagístico e ambiental desses núcleos: praças, jardins, parques, áreas de esportes e de lazer, controle da poluição;
- estratégia espacial de fixação de populações nas vilas e povoados – considerando-se que a economia municipal não se limita ao polo petroquímico e à expansão das indústrias de transformação, mas abrange o turismo e a expansão metropolitana ao longo da extensa orla marítima, o adensamento das vilas e povoados é necessário para formação de massa crítica mínima, capaz de oferecer serviços à população sazonal e ao turismo e à nova configuração residencial que se esboça, bem como aliviar as pressões sobre Camaçari e Dias D'Ávila de grupos populacionais não relacionados com a economia industrial, fato que ampliaria os contingentes desempregados ou subempregados nestes núcleos;
- estratégia de organização socioeconômico-espacial das comunidades do município – visando desenvolver

A fixação dos trabalhadores mais qualificados fora dos limites do município manifestou-se negativamente para o seu desenvolvimento, uma vez que não ocorreu uma massa crítica populacional e com rendas que pudessem dinamizar a estrutura urbana, principalmente em relação ao setor de serviços e comércio

as funções que cada uma delas desempenha e suas vocações, assim como o atendimento básico a toda população, especialmente no que se refere à comunicação e aos transportes, integrando eficientemente todas as atividades distribuídas no espaço do município;

- estratégia de desenvolvimento de atividades urbano-produtivas – para a dinamização de Camaçari, a exemplo da organização do uso do solo, o zoneamento de atividades, criando áreas específicas para o desenvolvimento industrial urbano, comércio atacadista, comércio varejista, parque hoteleiro e outras atividades localizadas imprescindíveis ao desenvolvimento do município;
- estratégia de comunicação, transporte e integração viária do município – objetivando a interligação de todas as comunidades, de modo sistemático, para permitir a complementaridade de atividades e funções: trabalho, abastecimento, acesso aos serviços de maior complexidade e integração social, necessários ao processo de desenvolvimento.

O II PMD denota uma inclinação de incentivo ao crescimento da atividade turística, que deveria abranger a orla de Camaçari, o Copec e a estância hidromineral de Dias D'Ávila, com o objetivo de instalar uma rede de comércio, serviços e hotelaria, atraída por meio de políticas de incentivos e apoio institucional, ressaltando que, para essas atividades tornarem-se viáveis, seria necessário o apoio dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os planos de natureza econômica, social e territorial devem ser feitos considerando-se as suas interdependências, como também é inevitável a inter-relação entre planos nacionais, regionais e locais.

No período compreendido entre 1964 e 1986, o país esteve sob um regime militar autoritário, durante o qual a autonomia dos estados e dos municípios era mantida de forma simbólica. Em decorrência da vigência desse estado de exceção, o município de Camaçari tornou-se, em 22 de julho de 1972, por meio do Decreto-lei nº 1.225, área de segurança nacional, passando o prefeito a ser nomeado pelo presidente da República.

O planejamento da industrialização do Nordeste nas décadas de 1960 e 1970, em pleno período militar, constituiu-se uma tentativa de diminuir as desigualdades regionais do país e implicou num conjunto de mudanças que afetaram, de modo geral, a região, principalmente Camaçari, palco de intensas transformações socioeconômicas no período.

No Brasil, os planos nacionais de desenvolvimento econômico tinham como um dos seus objetivos diminuir as diferenças entre as regiões, mas este objetivo nem sempre foi atingido.

As estratégias de ocupação do espaço eram realizadas através do planejamento centralizado, que reforçava o papel da urbanização como base para a industrialização.

A Bahia, nessa tentativa do planejamento centralizado federal de diminuir as desigualdades regionais através da industrialização e da instalação de indústrias – motrizes –, conquistou um complexo petroquímico, com Camaçari sendo o município escolhido para sediá-lo, independentemente de ter vocação industrial ou não.

Sendo os prefeitos de Camaçari desse período nomeados pelo governo federal e estranhos à comunidade, estavam mais preocupados em apoiar as transformações necessárias ao funcionamento das indústrias que se implantavam do que em iniciar um processo de endogeneização do crescimento econômico que se preconizava.

Observa-se, no entanto, que os órgãos municipais que deveriam ter assumido a responsabilidade de apoiar as transformações e conduzir o processo de endogeneização do desenvolvimento, no sentido de incorporar o crescimento econômico e produzir melhorias na qualidade de vida da comunidade, foram muitas vezes a reboque do planejamento exógeno perpetrado pelos governos federal e estadual e pelas indústrias que se instalaram no início e continuaram a se instalar.

Planejar um território é, sem dúvida, projetar o futuro, e deve basear-se em proposições concretas, geradas em acordo com a comunidade, sem as quais qualquer tentativa de planejamento pode gerar modelos distantes dos objetivos traçados e com pouca ou nenhuma identidade local. Em todo o planejamento para o território de Camaçari,

efetuado nas esferas federal, estadual e municipal, nunca se levou em consideração a existência do Poder Legislativo municipal, da Associação Comercial, da sociedade civil organizada, entre outros organismos coletivos.

Ao ignorar o município como um todo, os planos diretores e os demais projetos elaborados na década de 1970 foram executados em termos de infraestrutura física, porém acabaram por não gerar ou propiciar o desenvolvimento almejado, visto que foram incapazes de criar as condições essenciais para o atendimento da imensa demanda social gerada e ampliada pela intensa migração de população não qualificada para a região.

O crescimento demográfico, ocorrido no período, deflagrou uma série de dificuldades oriundas da concentração populacional e da falta de investimento em infraestrutura sociourbana e que afetaram e afetam, sobremaneira, a qualidade de vida dos residentes no município.

REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, v. 8, 1985.
- BAHIA. Secretaria das Minas e Energia. *Plano piloto de Camaçari, plano piloto de Dias D'Ávila*. Salvador: SME, 1975.
- _____. *Complexo Petroquímico de Camaçari*: plano diretor. Salvador: SME, 1974.
- _____. Secretaria da Indústria e Comércio. *Planejamento industrial de Camaçari*: diagnóstico preliminar e termos de referência. Salvador: SIC, 1971.
- BRITO, Rita. *Camaçari: cidade incompleta*. Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1_cont412.htm>. Acesso em: 2 maio 2005.
- CAMAÇARI (BA). *Camaçari, perfil e diagnóstico: 2000 – 2004*. Camaçari: PMC; SEPLAN, 2005.
- _____. Órgão de Planejamento e Coordenação Geral. *II Plano Municipal de Desenvolvimento*. Camaçari: GEPRO, 1979.
- _____. *Plano Municipal de Desenvolvimento*. Camaçari: COPEC, 1975.
- CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- FUNDAÇÃO DE PESQUISA (BA). *Comportamento demográfico e divisão territorial da Bahia de 1940 a 1970*. Salvador: CPE, 1976.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Estações ferroviárias do estado da Bahia*. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 22.
- _____. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 nov. 2012.
- LORENZO, Manoel. Entrevista concedida a José Gileá de Souza. Camaçari, 5 nov. 2005.
- SPINOLA, Noelio Dantaslé. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: UNIFACS, 2003.
- VIEIRA NETO, Pedro Nunes. *Uma análise dos planos de desenvolvimento da orla de Camaçari*. 2004. 162 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – UNIFACS, Salvador, 2004.





Índice de performance econômica e social dos municípios baianos: conceito, revisão metodológica e resultados

Alex Gama Queiroz dos Santos*

Aloísio Machado da Silva Filho**

Gustavo Casseb Pessoti***

Luis André de Aguiar Alves****

Urandi Roberto Paiva Freitas*****

No Brasil, o desenvolvimento de indicadores socio-econômicos disseminou-se a partir da segunda metade da década de 1960, para atender ao planejamento das políticas públicas do governo militar. A estratégia era produzir informações para acompanhar o desempenho dos programas do governo federal e seus desdobramentos para estados e municípios. Informações municipais só eram produzidas por meio do censo demográfico, realizado pelo IBGE com periodicidade decenal.

* Mestre em Economia pela UFBA, técnico da coordenação de estatística da SEI e professor de Finanças e Economia da Unime e Famec. alexqueiroz@sei.ba.gov.br

** Doutorando em modelagem computacional pelo Senai e técnico da coordenação de estatística da SEI. aloisioestatistico@yahoo.com.br

*** Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs), graduado em Ciências Econômicas pela UFBA, diretor de indicadores e estatísticas da SEI e professor do curso de economia da Unifacs. gustavop@sei.ba.gov.br

**** Mestre em Economia pela UFBA e técnico da coordenação de estatística da SEI. luisandre@sei.ba.gov.br

***** Mestre em Economia pela UFBA, coordenador de estatística da SEI e professor de estatística e econometria da Unifacs. urandifreitas@sei.ba.gov.br

Nos períodos intercensitários, as poucas informações municipais disponíveis eram oriundas de estimativas, projeções e registros administrativos descontinuados e de confiança questionável. O fim do regime militar e a consequente descentralização administrativa promovida pelo novo ambiente democrático ampliaram a demanda por indicadores socioeconômicos de forma generalizada, independentemente de esfera administrativa.

Nesse âmbito, os primeiros esforços para a criação de indicadores municipais na Bahia surgiram em meados da década de 1990, a partir de iniciativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em parceria com a unidade local do IBGE. Em um período caracterizado pela consolidação do processo de redemocratização do país, no qual as demandas por informações municipais para planejamento tornaram-se crescentes devido ao processo de descentralização administrativa, emanado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1998, a SEI justificou a necessidade de desenvolvimento desses indicadores devido principalmente à dimensão e às disparidades existentes no estado da Bahia, conforme descrito abaixo:

Com seus 567.295 km² de área e ocupando o quarto lugar dentre os mais populosos estados do país (12,6 milhões de habitantes), a Bahia é um estado “gigante” marcado por grandes heterogeneidades. Esta característica indica a necessidade de complementar as pesquisas e análises da demanda estadual com um conjunto de informações em nível municipal, de forma a permitir o acompanhamento e avaliação das discrepantes realidades existentes que convivem dentro do mesmo estado e que vêm sendo afetadas de modo diferenciado por este novo contexto macroeconômico, marcado pela integração competitiva, menor presença do estado e estabilização (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA; COMPANHIA DE AÇÃO REGIONAL, 1996, p. 7).

Nesse sentido, os esforços da SEI e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) concentraram-se na elaboração de indicadores municipais que pudessem ser atualizados em períodos menores, dentro dos períodos intercensitários. Para tanto, boa parte dos indicadores foi construída a partir de registros

Em 2011, o cálculo do IDE e IDS passou por uma revisão conceitual e metodológica e passou a se chamar Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS)

administrativos disponíveis na época. Esses registros permitiram à SEI sintetizar algumas informações em indicadores mais estruturais e, com isso, foi possível, a partir de uma base de dados ampla e cuidadosamente analisada, criar novas metodologias para a análise das realidades econômicas e sociais dos municípios baianos. Decorre desse período (meados da década de 1990) o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, feito em parceria entre a SEI e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como a criação do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE). O pioneirismo da SEI no desenvolvimento de indicadores estruturais, a partir de registros administrativos, rendeu-lhe reconhecimento nacional, sendo a sua metodologia do IDE e IDS adotada e aperfeiçoada em outros estados brasileiros como, por exemplo, em Goiás e Alagoas¹.

Em 2011, o cálculo do IDE e IDS passou por uma revisão conceitual e metodológica e passou a se chamar Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS). A opção de mudança do termo desenvolvimento por performance está relacionada a questões

¹ Outros institutos de pesquisa e estatística do Brasil, a exemplo da Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, da Fundação CIDE, no Rio de Janeiro, e da Fundação de Economia e Estatística, no Rio Grande do Sul, também desenvolviam metodologias para a criação de indicadores municipais na mesma época em que a SEI estava desenvolvendo o cálculo do IDE e do IDS. Mas a equipe técnica da SEI não encontrou nenhum registro nem publicação que evidenciassem metodologia semelhante à realizada para a Bahia pela SEI.

conceituais, pois se entende que o termo desenvolvimento é muito mais abrangente do que o indicador podia oferecer em termos de análise e resultado. O IPE e o IPS apenas classificam os municípios de acordo com o nível de cobertura de serviços oferecidos para a população em um determinado ano de referência.

O IPE e o IPS destinam-se a classificar os municípios e territórios de identidade com a finalidade de retratar a realidade municipal e territorial no período de tempo analisado. O indicador tem como objetivo nortear o bom emprego de recursos públicos, atentando para as prioridades a serem atendidas no recorrente comprometimento de mitigar as disparidades econômicas e sociais historicamente presentes no estado da Bahia.

Mais especificamente, o IPE e o IPS são indicadores sintéticos que mensuram a capacidade dos municípios em atender às necessidades de serviços básicos da população. Esses indicadores foram construídos levando-se em consideração as variáveis que expressam as disponibilidades de recursos (*input-indicators*) e seu impacto na realidade social (*output-indicators*), traduzindo assim o esforço operacional de alocação dos recursos para a obtenção de melhorias efetivas (*throughput-indicators*) para população. Obviamente, os resultados obtidos pelos indicadores refletem em parte a realidade do município considerando as variáveis selecionadas, todavia, não captam a qualidade dos serviços ofertados, concentrando-se apenas em uma análise quantitativa.

Ademais, o IPE e o IPS possuem algumas propriedades que os tornam instrumentos de formulação e acompanhamento de políticas públicas, tais como: podem ser facilmente atualizados, são sensíveis aos programas setoriais, permitem a desagregação em termos sociodemográficos e socioeconômicos e apresentam boa confiabilidade nos dados utilizados, uma vez que a maioria das informações é baseada em registros administrativos oriundos de órgãos oficiais. É bem verdade que os indicadores ainda apresentam algumas limitações, quais sejam: não permitem fazer análises longitudinais, ou seja, análises temporais, e também não apresentam uma escala de mensuração que permita quantificar e afirmar o que é uma boa performance. Assim, os resultados municipais são obtidos e comparados em relação à média verificada

para o estado da Bahia e, com isso, pode-se estabelecer quais municípios estão acima e abaixo da média do estado, ainda que não seja possível verificar se essa média é boa (ou alta) em relação a outras unidades da Federação.

PRINCIPAIS MUDANÇAS METODOLÓGICAS ENTRE IDE/IDS PARA IPE/IPS

O IPE e o IPS, por serem indicadores sintéticos e dinâmicos, devem passar constantemente por processos de revisão metodológica para não se tornarem defasados ao longo do tempo. Com este intuito, foram feitas modificações metodológicas para a redefinição proposta para os novos indicadores de performance econômica e social dos municípios baianos. Os próprios nomes dos indicadores deixaram de ser Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Índice de Desenvolvimento Social (IDS), uma vez que, a rigor, estes não podiam mensurar se um município era desenvolvido ou não. Não havia uma escala padronizada para caracterizar o desenvolvimento econômico ou social de um município perante o estado ou outras unidades da Federação. Além disso, boa parte das informações de cálculo de IDE e IDS era originária do censo demográfico, o que impedia uma atualização sistemática e atualizada dos indicadores.

Os novos indicadores IPE e IPS utilizam, na sua maioria, variáveis de registros administrativos e não somente estimativas com base censitárias. Esta é uma grande

Os novos indicadores IPE e IPS utilizam, na sua maioria, variáveis de registros administrativos e não somente estimativas com base censitárias

O IGR passa a ser obtido através do rendimento médio dos trabalhadores formais por municípios [...] e o IEF passa a representar a razão entre os números de empregos formais e a população do município

vantagem, pois permite uma fácil atualização, por se tratar de fonte de dados estatísticos que permite um processo contínuo de comparabilidade entre os municípios em relação à média estadual e entre territórios de identidade, no mesmo período de tempo.

Na nova metodologia do IPE, houve modificações no subíndice de infraestrutura (INF) e a inclusão do subíndice de independência fiscal (IIF). Em relação ao primeiro, foi feita a substituição da variável “estabelecimentos bancários em funcionamento para cada mil habitantes” por “número de instituições financeiras para cada mil habitantes”. Esta modificação teve como objetivo verificar a disposição dos municípios em oferecerem serviços bancários diversificados à população. Já o segundo subíndice está relacionado com a capacidade dos governos municipais em realizarem gastos e políticas públicas sem depender das transferências constitucionais e as do governo estadual. Sinteticamente, esse índice visa mensurar a relação entre a receita própria (isto é, aquela advinda dos tributos de competência municipal) e a receita orçamentária total do município, mostrando a capacidade de autonomia fiscal (para atendimento das necessidades básicas de suas populações locais).

No que diz respeito às principais mudanças metodológicas do IPS, pode-se destacar: a substituição do subíndice renda média dos chefes de famílias (IRMCH) por dois subíndices – índice de geração de renda (IGR) e índice de emprego formal (IEF). O IGR passa a ser obtido através do rendimento médio dos trabalhadores

formais por municípios, tendo como referência os dados da RAIS (Ministério do Trabalho), e o IEF passa a representar a razão entre os números de empregos formais e a população do município.

AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO DO IPE/IPS EM RELAÇÃO A OUTROS ÍNDICES DE CLASSIFICAÇÃO MUNICIPAL

O IPE e o IPS apresentam vantagens quando comparados com outros índices, pois são de fácil atualização, suas bases de dados de referência são os registros administrativos, sua periodicidade é anual e contempla recorte municipal. Já o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é bastante utilizado como indicador para avaliar o desenvolvimento e auxiliar nas decisões de políticas públicas, é talvez o indicador mais demandado pela comunidade acadêmica que trabalha com informações municipais. No entanto, embora seja um bom indicador, sua base de referência são os dados dos censos demográficos, de forma que sua atualização só pode ser feita de dez em dez anos.

Outro índice sintético que também tem referência municipal é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Esse índice considera apenas três dimensões: emprego e renda, saúde e educação, utilizando as estatísticas oficiais dos ministérios da Saúde,

Outro índice sintético que também tem referência municipal é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

da Educação e do Trabalho. Assim, esse índice não pode ser comparado ao IPE e ao IPS, pois as dimensões são diferenciadas, assim como a fonte dos dados estatísticos e os métodos de cálculos. O IPE e o IPS não utilizam ponderações entre as variáveis para o cálculo da média geométrica, por entender que isso poderia arbitrar o peso de uma determinada dimensão que contempla um maior número de indicadores da mesma forma que outra dimensão que possui menos indicadores. O IFDM emprega a metodologia média aritmética ponderada, e os resultados são classificados entre zero e um para mensurar o desenvolvimento dos municípios, assim como o IDH-M.

Na metodologia de cálculo do IPE e do IPS, os valores obtidos são padronizados, valor observado em relação à média e ao desvio padrão, depois classificados em ordem decrescente. Não há uma escala para medir o maior e o menor desempenho, como o IFDM e o IDH-M. Deve-se lembrar que o IPE e o IPS são índices sintéticos de performance dos municípios em um determinado ano específico apenas, possibilitando uma comparação vertical entre os municípios no próprio ano, e não horizontal ao longo dos anos.

A defasagem temporal é uma característica tanto do IPE quanto do IPS, uma vez que eles utilizam informações do IBGE, como o PIB municipal e a população, que são defasadas em, no mínimo, dois anos. No entanto, por ser considerado um índice estrutural, essa defasagem temporal não compromete os resultados do IPE e do IPS, uma vez que variações na estrutura produtiva normalmente não são observadas em períodos curtos. Ainda assim, tanto o IPE e o IPS como o IFDM levam grande vantagem em relação ao IDH-M, que só é atualizado a cada dez anos (com base nas informações censitárias).

A METODOLOGIA DE CÁLCULO DO IPE E DO IPS

A metodologia de cálculo dos indicadores econômicos e sociais dos municípios baianos envolve uma série de variáveis econômicas, sociais e de infraestrutura cujo agrupamento, de acordo com as suas naturezas, gera o que se define neste trabalho como IPE e IPS.

Para a elaboração desses cálculos e, consequentemente, a construção desses índices, utilizou-se o método dos escores padronizados, por se tratar de um método que permite a comparação dos indicadores entre si e em relação à média estadual, e por permitir um acompanhamento das posições dos municípios ao longo do tempo.

Segundo este método, os municípios foram classificados em ordem decrescente em cada índice, obtido através da média geométrica dos escores padronizados de cada um deles. O escore padronizado de cada indicador referente aos municípios foi calculado utilizando a seguinte expressão:

$$E_p = \left(\frac{E_b - E_m}{S} \times 100 \right) + 5000$$

E_p = Escore padronizado no indicador.

E_b = Indicador do município.

E_m = Valor médio dos indicadores.

S = Desvio padrão do indicador.

Com a adoção da média de 5000, tem-se uma amplitude de escala em que todos os municípios podem ser diferentes um do outro, evitando a superposição dos índices, o que acontece quando do uso de uma escala de amplitude limitada.

ÍNDICE DE PERFORMANCE ECONÔMICA (IPE)

O IPE é constituído dos seguintes indicadores:

- Índice de Infraestrutura (INF)
- Índice do Produto Municipal (IPM)
- Índice de Corrente de Comércio Exterior (ICE)
- Índice de Independência Fiscal (IIF)

Sendo definido pela expressão:

$$IPE = \sqrt[4]{INF \times IPM \times ICE \times IIF}$$

Índice de Infraestrutura (INF)

Este índice é calculado tomando-se como base as seguintes variáveis: consumo total de energia elétrica:

número de instituições financeiras; estabelecimentos comerciais e de serviços.

E definido pela expressão:

$$INF = \sqrt[3]{EEN \times BAN \times ECS}$$

Em que:

EEN = Consumo total de energia elétrica para cada mil habitantes;

BAN = Total de instituições financeiras em funcionamento para cada mil habitantes;

ECS = Total de estabelecimentos comerciais e de serviços para cada mil habitantes.

Índice do Produto Municipal (IPM)

A variável utilizada para obtenção deste índice é a estimativa do PIB, calculada através do rateio do PIB regional dos municípios. Para isso, aplica-se uma estrutura de ponderação obtida através de variáveis próprias de cada setor econômico, por município, como segue:

Setor agropecuário

- Valor da produção agrícola, da silvicultura e extrativa vegetal
- Valor da produção do leite e mel
- Efetivos dos rebanhos e aves
- Mão de obra ocupada na pesca

Setor industrial

- Valor das saídas de mercadorias da indústria de transformação e extrativa mineral
- Trabalhadores formais e informais na construção civil
- Geração e distribuição de energia elétrica

Setor de serviços

- Valor das saídas de mercadorias das atividades de comércio, alojamento e alimentação

- Valor das receitas de transporte aéreo, carga e passageiros
- Valor das receitas de carga do transporte hidroviário
- Salários pagos pelo governo municipal
- Receita tributária
- Terminais de telefonia fixa
- Consumo de energia elétrica residencial

Setor financeiro

Aplicações e depósitos do governo e do setor privado, poupança e a prazo.

Índice de Corrente de Comércio Exterior (ICE)

Para calcular este índice, leva-se em consideração a soma das exportações e importações dos municípios com o resto do mundo.

$$ICE = \left(\frac{\text{Exportações} + \text{Importações}}{\text{População}} \right) \times 100.000$$

Índice de Independência Fiscal (IIF)

Este Índice é calculado tomando-se como base a razão entre a receita própria do município e a receita total (receita própria mais transferências).

$$IIF = \left(\frac{\text{Receita própria}}{\text{Receita total}} \right) \times 100$$

ÍNDICE DE PERFORMANCE SOCIAL (IPS)

O Índice de Performance Social (IPS) é composto dos seguintes subíndices:

- Índice do Nível de Saúde (INS)
- Índice do Nível de Educação (INE)
- Índice da Oferta de Serviços Básicos (ISB)
- Índice do Mercado de Trabalho (IMT)

E definido pela seguinte expressão:

$$IPS = \sqrt[4]{INS \times INE \times ISB \times IMT}$$

Índice do Nível de Saúde (INS)

O Índice do Nível de Saúde (INS) é calculado através dos coeficientes:

- Ocorrência de doenças de notificação obrigatória (reduzíveis por saneamento e imunização) para cada 100 mil habitantes.
- Número de óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos, em relação ao total de óbitos.
- Número de profissionais de saúde para cada mil habitantes (Sesab).
- Número de estabelecimentos de saúde para cada mil habitantes (Sesab).
- Cobertura de vacinação (tríplice viral).
- Número de leitos para cada mil habitantes.

Modelado pela seguinte expressão:

$$INS = \sqrt[6]{\prod_{i=1}^6 W_i}$$

Índice do Nível de Educação (INE)

O Índice do Nível de Educação (INE) é calculado através das matrículas do ensino fundamental ao nível superior. Os coeficientes foram calculados dividindo-se o número de matrículas iniciais de cada nível pelo total da população por município, sendo definido pela expressão:

$$INE = \sqrt[3]{\prod_{i=1}^3 A_i}$$

Níveis considerados no cálculo:

- Ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e II (6º ao 9º ano).
- Ensino médio.
- Ensino superior.

Índice dos Serviços Básicos (ISB)

É composto por:

- Consumo residencial de energia elétrica, por 100 mil habitantes.

- Consumo de água tratada, que representa o número de economias faturadas, por 100 mil habitantes.

Sendo calculado pela seguinte expressão:

$$ISB = \sqrt[2]{\prod_{i=1}^2 K_i}$$

Índice do Mercado de Trabalho (IMT)

Este índice é obtido através da média geométrica entre o Índice de Geração de Renda (IGR) e o Índice de Emprego Formal (IEF), tendo como fonte os dados da RAIS-MTE.

$$IMT = \sqrt{IGR \times IEF}$$

RESULTADOS DOS INDICADORES DE PERFORMANCE

Conforme o Quadro 1, analisando-se os resultados obtidos do Índice de Performance Econômica (IPE) do estado da Bahia para o ano de 2008, pode-se observar que, dos 417 municípios, 292 apresentaram IPE menor que 5.000 e 125 municípios tiveram o indicador acima de 5.000. Isto representa, em termos relativos, que 70,0% destes municípios têm o IPE abaixo da média, e 30,0%, acima. Apenas três municípios apresentaram o indicador superior a 5.300, sendo estes: São Francisco do Conde (5.595), Salvador (5.573) e Camaçari (5.393).

Intervalo IPE	Nº municípios	Acumulado	Percentual	(%) Acumulado
4900<IPE<5000	292	292	70,0%	70,0%
5000<IPE<5100	109	401	26,1%	96,2%
5100<IPE<5200	9	410	2,2%	98,3%
5200<IPE<5300	4	414	1,0%	99,3%
5300<IPE<5600	3	417	0,7%	100,0%

Quadro 1
Análise relativa do IPE

Fonte: elaboração própria.

Verificando-se o Índice de Performance Social (IPS) do estado da Bahia para o ano de 2008, observa-se que,

dos 417 municípios, 254 apresentaram valores abaixo da média e 163, acima, o que representa, em termos relativos, respectivamente, 60,91% e 39,09%. No extremo inferior ficou o município de Catolândia, que apresentou o indicador menor que 4.900. Quase a totalidade, ou seja, 414 municípios, o que equivale a 99,3%, apresentou o indicador entre 4.900 e 5.200. Dezesesseis municípios ficaram na faixa entre 5.100 e 5.200. Apenas três municípios apresentaram o indicador acima de 5.200: Lauro de Freitas (5.316), Camaçari (5.219) e Salvador (5.210). Conforme pode ser visto no Quadro 2.

Intervalo IPS	Nº municípios	Acumulado	Percentual	Acumulado
4900<IPS<5000	254	254	60,91%	60,91%
5000<IPS<5100	144	398	34,53%	95,44%
5100<IPS<5200	16	414	3,84%	99,28%
5200<IPS<5300	3	417	0,72%	100,00%

Quadro 2
Análise relativa do IPS

Fonte: elaboração própria.

Realizou-se, também, um mapa por território de identidade sobre os indicadores de IPE e IPS para o ano de 2008, com o objetivo de facilitar a verificação e a análise por áreas de concentração regionais.

No Quadro 3 foi feita uma análise por território de identidade e observaram-se dois grupos. O primeiro, formado por territórios que apresentaram a maioria dos municípios com o IPS abaixo da média (5.000), e o segundo grupo, com a maioria dos municípios acima da média.

O primeiro grupo é formado por: Agreste de Alagoins, Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Grande, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Irecê, Itaparica, Litoral Sul, Oeste Baiano, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Sisal, Vale do Jequiriçá, Velho Chico e Vitória da Conquista.

O segundo grupo: Bacia do Paramirim, Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Itapetinga, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Metropolitano de Salvador e Recôncavo.

Na análise por território de identidade do IPE, o primeiro grupo, com a maioria dos municípios que apresentaram

Território de identidade	Número de municípios – 2008		
	IPS <5000	IPS >5000	Total geral
Agreste de Alagoins/Litoral Norte	12	10	22
Bacia do Jacuípe	11	3	14
Bacia do Paramirim	4	5	9
Bacia do Rio Corrente	7	4	11
Baixo Sul	9	5	14
Chapada Diamantina	18	5	23
Costa do Descobrimento	1	7	8
Extremo Sul	2	11	13
Irecê	14	6	20
Itaparica	5	1	6
Itapetinga	4	9	13
Litoral Sul	13	14	27
Médio Rio de Contas	8	8	16
Metropolitano de Salvador	0	10	10
Oeste Baiano	10	4	14
Piemonte da Diamantina	5	4	9
Piemonte do Paraguaçu	12	2	14
Piemonte Norte do Itapicuru	5	4	9
Portal do Sertão	9	8	17
Recôncavo	8	12	20
Semiárido Nordeste II	14	4	18
Sertão do São Francisco	8	2	10
Sertão Produtivo	13	6	19
Sisal	13	7	20
Vale do Jequiriçá	13	8	21
Velho Chico	14	2	16
Vitória da Conquista	22	2	24
Total geral	254	163	417

Quadro 3
Análise do IPS por território de identidade

Fonte: elaboração própria.

o indicador abaixo da média, é formado por: Agreste de Alagoins, Bacia do Jacuípe, Bacia do Paramirim, Bacia do Rio Corrente, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Irecê, Itaparica, Itapetinga, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Oeste Baiano, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Sisal, Vale do Jequiriçá, Velho Chico e Vitória da Conquista.

O segundo grupo é composto pelos territórios: Costa do Descobrimento, Extremo Sul e Metropolitano de Salvador.

Os territórios de identidade que apresentaram a maioria dos municípios com os melhores indicadores de IPE e IPS foram: Costa do Descobrimento, Extremo Sul e

Território de identidade	Número de municípios – 2008		
	IPE <5000	IPE >5000	Total geral
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	13	9	22
Bacia do Jacuípe	13	1	14
Bacia do Paramirim	7	2	9
Bacia do Rio Corrente	7	4	11
Baixo Sul	10	4	14
Chapada Diamantina	19	4	23
Costa do Descobrimento	3	5	8
Extremo Sul	3	10	13
Irecê	16	4	20
Itaparica	4	2	6
Itapetinga	7	6	13
Litoral Sul	17	10	27
Médio Rio de Contas	13	3	16
Metropolitano de Salvador	1	9	10
Oeste Baiano	9	5	14
Piemonte da Diamantina	6	3	9
Piemonte do Paraguaçu	12	2	14
Piemonte Norte do Itapicuru	6	3	9
Portal do Sertão	11	6	17
Recôncavo	10	10	20
Semiárido Nordeste II	18	0	18
Sertão do São Francisco	9	1	10
Sertão Produtivo	12	7	19
Sisal	14	6	20
Vale do Jequiriçá	17	4	21
Velho Chico	14	2	16
Vitória da Conquista	21	3	24
Total geral	292	125	417

Quadro 4
Análise do IPE por território de identidade

Fonte: elaboração própria.

Metropolitano de Salvador. Isso é explicado pela forte concentração das indústrias petroquímica e automotiva presentes na área metropolitana de Salvador e das indústrias de papel e celulose no Extremo Sul.

Verificando-se o gráfico de dispersão, observa-se que há um aglomerado de pontos com maior concentração no quadrante (A) em relação ao (C). Neste caso, evidencia-se uma correlação positiva fraca entre os indicadores de desempenho econômico e social, que é mensurada pelo coeficiente de determinação $R^2 = 0,496$, que explica o grau de ajustamento dos pontos de dispersão em relação à reta de regressão.

No quadrante inferior esquerdo (A) estão situados os municípios com os menores indicadores de IPE e IPS em relação

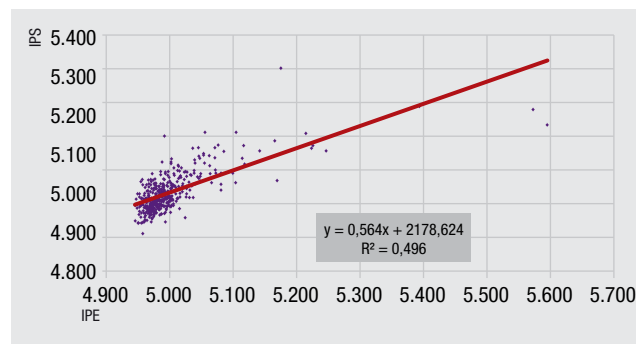


Gráfico 1
Análise de regressão linear simples entre IPE e IPS, 2008

Fonte: elaboração própria.

à média do estado. Representam 227 municípios, o que equivale a 54,44% dos municípios do estado da Bahia. Entre estes, os mais extremos à esquerda são: Catolândia, Novo Triunfo, Lamarão, Caetanos e Ibiquera. Nestes municípios faltam investimentos em infraestrutura e serviços sociais. No quadrante superior esquerdo (B) estão situados os municípios com os menores índices do IPE e maiores IPS em relação à média do estado. São representados por 65 municípios, equivalente a 15,59% da totalidade do estado.

No quadrante superior direito (C) estão os municípios de melhor performance econômica e social. Estes são compostos por 98 municípios, que representam 23,5% da totalidade. Entre os principais municípios que tiveram destaque neste quadrante estão: São Francisco do Conde, Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Dias d'Ávila. Neste caso, pode-se afirmar que uma melhor performance econômica de um município não explica o seu nível de performance social, conforme pôde ser visto pelo coeficiente de determinação.

Uma melhor performance econômica de um município não explica o seu nível de performance social, conforme pôde ser visto pelo coeficiente de determinação

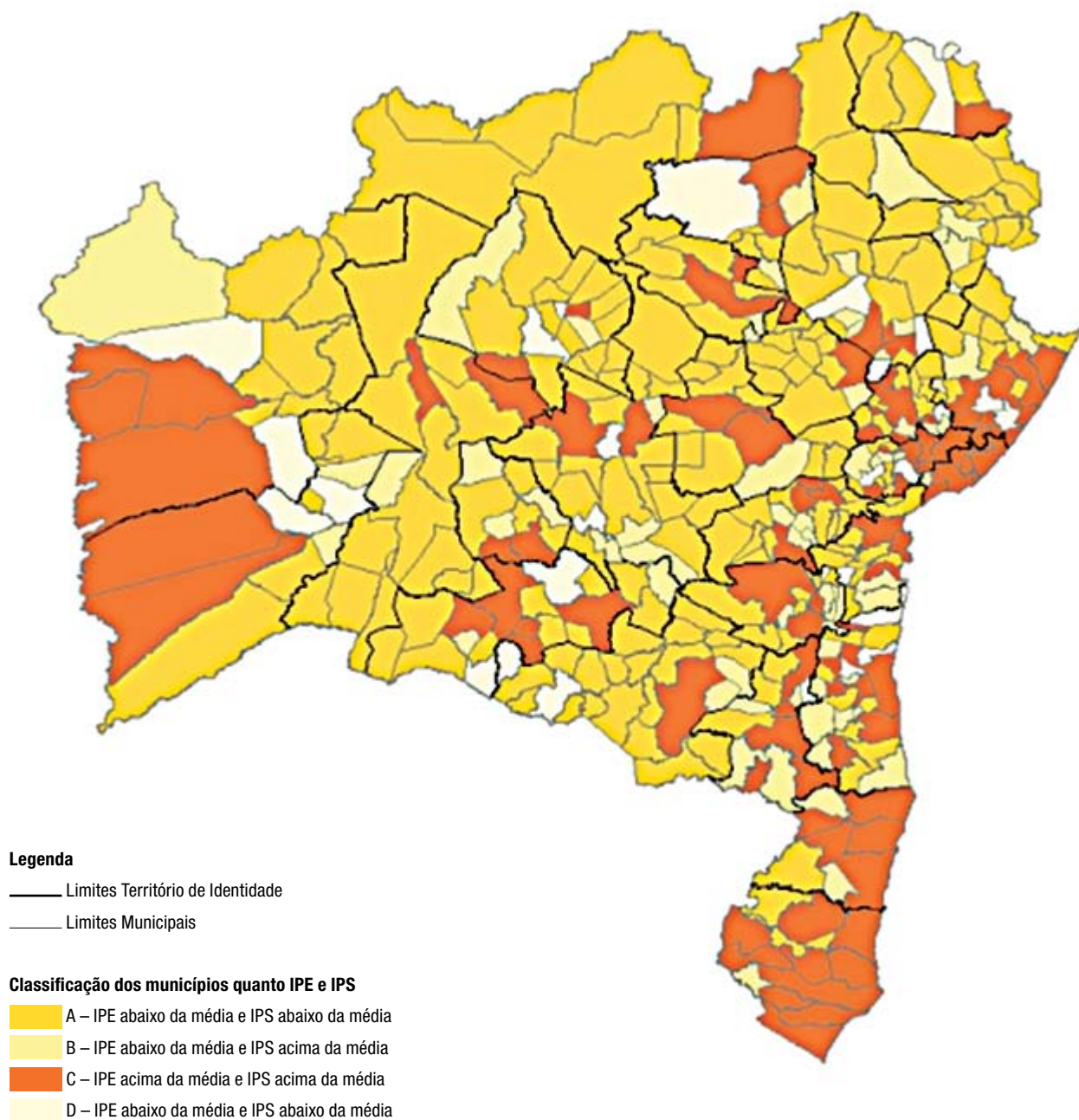


Figura 1
Índice de Performance Econômica e Performance Social (IPE/IPS dos Municípios baianos) – 2008

Fonte: SEI.

No quadrante inferior à direita (D) encontram-se os municípios com o maior índice do IPE e menor IPS em relação à média do estado. Este grupo é formado por 27 municípios, o que representa 6,47% do estado.

Os dez municípios ordenados pelo maior IPE para o ano de 2008 são: São Francisco do Conde (5.595), Salvador

(5.573), Camaçari (5.393), Candeias (5.246), Mata de São João (5.226), Mucuri (5.224), Dias d'Ávila (5.215), Lauro de Freitas (5.175), Itagiba (5.169) e Luís Eduardo Magalhães (5.166). Destes municípios, cinco estão localizados na Região Metropolitana de Salvador (RMS); os demais têm expressão econômica em seus territórios de identidade. Nestes municípios podem ser encontrados os principais

Os municípios com maior performance social caracteriza-se por apresentar maior oferta no atendimento dos serviços básicos, maiores rendas e elevados indicadores de educação

empreendimentos responsáveis, em grande parte, pelo desenvolvimento do estado.

Os municípios com maior performance social caracteriza-se por apresentar maior oferta no atendimento dos serviços básicos, maiores rendas e elevados indicadores de educação. Ordenando-se os dez municípios com o maior IPS, dados de 2008, têm-se: Lauro de Freitas (5.310), Camaçari (5.209), Salvador (5.189), São Francisco do Conde (5.173); Pojuca (5.161), Madre de Deus (5.156); Dias d'Ávila (5.151), Cruz das Almas (5.146), Luís Eduardo Magalhães (5.131) e Itabuna (5.127).

Há um grupo de municípios cuja população depende de recursos do setor público repassados pelos programas de transferências de renda, juntamente com a agricultura familiar e de subsistência. Os dez municípios com o menor IPE para 2008 são: Pedrão (4.945), Pirai do Norte (4.946), Lamarão (4.946), Apuarema (4.949), Sítio do Quinto (4.949), Bom Jesus da Serra (4.949), Pé de Serra (4.928), Novo Triunfo (4.950), Caetanos (4.951) e Varzedo (4.952).

Os municípios que necessitam de uma maior atenção do poder público local – devido à falta de ações voltadas a políticas e programas de saúde para a redução de doenças graves, mortalidade, falta de leitos e profissionais de saúde – são os que apresentaram o IPS menor que a média estadual. Os dez municípios que apresentaram os menores IPS, dados de 2008, são: Catolândia (4.895), Ibiquera (4.922), Caetanos (4.922), Novo Triunfo (4.922), Umburanas (4.922), Pedro Alexandre (4.925), Presidente

Jânio Quadros (4.925), Lamarão (4.927), Ribeirão do Largo (4.928) e Brejolândia (4.929).

Há diversas possibilidades de análise e interpretação em relação a esses indicadores de forma horizontal, dentro do próprio período. Como são indicadores de performance e são relativos, não podem ser comparados ao longo do tempo, não se podendo fazer uma análise horizontal; também não podem ser avaliados para determinar o grau de desenvolvimento econômico ou social dos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser notado, são múltiplas as possibilidades de análise socioeconômicas derivadas da utilização dos índices de performance econômica e social dos municípios baianos. Como índices estruturais, o IPE e o IPS acabam oferecendo uma análise mais ampla e complementar em relação ao PIB municipal, pois todas as suas variáveis são tomadas em relação ao tamanho das populações locais. Assim, um município pode ter um alto valor para o PIB, apesar de esse mesmo valor ser considerado baixo quando relativizado pelo tamanho da população. Essa é a razão pela qual os municípios que apresentam maiores valores para o PIB não necessariamente são aqueles que apresentem maiores valores para o IPE. Ademais, é importante frisar que o PIB *per capita* é apenas uma das variáveis da dimensão econômica do indicador, reforçando o fato de que os resultados entre o PIB e o IPE não são iguais, portanto, não concorrem entre si.

Utilizados de maneira correta, o IPE e o IPS são de fundamental importância para processos de tomada de decisões de planejamento de políticas públicas. O município passa a ter uma referência de ação quando pode ser agrupado na mesma situação de outros diferentes, inclusive para priorizar decisões e recursos para a melhoria de uma determinada fragilidade e/ou para tomar como referência uma experiência exitosa observada em um determinado município. Exatamente por isso, tão importante quanto a análise do resultado consolidado do IPE e do IPS é a observação dos subíndices que compõem cada uma das dimensões dos índices. A flexibilidade

metodológica dos índices aqui propostos é fundamental para essa desagregação e análise qualitativa.

Como qualquer metodologia, o IPE e o IPS apresentam falhas e limitações, algumas delas bem evidenciadas aqui como, por exemplo, a impossibilidade de realizar análises temporais comparadas, bem como a impossibilidade de definir uma escala de mensuração que permita quantificar e qualificar o que é uma boa performance. Mas o que se quer enaltecer aqui é o compromisso dos técnicos da diretoria de estatística da SEI no desenvolvimento de modelos e indicadores que possam subsidiar as ações do estado, bem como o planejamento municipal. Nessa direção foi de fundamental importância a revisão conceitual e metodológica feita com a substituição dos índices de desenvolvimento econômico e social (IDE/IDS) pelos índices de performance econômica e social (IPE/IPS) dos municípios baianos.

Finalizando, é importante mencionar que o IPE e o IPS representam um grande avanço na proposição de índices estruturais para os municípios, com grande capacidade de adaptação por outros órgãos de estatística do Brasil, em função de sua simplicidade metodológica e das bases de dados que utilizam. Outros estudos de elaboração de indicadores e índices municipais já foram iniciados pela diretoria de indicadores e estatísticas da SEI no ano de 2012, para complementar o poder de explicação do IPE e do IPS e melhorar as análises econômicas que já são realizadas tomando-se por base o PIB municipal. Entre essas iniciativas estão o cálculo de uma *proxy* para a taxa de crescimento das economias municipais, a elaboração de um índice de finanças municipais e a

criação de um indicador de pobreza multidimensional, este último a partir da adaptação da metodologia estabelecida pela Organização das Nações Unidas. Esses trabalhos evidenciam a grande preocupação da SEI em oferecer para a sociedade informações cada vez mais atualizadas, não só em relação à estrutura produtiva do estado, mas e principalmente sobre o panorama econômico e social dos municípios baianos.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Raymond. *Social indicators*. Cambridge: MIT Press, 1967.
- CARLEY, Michael. *Indicadores sociais: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ÍNDICE FIRJAN DE INDICADORES MUNICIPAIS BASE 2009. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2011. v. 4. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/IFDM/>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios – IDH-M*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 19 jul. 2012.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA; COMPANHIA DE AÇÃO REGIONAL (BA). *Classificação dos municípios baianos: indicadores selecionados*. Salvados: SEI; CAR, 1996. v. 1.
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. *Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Índice de Desenvolvimento Social (IDS) dos municípios goianos*. Goiânia: SEPLAN, 2003. 78 p.

ANEXOS

Ranking dos maiores índices de performance econômica dos municípios baianos – 2008		
Ranking	Município	IPE
1º	São Francisco do Conde	5595,20
2º	Salvador	5573,17
3º	Camaçari	5393,40
4º	Candeias	5246,43
5º	Mata de São João	5225,85
6º	Mucuri	5223,63
7º	Dias d'Ávila	5214,86
8º	Lauro de Freitas	5174,97
9º	Itagibá	5169,35
10º	Luís Eduardo Magalhães	5165,57
11º	Simões Filho	5141,97
12º	Porto Seguro	5118,32
13º	Eunápolis	5116,82
14º	Feira de Santana	5114,11
15º	Pojuca	5104,55
16º	Barrocas	5104,16
17º	Barreiras	5099,78
18º	São Sebastião do Passé	5097,49
19º	Vitória da Conquista	5085,53
20º	Correntina	5081,18

Fonte: SEI.

Ranking dos maiores índices de performance social dos municípios baianos – 2008		
Ranking	Município	IPS
1º	Lauro de Freitas	5316,07
2º	Camaçari	5218,75
3º	Salvador	5210,28
4º	São Francisco do Conde	5171,51
5º	Pojuca	5153,12
6º	Madre de Deus	5152,69
7º	Dias d'Ávila	5150,50
8º	Cruz das Almas	5143,59
9º	Luís Eduardo Magalhães	5130,72
10º	Itabuna	5119,81
11º	Mata de São João	5119,26
12º	Eunápolis	5118,95
13º	Itapetinga	5114,08
14º	Vera Cruz	5113,06
15º	Jequié	5112,78
16º	Mucuri	5112,38
17º	Candeias	5105,29
18º	Simões Filho	5105,18
19º	Vitória da Conquista	5104,21
20º	Teixeira de Freitas	5098,15

Fonte: SEI.

Ranking dos menores índices de performance econômica dos municípios baianos – 2008		
Ranking	Município	IPE
398º	Ibiquera	4955,32
399º	Marcionílio Souza	4955,08
400º	Cotegipe	4954,83
401º	Antônio Cardoso	4954,51
402º	Teofilândia	4954,51
403º	Nova Ibiá	4954,26
404º	Jussara	4952,59
405º	Muquém do São Francisco	4952,46
406º	Caturama	4952,22
407º	Mirante	4952,05
408º	Varzedo	4951,67
409º	Caetanos	4951,12
410º	Novo Triunfo	4950,02
411º	Pé de Serra	4949,42
412º	Bom Jesus da Serra	4948,87
413º	Sítio do Quinto	4948,58
414º	Apuarema	4946,77
415º	Lamarão	4945,85
416º	Pirai do Norte	4945,79
417º	Pedraõ	4945,30

Fonte: SEI.

Ranking dos menores índices de performance social dos municípios baianos – 2008		
Ranking	Município	IPS
398º	Gentio do Ouro	4940,59
399º	Jaguaripe	4938,34
400º	Antônio Cardoso	4937,06
401º	Anagé	4936,65
402º	Itaguaçu da Bahia	4936,64
403º	Campo Formoso	4934,84
404º	Novo Horizonte	4934,25
405º	Caraíbas	4932,28
406º	Matina	4930,74
407º	Brejolândia	4929,18
408º	Ribeirão do Largo	4927,68
409º	Lamarão	4927,49
410º	Feira da Mata	4925,36
411º	Pedro Alexandre	4925,15
412º	Presidente Jânio Quadros	4924,52
413º	Umburanas	4922,85
414º	Novo Triunfo	4922,54
415º	Caetanos	4922,32
416º	Ibiquera	4922,15
417º	Catolândia	4895,12

Fonte: SEI.

Sustentabilidade e mobilidade urbana

Osvaldo Campos Magalhães

Coordenador do Peltbahia, engenheiro civil pela Escola Politécnica da UFBA, mestre em Tecnologia, Competitividade e Estratégia pela UFBA. Escreve regularmente para o jornal A Tarde.



O fenômeno das mudanças climáticas, que tem entre suas causas o aumento das emissões e da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, impõe um enorme desafio a toda sociedade nesta década.

A viabilização em Cancun, México – durante a 16ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP-16 –, de um Fundo para apoiar as atividades de mitigação e adaptação climática nos países em desenvolvimento, abre uma excelente oportunidade para a discussão e a priorização de ações voltadas para a proteção ao meio ambiente e mudanças de paradigmas.

Conforme dados divulgados durante a COP 16, a maior participação nas emissões de CO₂ no mundo está relacionada aos setores de geração de energia e transportes, sendo que o maior crescimento ocorre no setor de transportes, que já responde por 23% das emissões no planeta.

No Brasil, uma das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa está relacionada à energia fóssil, consumida no transporte de carga e no transporte urbano.

Infelizmente, o Brasil continua, neste novo milênio, preso ao passado, sem um real projeto de desenvolvimento nacional e ainda extremamente dependente de investimentos no parque industrial automobilístico e na exploração e industrialização do petróleo.

No momento em que a mobilidade urbana e a questão ambiental passam a integrar, ao lado da segurança pública, da saúde e da educação, questões estratégicas dos debates políticos nas grandes cidades brasileiras, é, no mínimo, estranha a decisão do governo federal

de prorrogar a redução no Imposto sobre Produtos Industrializados, referente à venda de automóveis.

A perplexidade em relação ao fato provocou reações contrárias até mesmo de lideranças governistas no Congresso Nacional: “Ao invés de investir em uma política de inovação tecnológica e em atividades de baixo carbono, o governo estimula o consumo de automóveis, o que torna nossas cidades menos sustentáveis, agravando ainda mais os problemas do trânsito e da mobilidade urbana”. Estas palavras foram proferidas em plenário pelo senador Rodrigo Rollemberg do Partido Socialista Brasileiro.

Talvez o fato de o Partido dos Trabalhadores ter suas origens no ABC paulista, berço da indústria automobilística nacional, explique a questão. Ou, quem sabe, a necessidade de adoção de medidas que estimulem o crescimento econômico, num momento em que os reflexos da grave crise econômica dos países centrais vêm ameaçando as promessas presidenciais de crescimento econômico em índices próximos aos dos demais países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Os incentivos à indústria automobilística e os subsídios ao preço dos combustíveis beneficiam o transporte individual, em automóveis, que provocam imensos congestionamentos, poluem grandes cidades e provocam enormes prejuízos econômicos. Somente na cidade de São Paulo, os prejuízos provocados pelos gigantescos engarrafamentos foram estimados em R\$ 36 bilhões ao ano. No Rio de Janeiro, em cerca de R\$ 12 bilhões¹.

¹ Fonte: Isto É Dinheiro, abr. 2011.

Com a melhor distribuição da renda ocorrida nos últimos dez anos e a utilização do controle dos preços dos combustíveis como estratégia de redução dos índices inflacionários, o Brasil, que no passado era exemplo mundial em energia sustentável, vem apresentando declínio na produção de Etanol, crescimento nas importações de gasolina e aumento considerável do consumo de combustíveis fósseis.

Com isso, a qualidade de vida nas grandes cidades tem-se deteriorado imensamente. Os congestionamentos e a poluição provocados pelos automóveis aumentam a sensação de desconforto da população e causam prejuízos aos setores produtivos, como a indústria, o comércio e o turismo. Estes são alguns dos principais reflexos da política equivocada de incentivo à fabricação de automóveis.

Enquanto as modernas cidades do mundo promovem a derrubada de viadutos, o retorno dos bondes e a revitalização do meio ambiente na área urbana, Salvador continua construindo viadutos e aterrando rios. Neste novo milênio, as palavras de ordem deveriam ser “cidades para as pessoas, não para os automóveis”.

Afinal, qual a cidade que queremos deixar para filhos e netos? Uma cidade com praças e jardins ou uma cidade com viadutos e rios aterrados? O exemplo recente da construção do corredor de ônibus na Avenida Vasco da Gama é eloquente. Em vez de reproduzir o modelo da Avenida Centenário, que privilegiou a construção de uma grande área de convívio humano e lazer, optou-se pela completa desfiguração do belo vale, o aterro de seu rio e o corte de suas árvores centenárias.

Ao invés de copiar este anacrônico modelo norte-americano de incentivo ao transporte relacionado à energia fóssil, da construção de viadutos, que promove o trânsito de automóveis e ciclomotores, deveria o Brasil e suas grandes cidades criarem ou adaptarem soluções inteligentes e criativas como as implementadas em Berlin, Copenhague, Seoul e até mesmo Portland, nos Estados Unidos, que resgataram o transporte público sobre trilhos em bondes modernos, na expansão de um eficiente sistema de metrô e trens urbanos, na implantação de infraestrutura e no incentivo à utilização de bicicletas.

O estado da Bahia deverá atrair **443** empreendimentos até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais que estão previstos para o estado da Bahia devem, até o ano de 2015, concretizar R\$ 72,3 bilhões, quando se espera que sejam implantadas e/ou ampliadas 443 empresas de diversos setores e que deverão gerar cerca de 90.436 mil empregos diretos até 2015.

Por complexo de atividade destaca-se o complexo Outros com inversões previstas que chegam a R\$ 35 bilhões, totalizando 52 projetos de empresas com a intenção de se instalarem no estado. Destacam-se aí inversões para a área de energia eólica, gás natural e solar. Estes investimentos referem-se ao projeto de criação de parques eólicos no estado que estão sendo viabilizados em diversos municípios.

No complexo Atividade Mineral e Beneficiamento, o volume previsto também é expressivo e deve chegar a aproximadamente R\$ 17,3 bilhões, a partir de 12 projetos de empresas que deverão investir na extração de minerais.

No complexo Químico-petroquímico estão previstos um volume de R\$ 9,3 bilhões, o que envolve a intenção de 116 empreendimentos de se implantarem no estado até 2015.

No complexo Metal-mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 6,2 bilhões a partir de 59 projetos. Neste complexo destacam-se a previsão de ampliação da produção de uma grande empresa do setor e a implantação da fabricante de veículos automotores Jac Motors, que irá investir aproximadamente R\$ 1,4 bilhão na instalação de uma unidade industrial no município de Camaçari. A empresa já anunciou a construção da sua fábrica.

O maior volume de investimentos previstos será alocado no Território Metropolitana de Salvador, com inversões que chegam a R\$ 21,0 bilhões e a implantação/ampliação de 193 empresas. Destaca-se também o Território Sertão Produtivo, estando previstas inversões de aproximadamente R\$ 11,7 bilhões. Vale ressaltar ainda o Território Sertão do São Francisco, com um volume esperado de cerca de R\$ 11,7 bilhões alocados em 14 projetos.

Além disso, está prevista também a instalação da montadora Foton Motors para produzir carros e caminhões no município de Camaçari. Esta montadora pretende investir um volume de aproximadamente R\$ 228 milhões e gerar 1.014 mil empregos diretos.

O Governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, vem implementando uma política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para o setor industrial baiano com a diversificação da sua matriz industrial e, conseqüentemente, beneficia a sua economia. Esta ação governamental com o objetivo de desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

Tabela 01
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de
Atividade – Bahia – 2012-2015

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	3.584.197.049	93	5,0	21,0
Atividade Mineral e Beneficiamento	17.281.650.000	12	23,9	2,7
Calçados/Têxtil/Confecções	138.861.896	35	0,2	7,9
Complexo Madeireiro	92.982.800	17	0,1	3,8
Eletroeletrônico	187.093.955	31	0,3	7,0
Metal-Mecânico	6.165.810.000	59	8,5	13,3
Químico-Petroquímico	9.265.426.000	116	12,8	26,2
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,5
Transformação Petroquímica	527.000.000	26	0,7	5,9
Outros	35.005.500.000	52	48,4	11,7
Total	72.256.321.700	443	100,00	100,00

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30.12.2012.

Tabela 02
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Território de
Identidade – Bahia – 2012-2015

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. Projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A Definir	1.879.946.000	15	2,6	3,4
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	2.145.000.000	10	3,0	2,3
Bacia do Jacuípe	1.000.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,2
Baixo Sul	1.380.000.000	3	1,9	0,7
Chapada Diamantina	3.420.000.000	3	4,7	0,7
Costa do Descobrimento	1.300.000	2	0,0	0,5
Extremo Sul	1.298.055.000	18	1,8	4,1
Irecê	2.165.000.000	2	3,0	0,5
Itaparica	12.000.000	2	0,0	0,5
Itapetinga	16.500.000	2	0,0	0,5
Litoral Norte e Agreste Baiano	1.560.000.000	6	2,2	1,4
Litoral sul	3.085.348.955	24	4,3	5,4
Médio Rio das Contas	188.107.270	12	0,3	2,7
Metropolitana de Salvador	21.000.029.475	193	29,1	43,6
Oeste Baiano	1.413.035.000	22	2,0	5,0
Piemonte da Diamantina	870.000.000	1	1,2	0,2
Piemonte do Paraguaçu	3.000.000	2	0,0	0,5
Piemonte Norte do Itapicuru	2.000.000.000	1	2,8	0,2
Portal do Sertão	550.650.000	35	0,8	7,9
Recôncavo	1.916.360.000	24	2,7	5,4
Semi-Árido Nordeste II	6.000.000	1	0,0	0,2
Sertão do São Francisco	9.719.000.000	18	13,5	4,1
Sertão Produtivo	11.681.500.000	14	16,2	3,2
Sisal	333.940.000	5	0,5	1,1
Vale do Jiquiriçá	323.800.000	5	0,4	1,1
Velho Chico	5.220.000.000	4	7,2	0,9
Vitória da Conquista	60.750.000	17	0,1	3,8
Total	72.256.321.700	443	100	100

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30.12.2012.

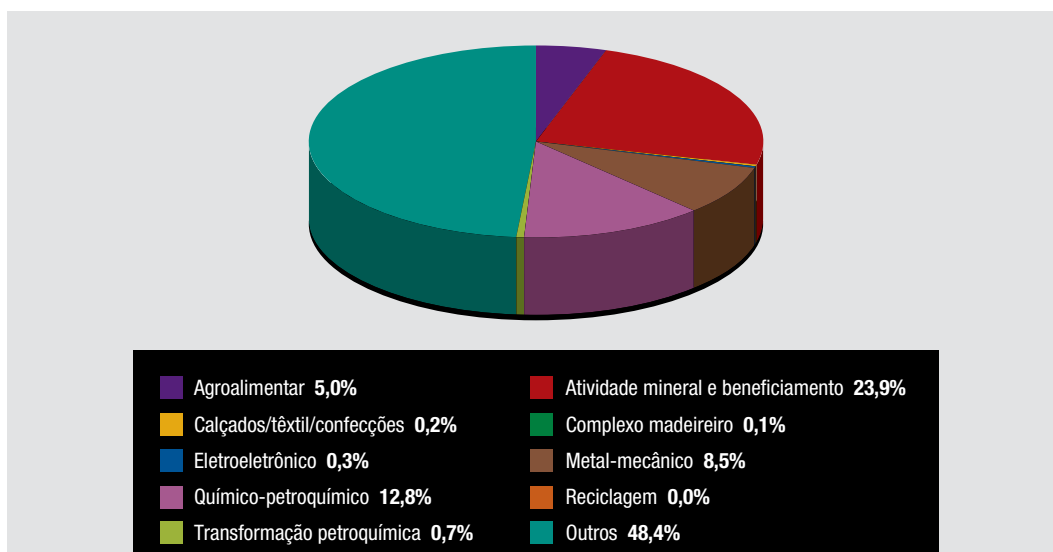


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2012-2015

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/12/2012.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

O MAIOR PLANO DE SAÚDE DA BAHIA

Nos últimos anos, o Planserv mudou muito e para melhor. Hoje o plano cuida de 465 mil baianos e tem cada vez mais a confiança de médicos e hospitais em todo o estado.

0800 56 6066

SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO



WWW.PLANSERV.BA.GOV.BR





AGROPERFORMANCE:UM MÉTODO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA PARA EMPREENDIMENTOS AGRO VISANDO ALTA PERFORMANCE

AgroPerformance: um método de planejamento e gestão estratégica para empreendimentos agro visando alta performance é uma publicação do Núcleo de Estudos e Projetos de Planejamento e Gestão Estratégica para Empreendimentos Agro, pertencente ao Centro de Pesquisas e Projetos em Marketing e Estratégia (Markestrat).

Organizado por Frederico Fonseca Lopes, o livro possui uma abordagem sistêmica, multidisciplinar e integrada, constituindo-se numa importante ferramenta de enfrentamento aos desafios impostos ao agronegócio para empreendedores rural, gestores públicos e privados e outros profissionais do ramo.



ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS GOVERNAMENTAIS

Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais, de César Volnei Mauss, traz conceitos e técnicas de análises até então só aplicadas na iniciativa privada. Possibilita um diagnóstico da situação econômica e financeira das entidades públicas, abrangendo aspectos relacionados à liquidez, à estrutura de endividamento e aos resultados obtidos pelos gestores.

A contabilidade aplicada ao setor público passa por profundas mudanças que estão exigindo um grande esforço dos profissionais na gestão patrimonial e na tomada de decisão por parte dos gestores públicos, objetivo principal das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ASPECTOS POLÊMICOS

Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público – Aspectos Polêmicos, de Gustavo Alexandre Magalhães, tenta sistematizar a problematização que envolve a contratação temporária de servidores públicos no intuito de apontar críticas e buscar soluções. Introduce conceitos básicos ligados aos agentes públicos, ao regime dos servidores e ao princípio constitucional do concurso público, demonstrando a viabilidade e a necessidade de conciliar o interesse público com o valor social do trabalho.

O autor aborda a natureza do regime de contratação temporária, a competência para normatização, o procedimento de seleção e as possíveis nulidades no terreno da contratação.



ESTADO, SOCIEDADE E INTERAÇÕES DIGITAIS: EXPECTATIVAS DEMOCRÁTICAS

O livro *Estado, Sociedade e Interações Digitais: expectativas democráticas*, organizado por José Antonio Gomes de Pinho, professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem como principal objetivo entender as transformações políticas que advêm com o uso da internet pelo Estado e pela sociedade.

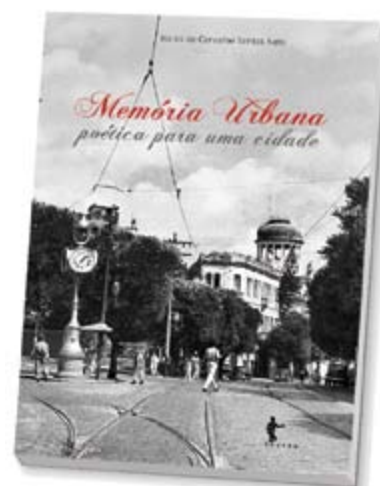
A publicação discute temas como os portais do governo federal, o papel da internet na participação política de organizações da sociedade civil e o uso do governo eletrônico no Brasil. Resultado do trabalho do Núcleo de Pesquisa em Internet, Democracia, Estado e Sociedade (NIDES), da Escola de Administração da UFBA, conta com a contribuição de pesquisadores de instituições de ensino superior do Brasil e da Argentina.



A IMAGINAÇÃO ECONÔMICA: GÊNIOS QUE CRIARAM A ECONOMIA MODERNA E MUDARAM A HISTÓRIA

No livro *A Imaginação Econômica: gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história*, a autora Sylvia Nasar desenha um panorama da economia mundial desde antes da Primeira Guerra Mundial até o capitalismo globalizado.

No lugar de números, tabelas e estatísticas, a história é contada por meio das ideias de grandes pensadores. Nasar escolheu protagonistas que foram fundamentais para transformar a economia num mecanismo confiável de análise e num instrumento intelectual capaz de solucionar o que Keynes chamou de o problema político da humanidade, ou seja, “como combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual”.



MEMÓRIA URBANA: POÉTICA PARA UMA CIDADE

O livro de Isaias de Carvalho Santos Neto, *Memória Urbana: poética para uma cidade*, reúne textos que funcionam como um registro de sua memória sobre a primeira capital do Brasil. O autor optou pelo uso da linguagem em primeira pessoa, por considerar que usar a terceira pessoa seria repetir o que já foi escrito.

Esta obra é constituída por dez capítulos, reunidos em cinco partes que se articulam para formar um painel de Salvador entre os anos 10 e 70 do século passado. O desafio foi mostrar as mudanças que ocorreram na cidade nesse período. Assim, Isaias de Carvalho Santos Neto lança um olhar mais sentimental sobre a cidade em busca da reabilitação desta como lugar onde todos possam se sentir bem.

Conjuntura Econômica Baiana

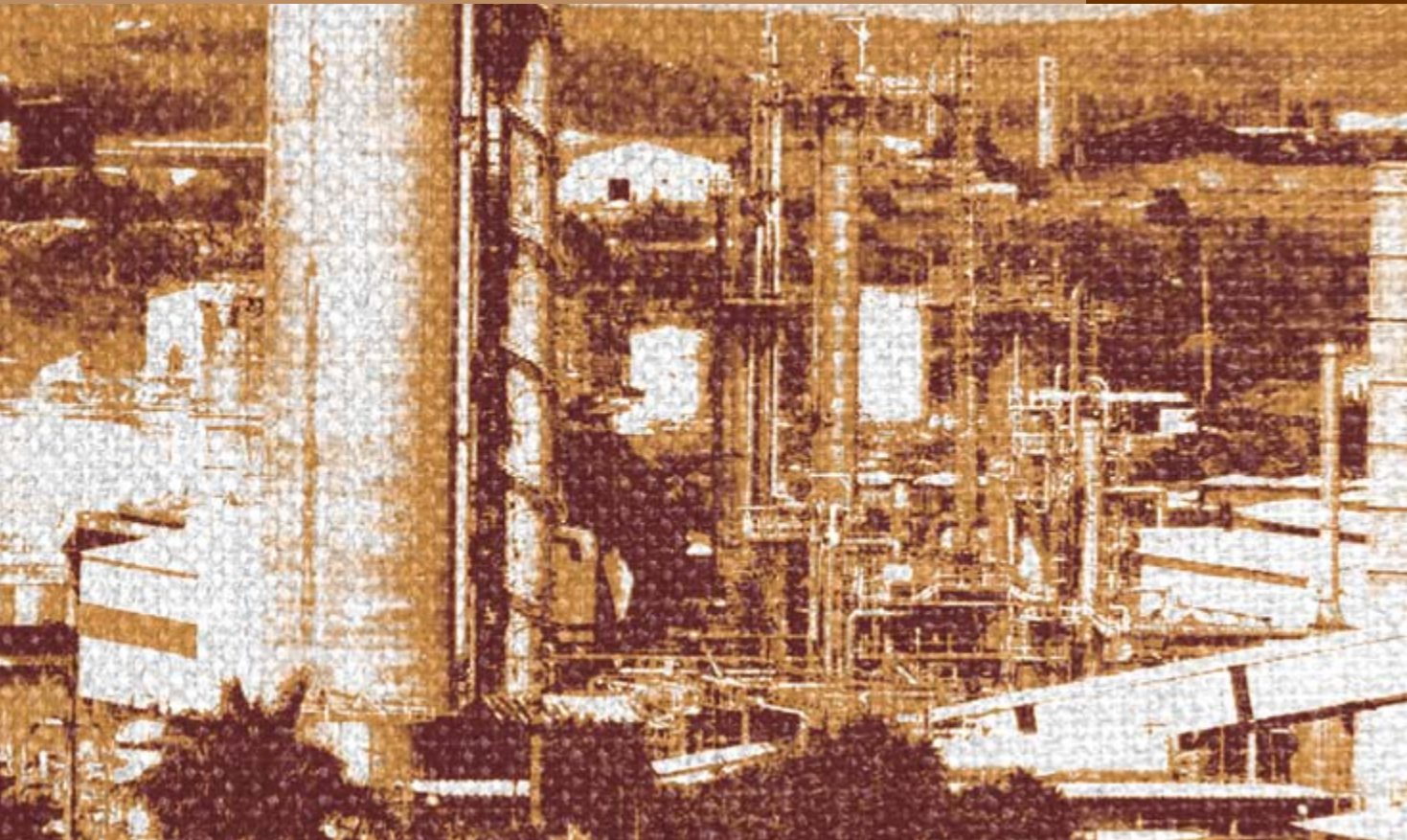


Os resultados dos principais indicadores conjunturais no acumulado do ano, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, apontaram aceleração na atividade industrial, na exportação e no comércio varejista. Em contrapartida, observou-se persistência no arrefecimento apresentado pelo emprego industrial e pelo rendimento médio real ao longo do ano. Além disso, o índice de inflação e a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS) mantêm-se à trajetória de ascensão.

De acordo com os resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), realizada pelo IBGE, a produção industrial baiana (de transformação e extrativa mineral) acumulou, entre janeiro e novembro de 2012, acréscimo de 2,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa trajetória também foi observada na indústria de transformação que apontou expansão de 3,1% no mesmo período em questão. Seis dos oito segmentos da indústria de transformação influenciaram o resultado no período, com destaque para *Produtos químicos* (7,6%), pressionados pela maior produção de etileno não saturado, polipropileno e polietileno de alta e baixa densidade proveniente da paralisação técnica provocada pelo desligamento

do sistema elétrico da Região Nordeste em fevereiro de 2011. Os segmentos refino de *Petróleo e produção de álcool* (2,4%), *Celulose, papel e produtos de papel* (2,9%), *Borracha e plástico* (10,6%) e *Alimentos e bebidas* (1,6%) também influenciaram positivamente o indicador. Negativamente, destacou-se *Metalurgia* (-11,2%), resultado da queda na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e ferro silício.

Seguindo a mesma análise, segundo os dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE, o nível de pessoal ocupado da indústria baiana acumulou decréscimos de 2,6% na indústria geral e 3,0% na indústria de transformação. Em contrapartida, a indústria extrativa mineral apresentou expansão de 4,2%. Os segmentos que mais pressionaram o indicador no acumulado do ano na indústria de transformação foram: *Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool* (-15,0%), *Alimentos e bebidas* (-8,4%), *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-3,8%), *Calçados e couro* (-2,7%), *Fumo* (-8,0%), *Têxtil* (-11,3%). Por sua vez, os segmentos que mais cresceram foram: *Máquinas e aparelhos elétricos* (4,6%), *Produtos químicos* (2,3%) e *Borracha e plástico* (1,9%).



A balança comercial baiana no acumulado do ano apontou expansão para as exportações (2,2%) e retração para as importações (-1,8%). As exportações somaram, nesse período, US\$ 10,3 bilhões, e as importações, US\$ 7,0 bilhões, proporcionando superávit de US\$ 3,3 bilhões, de acordo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período em questão decorreu, principalmente, do crescimento nas vendas dos segmentos de *Petróleo e derivados* (13,6%), *Soja e derivados* (12,0%) e *Algodões e seus subprodutos* (13,0%). Juntos, esses setores foram responsáveis por aproximadamente 40% das receitas de exportação no período. Vale destacar que Camaçari (6,0%), São Francisco do Conde (9,4%) e Luis Eduardo (37,1%) foram os municípios que mais contribuíram para a exportação baiana no período, o que corresponde a 53,8% desta.

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, demonstraram que o comércio varejista acumulou taxa de 10,3%. Os segmentos que evidenciaram as maiores contribuições positivas no período em análise foram: *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (30,9%),

Outros artigos de uso pessoal e doméstico (22,7%), *Móveis e eletrodomésticos* (12,8%), *Combustíveis e lubrificantes* (12,1%), *Hipermercados e supermercados* (7,0%). *Veículos, motos e peças* e *Material para construção* registraram crescimento de 14,8% e 6,6%, respectivamente, no mesmo período.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, acumulou acréscimo de 6,1%, impulsionado pelos grupos *Alimentos e bebidas* (9,3%), *Despesas pessoais* (9,1%) e *Habitação e encargos* (7,8%). Nenhum grupo apresentou retração no período em questão.

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), parceria SEI/Dieese/Seade, a taxa média de desemprego entre janeiro e novembro de 2012 fechou em 17,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados caiu 4,2% de janeiro a outubro.

Diante deste contexto, inicia-se a seção dos principais resultados da conjuntura baiana nas análises do indicador mensal e acumulados dos últimos 12 meses referentes ao ano de 2012.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou, em outubro de 2012, expansão de 5,0% na comparação com o mesmo mês de 2011. O índice registrou, ao longo do ano de 2012, tanto variações positivas como negativas, culminando em aceleração (1,4%) da atividade no acumulado dos últimos 12 meses.

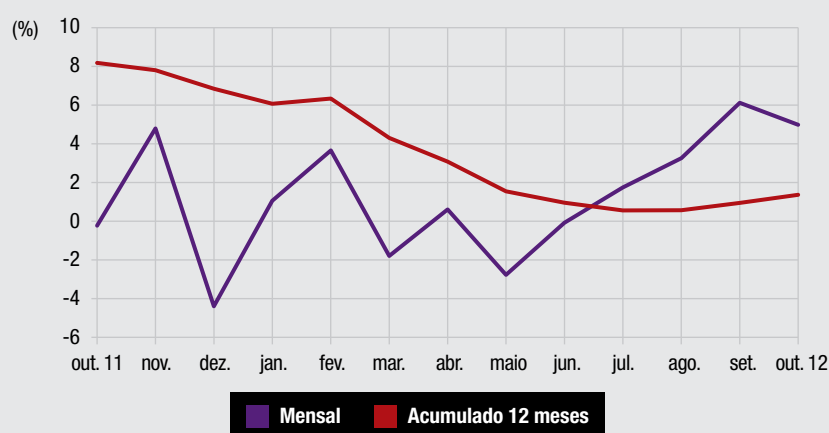


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – out. 2011-out. 2012

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

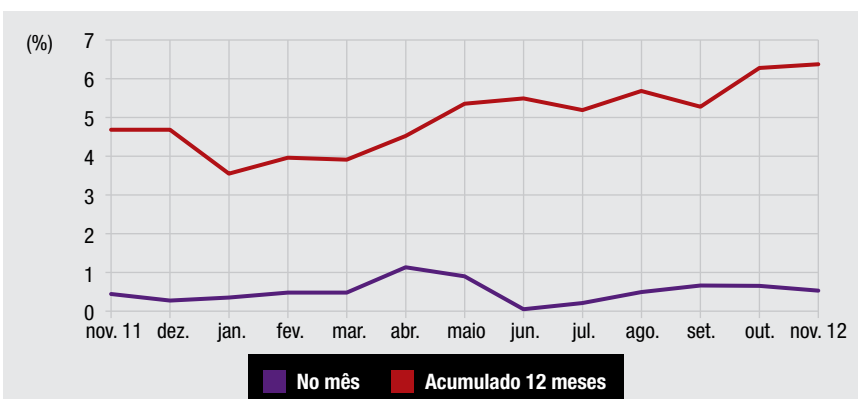


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – nov. 2011-nov. 2012

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Salvador, divulgado pela SEI, apresentou variação de 0,53% em novembro, superior ao registrado em novembro de 2011, de 0,44%. Os produtos/serviços que tiveram maiores contribuições positivas na formação da taxa, com suas respectivas variações de preços, foram: *plano de saúde* (2,77%), *cerveja fora do domicílio* (3,99%), *refeição a peso* (2,45%), *empregado doméstico* (1,85%), *arroz* (5,38%), *gasolina* (0,71%), *microcomputador e impressora* (6,18%), *refrigerador* (7,34%), *pacote turístico* (1,93%) e *camisa masculina* (2,93%). Em contrapartida, os produtos cujos preços exerceram maiores pressões negativas foram: *tomate* (14,29%), *telefone celular* (0,88%), *cebola* (14,23%), *motocicleta* (1,98%), *automóvel novo* (0,20%), *feijão mulatinho* (2,29%), *calça comprida feminina* (1,36%), *anti-inflamatório e antirreumático* (0,59%), *cenoura* (10,45%) e *anti-infeccioso* (2,52%). No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa atinge a marca de 6,37%, revelando-se superior aos 6,28% acumulados até outubro.

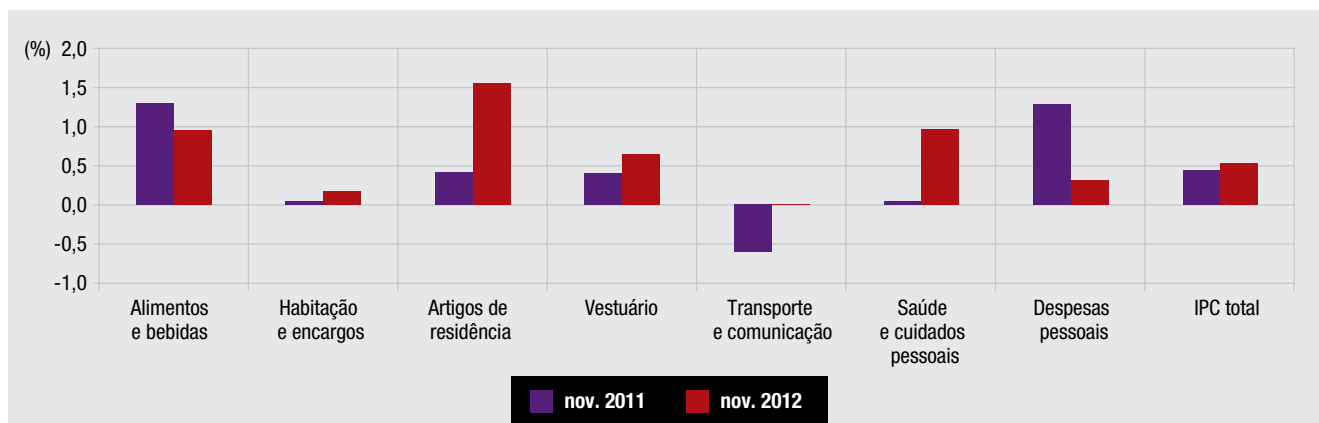


Gráfico 3

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – nov. 2011-nov. 2012

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

Em termos desagregados por grandes grupos, observou-se que as maiores contribuições para o resultado do índice de preços em Salvador, em novembro, decorreram de *alimentos e bebidas* (0,95%), *saúde e cuidados pessoais* (0,96%) e *artigos de residência* (1,55%). No grupo alimentos e bebidas, predominaram os preços da *cerveja* (3,99%), *refeições a peso* (2,45%) e *arroz* (5,38%); em *saúde e cuidados pessoais* destaca-se o aumento em *plano de saúde* (2,77%); e em *artigos de residência* ocorreu alta em *microcomputador e impressora* (6,18%) e *refrigerador* (7,34%).

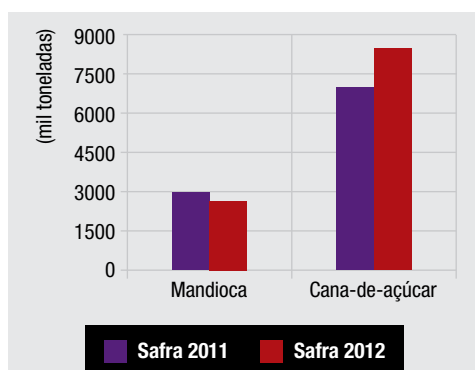


Gráfico 4

**Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar
Bahia – 2011/2012**

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em novembro de 2012, das colheitas em andamento no estado, retraiu-se a produção de mandioca (-10,9%), ao passo que foi identificado acréscimo de 21,5% na cana-de-açúcar. O comportamento registrado na cultura de mandioca foi oriundo da retração observada na área colhida (-1,9%), enquanto que a cultura de cana-de-açúcar apresentou expansão na área plantada (26,9%) e área colhida (18,3%), culminando no crescimento de 2,7% no rendimento médio.

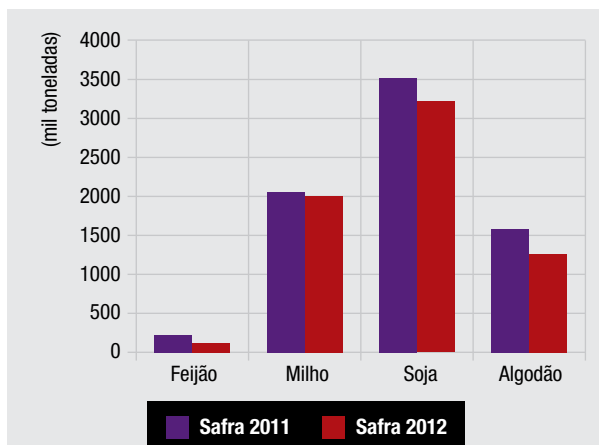


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2011/2012

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativa de retração nas culturas de feijão (-48,0%), milho (-2,5%), soja (-8,5%) e algodão (-20,4%) em relação à safra de 2011. As estimativas de área plantada e área colhida para o feijão decresceram 46,2% e 45,2%, respectivamente, afetando o resultado do rendimento médio (-5,5%) que também apresentou decréscimo. Já a cultura de milho apontou decréscimo na área plantada (-27,1%) e na área colhida (-32,4%), porém com ampliação no rendimento médio de 44,2%. A soja, apesar de apresentar retração na produção, apontou expansão para a área plantada (6,4%) e colhida (6,4%), com retração no rendimento médio de 14,0%. Já a cultura de algodão registrou decréscimo na sua produção, apesar do incremento apontado na área plantada (4,1%), mas com redução na área cultivada (-4,6%) e no rendimento (-3,3%).

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentam os seguintes resultados. Referente ao cacau, em fase de colheita, constatarem-se ampliação na produção (1,7%) e retração na área plantada (-1,9%) e na área colhida (-1,9%), culminando em expansão no rendimento médio (3,6%). Referente ao café, em fase de colheita, as estimativas apontam retração da produção do grão (-6,4%) e expansão na área plantada (12,0%) e na área colhida (3,3%), culminando na retração do rendimento médio (-9,4%).

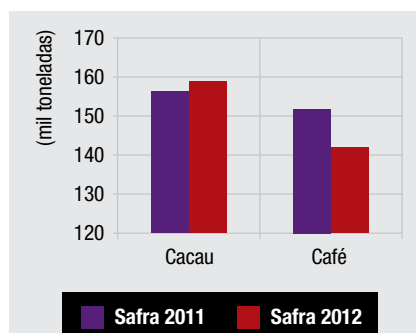


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2011/2012

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

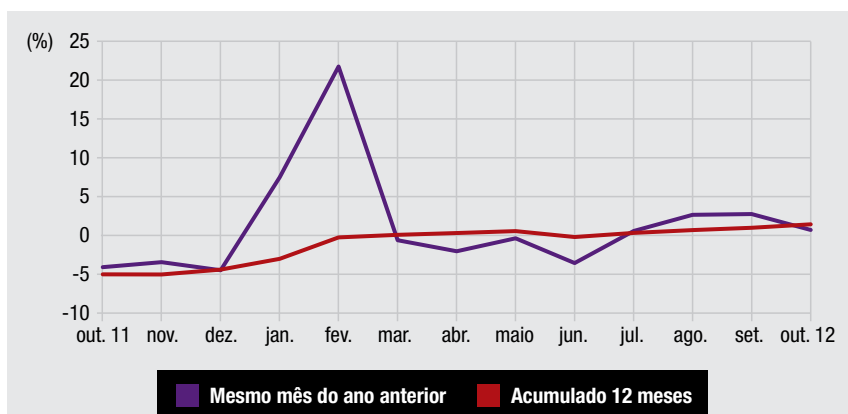


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – out. 2011-out. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A produção física da indústria baiana (de *transformação e extrativa mineral*) aumentou 0,7% no mês de outubro, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, comparada com a do mesmo mês de 2011. O desempenho da produção industrial em outubro foi influenciado pelo resultado positivo em cinco dos oito segmentos da *Indústria de transformação* (que registrou acréscimo de 0,7%). Os segmentos que mais influenciaram o indicador mensal foram *Celulose e papel* (9,1%), *Veículos* (62,2%), *Metalurgia básica* (9,3%), *Alimentos e bebidas* (4,0%) e *Borracha e plástico* (18,4%). Por sua vez, as contribuições negativas vieram de *Produtos químicos* (-6,6%) e *Refino de petróleo e produção de álcool* (-4,2%). No acumulado dos últimos 12 meses, a produção física industrial passou de 1,0%, em setembro, para 1,4% em outubro.

A análise mostra que a *Indústria de transformação*, em outubro de 2012, eliminando influências sazonais, decresceu 1,3% na comparação com o mês de setembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela retração de 5,2% registrada em *Produtos químicos*. Os segmentos que apresentaram as maiores variações positivas foram *Borracha e plástico* (9,9%), *Celulose, papel e produtos de papel* (7,5%) e *Veículos automotores* (15,7%). A Indústria geral e a extrativa mineral tiveram variações de -1,4% e 0,9%, respectivamente.

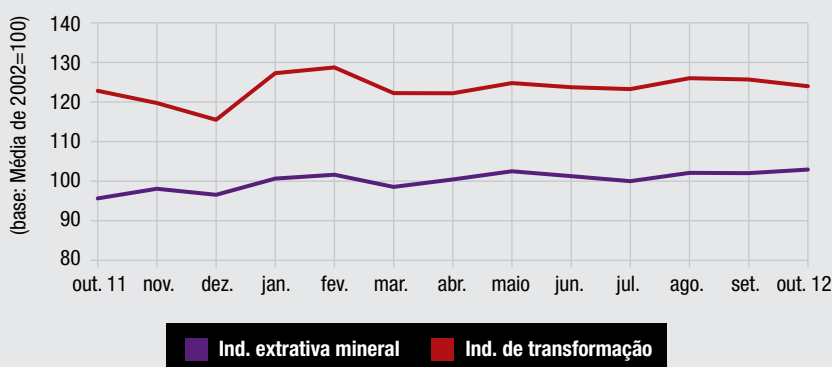


Gráfico 8
Índice Dessazonalizado de produção física da indústria
de transformação e extrativa mineral – Bahia – out. 2011-out. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O nível de pessoal ocupado da Bahia registrou decréscimo na *Indústria geral* de 3,7%, no mês de outubro, comparativamente ao mesmo mês de 2011. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal, destacam-se *Calçados e couro* (-11,5%), *Alimentos e bebidas* (-2,9%), *Refino de petróleo* (-22,8%) e *Máquinas e equipamentos* (-7,1%). Entre os que apresentaram contribuições positivas no número de pessoas ocupadas nesse período sobressaem-se *Produtos químicos* (9,6%), *Fabricação de meios de transporte* (7,2%) e *Vestuário* (5,0%). No acumulado dos últimos 12 meses, o emprego industrial passou do recuo de 2,4%, em setembro, para o recuo de 2,7%, em outubro, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE.

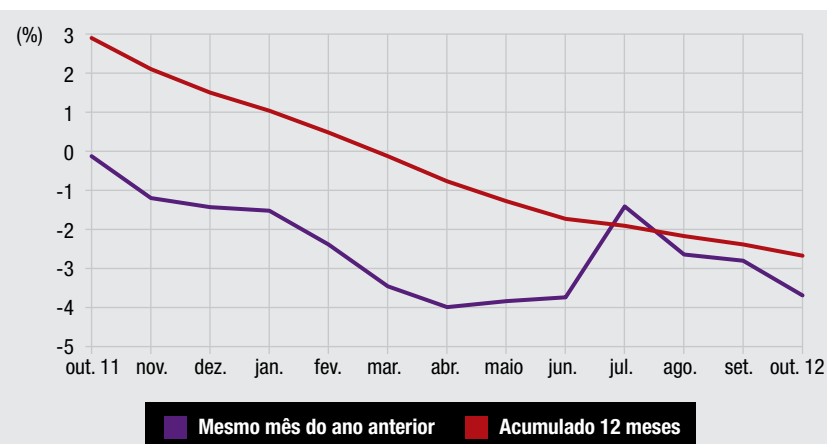


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – out. 2011-out. 2012

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

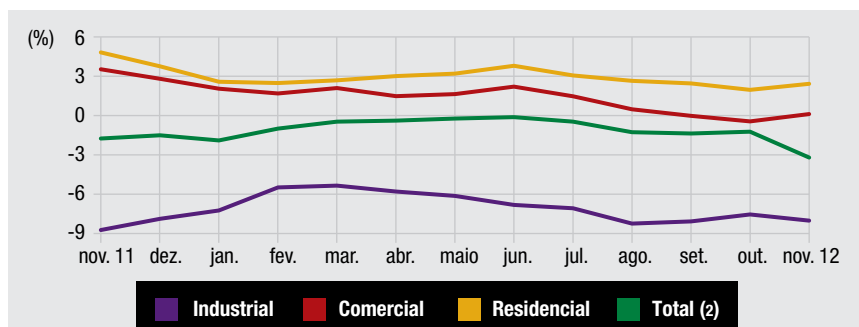


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1)
Bahia – nov. 2011-nov. 2012

Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo de energia elétrica no estado variou negativamente -2,8% em novembro de 2012, na comparação com igual período em 2011, totalizando 1,181 GWh (gigawatt/hora). No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo total caiu 3,3%, o residencial aumentou 2,3%, e o comercial estabilizou-se. Apenas o setor industrial (-8,1%) vem, ao longo de 2012, apresentando contração em suas variações.

O *Comércio varejista* da Bahia, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, teve, em outubro, crescimento de 10,2% no volume de vendas, comparado com igual mês do ano de 2011. O resultado positivo contribuiu para o setor acumular, nos últimos 12 meses, taxa de 9,1%, superior aos 8,5% de setembro. O *Comércio varejista ampliado*, que inclui os segmentos *Veículos, motos e peças* (8,6%) e *Materiais de construção* (8,1%), registrou acréscimo de 10,7%.

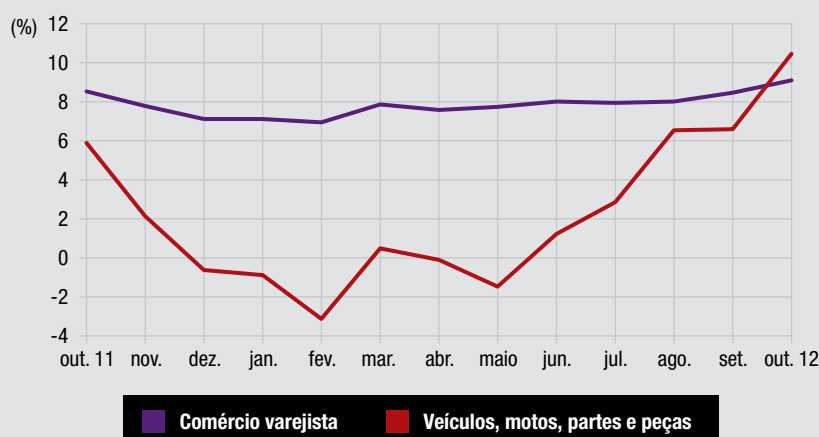


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – out. 2011-out. 2012

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

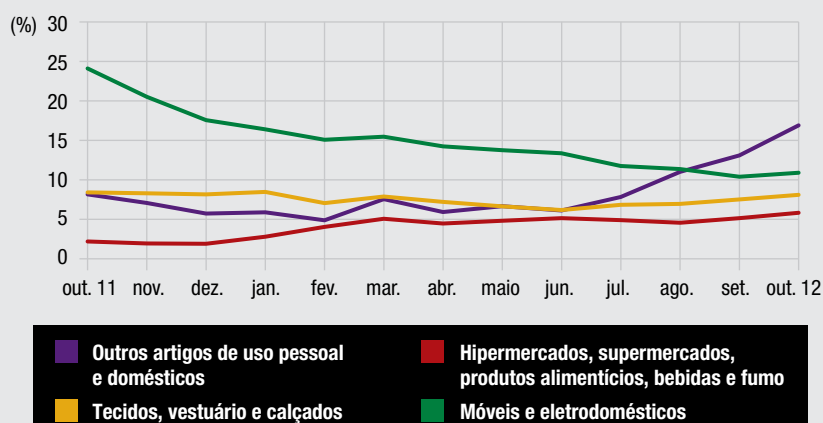


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – out. 2011-out. 2012

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas contribuições positivas no comércio varejista foram *Móveis e eletrodomésticos* (10,9%), *Hipermercados e supermercados* (5,8%), *Combustíveis e lubrificantes* (9,2%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (16,9%), *Tecidos e vestuários* (8,1%) e *Artigos farmacêuticos e cosméticos* (7,9%).

Segundo o Banco Central (Bacen), em outubro de 2012, foram emitidos 197 mil cheques sem fundos na Bahia, retração de 20,3% em comparação com o mesmo mês de 2011. Seguindo trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses apontou variação negativa de 13,2%.

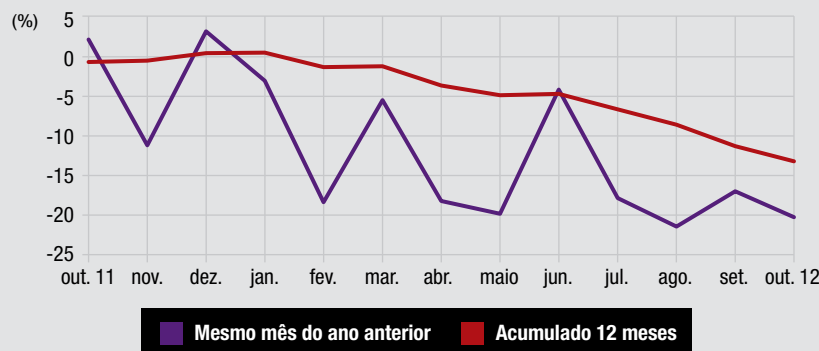


Gráfico 13
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – out. 2011-out. 2012

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

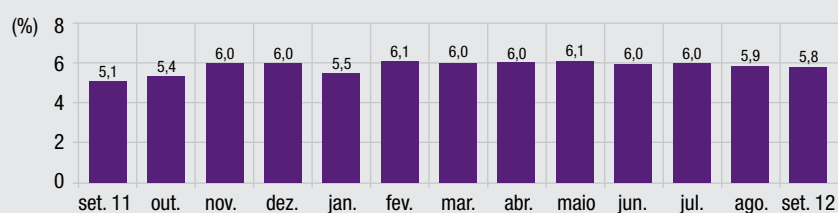


Gráfico 14
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – set. 2011-set. 2012

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em setembro de 2012, a taxa de inadimplência das operações de crédito do sistema financeiro nacional para as pessoas físicas na Bahia ficou em 5,8%, ante os 5,1% em setembro de 2011, seguindo uma trajetória média em torno de 5,9% ao longo do ano.

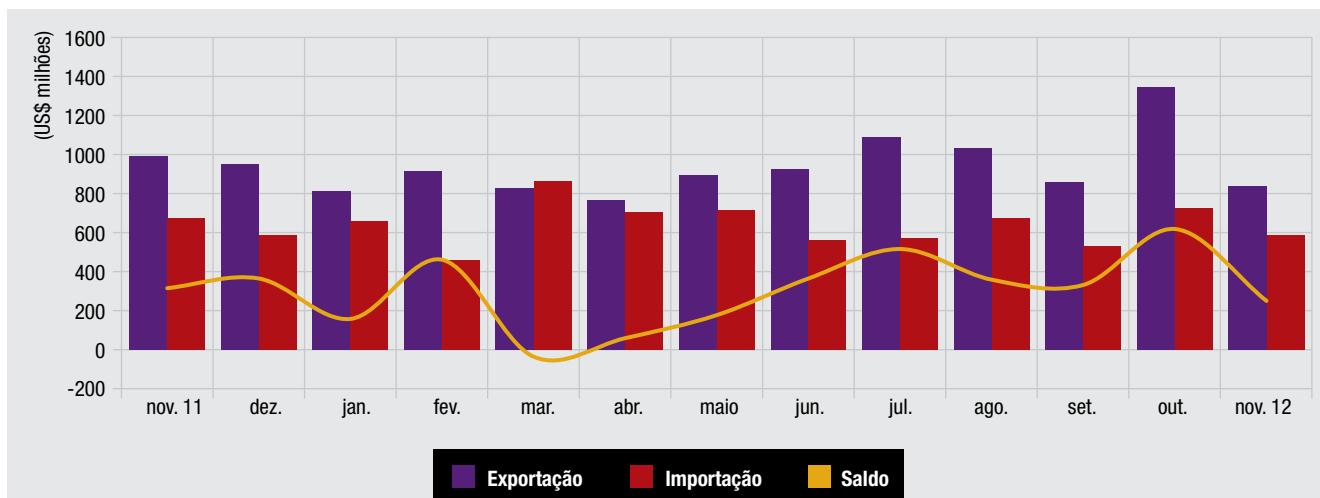


Gráfico 15
Balança comercial – Bahia – nov. 2011-nov. 2012

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em novembro de 2012, as exportações baianas somaram US\$ 836 milhões, e as importações, US\$ 587 milhões, resultando em um superávit de US\$ 250 milhões. Confrontando novembro de 2012 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontaram retração, com variação de 15,6%, e as importações, no referido mês, também apresentaram a mesma trajetória, com variação de 13,2%.

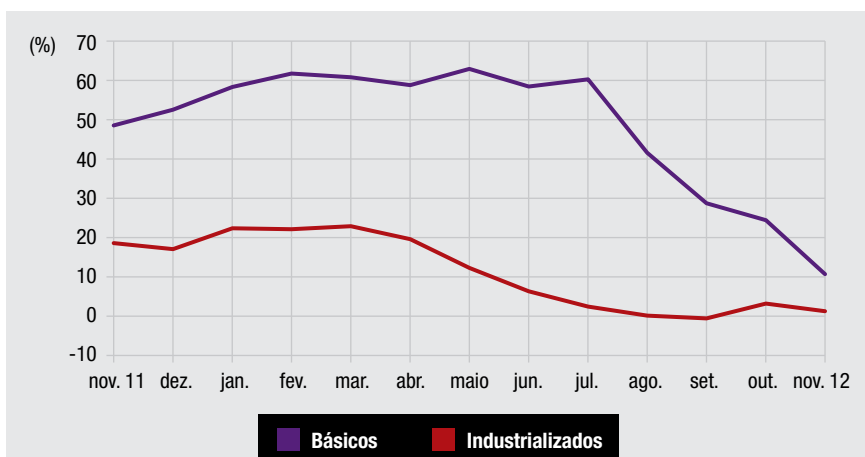


Gráfico 16
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – nov 2011-nov. 2012

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, na comparação entre novembro de 2012 e novembro de 2011, registraram retração nas vendas de produtos básicos (37,5%) e de produtos industrializados (-5,6%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados tiveram ampliação de 10,7% e 1,2%, respectivamente.

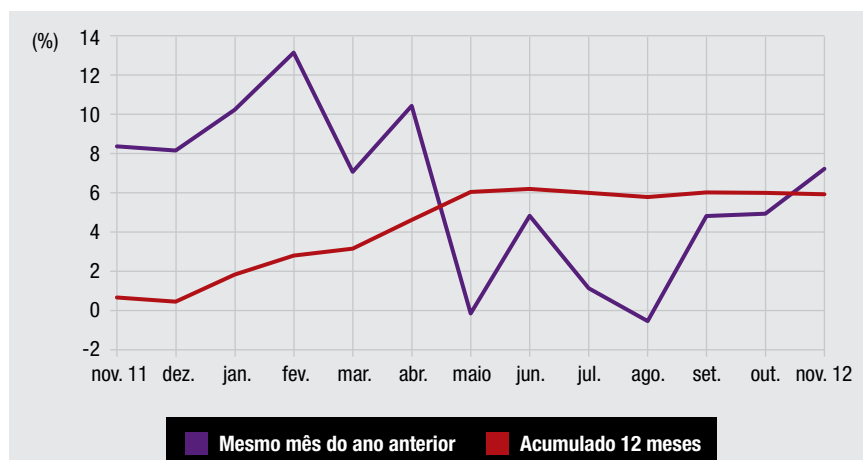


Gráfico 17
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – nov. 2011-nov. 2012

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – ICMS e outros tributos – somou R\$ 1,41 bilhão em novembro, proporcionando um aumento de 6,3% em relação a igual mês do ano anterior. O principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS, totalizou, em novembro, aproximadamente R\$ 1,25 bilhão, com acréscimo de 7,2% em relação ao mesmo mês de 2011. No acumulado dos últimos 12 meses, registrou aumento de 5,9%, em novembro, menor que a do mês anterior.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em julho de 2012, houve aumento de 5.695 postos de trabalho na Bahia, representando elevação de 0,34% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior. Tal resultado decorreu, principalmente, do acréscimo de postos de trabalho nos setores de *Comércio* (4.056), *Serviços* (3.489) e *Construção Civil* (1.656), cujos saldos superaram a queda da *Agropecuária* (-1.885) e da *Indústria de transformação* (-1.419). Em termos espaciais, em novembro, a RMS contabilizou saldo de empregos de 5.164 postos, representando um acréscimo de 0,59% em relação ao estoque de emprego do mês anterior. Entre os municípios com mais de 30 mil habitantes, destacaram-se Salvador, Feira de Santana, Lauro de Freitas e Itabuna, com saldos positivos de, respectivamente, 4.380, 1.371, 977 e 291 postos de trabalho.

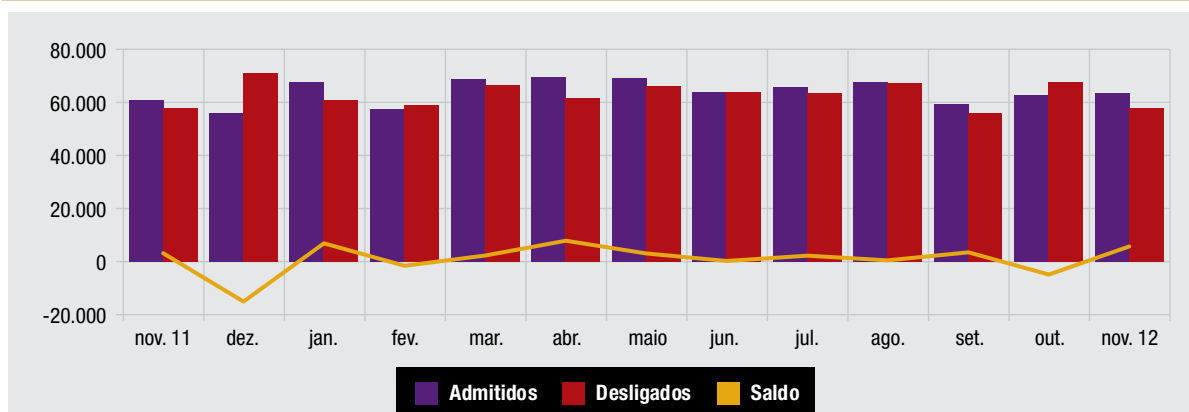
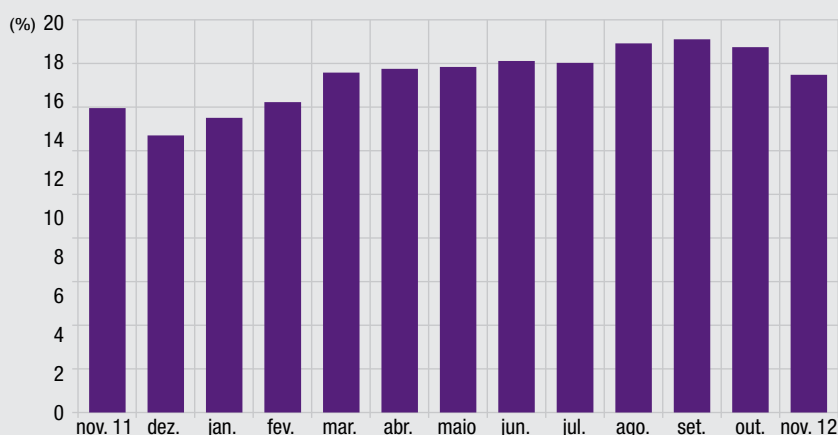


Gráfico 18
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – nov. 2011-nov. 2012

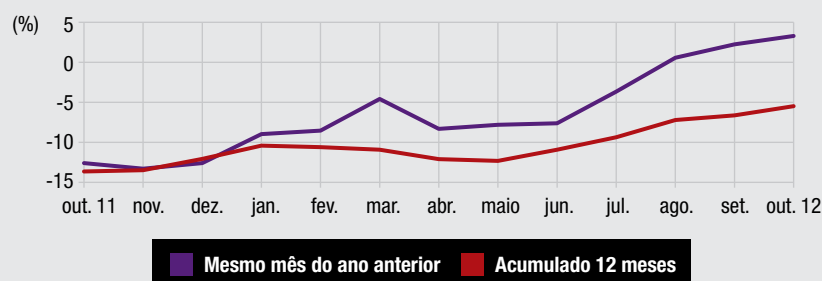
Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).
Notas: Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Este saldo não levou em consideração a incorporação de 45.565 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a agosto de 2011. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011.

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na Região Metropolitana de Salvador (RMS), indicaram leve decréscimo na taxa de desemprego total que, em novembro, foi de 17,2%, valor menor ao observado em outubro de 2012 (18,6%). Em novembro de 2011, a taxa de desemprego foi de 15,5%, indicando aumento de 1,7 p.p. no período. Com relação ao total de ocupados, ocorreu aumento de 8,1% na comparação entre novembro de 2011 e o mesmo mês de 2012. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, houve acréscimo nos quatro setores analisados: *Serviços* (11,1%), *Construção* (8,0%), *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (2,4%) e, com menor intensidade, *Indústria de transformação* (0,8%).

**Gráfico 19****Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – nov. 2011-nov. 2012**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

**Gráfico 20****Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS Bahia – out. 2011-out. 2012**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de outubro de 2012 (R\$ 1.064), em comparação ao mês de outubro de 2011 (R\$ 1.060), apresentou acréscimo de 3,3%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), acumulando nos últimos 12 meses variação negativa de -5,5%. A massa real de rendimentos dos ocupados cresceu 9,6% em outubro, e, no acumulado dos últimos 12 meses, passou de -2,0%, em setembro, para 0,1% em outubro. A recuperação da massa de rendimentos em setembro deve-se ao forte acréscimo no emprego (6,2%), uma vez que o rendimento médio real aumentou 3,3% no período.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – nov. 2012

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	nov. 2011	nov. 2012	No ano (2)	12 meses (3)	Jun. 2007=100	Jun. 1994=100
Alimentos e bebidas	1,30	0,95	9,34	10,23	149,88	366,99
Habituação e encargos	0,04	0,18	7,77	8,10	139,56	957,00
Artigos de residência	0,41	1,55	0,29	-0,52	90,84	209,06
Vestuário	0,40	0,64	1,94	-0,72	108,23	194,02
Transporte e comunicação	-0,60	0,01	2,07	3,33	112,47	806,51
Saúde e cuidados pessoais	0,04	0,96	7,34	6,94	132,13	442,83
Despesas pessoais	1,29	0,32	9,09	9,19	140,86	555,66
Geral	0,44	0,53	6,08	6,37	128,70	432,71

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – out. 2012

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	
Aracaju	206,03	-0,85	13,07	12,78	36,00
Belém	268,58	2,36	10,19	12,92	46,93
Belo Horizonte	290,61	-1,69	10,08	15,23	50,78
Brasília	271,55	-3,66	9,55	11,70	47,45
Curitiba	282,97	0,91	13,81	15,04	49,45
Florianópolis	282,80	-9,04	7,76	8,36	49,42
Fortaleza	255,11	2,54	18,54	28,40	44,58
Goiânia	251,12	0,40	1,79	7,56	43,88
João Pessoa	232,97	-0,11	14,08	19,39	40,71
Manaus	298,22	3,61	16,59	18,54	52,11
Natal	247,18	2,45	16,40	23,25	43,20
Porto Alegre	305,72	-1,84	10,42	10,23	53,43
Recife	250,28	4,49	15,88	21,39	43,74
Salvador	223,00	2,43	6,79	8,72	38,97
São Paulo	311,55	0,80	12,36	16,70	54,44
Rio de Janeiro	295,39	-0,60	12,36	17,23	51,62
Vitória	293,83	-2,29	6,70	16,61	51,35

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2011/2012

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2011	2012 (2)	Variação (%)	2011 (1)	2012 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	140.254	116.829	-16,7	5.841	6.116	4,7
Algodão herbáceo	1.579.841	1.257.864	-20,4	415.806	432.862	4,1
Alho	9.418	8.571	-9,0	892	746	-16,4
Amendoim	9.061	6.255	-31,0	8.744	7.466	-14,6
Arroz total	34.608	24.802	-28,3	17.729	15.005	-15,4
Batata-inglesa	341.778	51.145	-85,0	9.656	1.406	-85,4
Cana-de-açúcar	6.992.412	8.494.328	21,5	116.171	147.397	26,9
Cebola	190.278	221.751	16,5	8.885	7.710	-13,2
Feijão total	222.382	115.587	-48,0	551.237	296.791	-46,2
Feijão 1ª safra	115.431	66.959	-42,0	242.064	200.380	-17,2
Feijão 2ª safra	106.951	48.628	-54,5	309.173	96.411	-68,8
Fumo	3.971	3.402	-14,3	4.067	3.544	-12,9
Mamona	90.031	21.773	-75,8	143.354	78.657	-45,1
Mandioca	2.966.230	2.643.530	-10,9	254.610	332.815	30,7
Milho total	2.051.623	2.001.103	-2,5	799.428	582.430	-27,1
Milho 1ª safra	1.742.982	1.779.229	2,1	455.485	425.674	-6,5
Milho 2ª safra	308.641	221.874	-28,1	343.943	156.756	-54,4
Soja	3.512.568	3.214.169	-8,5	1.045.240	1.112.467	6,4
Sorgo granífero	163.227	38.551	-76,4	110.218	88.021	-20,1
Tomate	341.008	179.186	-47,5	8.109	5.521	-31,9
Pernamentes						
Banana (4)	1.239.650	1.069.985	-13,7	74.965	72.731	-3,0
Cacau	156.289	158.890	1,7	533.315	523.301	-1,9
Café total	151.742	141.979	-6,4	153.804	172.287	12,0
Café arábica	110.300	93.572	-15,2	120.373	128.899	7,1
Café cenephora	41.442	48.407	16,8	33.431	43.388	29,8
Castanha-de-cajú	1.756	6.770	285,5	25.727	28.814	12,0
Coco-da-baía (3)	529.464	549.062	3,7	76.795	79.069	3,0
Guaraná	3.026	2.676	-11,6	6.799	6.669	-1,9
Laranja (4)	1.030.763	1.045.807	1,5	63.303	77.676	22,7
Pimenta-do-reino	4.011	4.007	-0,1	1.814	1.797	-0,9
Sisal	275.008	171.472	-37,6	275.389	244.639	-11,2
Uva	65.176	61.967	-4,9	2.718	2.625	-3,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal 2011.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Novembro de 2012 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2011/2012

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2011 (1)	2012 (2)	Variação (%)	2011 (1)	2012 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.841	5.226	-10,5	24.012	22.355	-6,9
Algodão herbáceo	415.700	396.600	-4,6	3.800	3.172	-16,5
Alho	892	746	-16,4	10.558	11.489	8,8
Amendoim	8.744	6.126	-29,9	1.036	1.021	-1,5
Arroz total	17.729	14.632	-17,5	1.952	1.695	-13,2
Batata-inglesa	9.656	1.406	-85,4	35.395	36.376	2,8
Cana-de-açúcar	116.171	137.475	18,3	60.191	61.788	2,7
Cebola	8.885	7.710	-13,2	21.416	28.761	34,3
Feijão total	397.969	218.251	-45,2	561	530	-5,5
Feijão 1ª safra	208.495	137.636	-34,0	554	486	-12,1
Feijão 2ª safra	189.474	80.615	-57,5	564	603	6,9
Fumo	4.067	3.514	-13,6	976	968	-0,8
Mamona	140.954	48.730	-65,4	639	447	-30,0
Mandioca	252.770	247.952	-1,9	11.735	10.661	-9,1
Milho total	625.363	422.948	-32,4	3.282	4.731	44,2
Milho 1ª safra	395.019	323.273	-18,2	4.412	5.504	24,7
Milho 2ª safra	230.344	99.675	-56,7	1.340	2.226	66,1
Soja	1.045.240	1.112.467	6,4	3.361	2.889	-14,0
Sorgo granífero	109.871	54.195	-50,7	1.486	711	-52,1
Tomate	8.109	4.357	-46,3	42.053	41.126	-2,2
Permanentes						
Banana (4)	74.965	71.068	-5,2	16.536	15.056	-9,0
Cacau	533.315	523.301	-1,9	293	304	3,6
Café total	153.804	158.874	3,3	987	894	-9,4
Café arábica	120.373	123.331	2,5	916	759	-17,2
Café cenephora	33.431	35.543	6,3	1.240	1.362	9,9
Castanha-de-cajú	25.727	28.210	9,7	68	240	251,6
Coco-da-baía (3)	76.795	75.365	-1,9	6.895	7.285	5,7
Guaraná	6.799	6.669	-1,9	445	401	-9,8
Laranja (4)	63.303	64.398	1,7	16.283	16.240	-0,3
Pimenta-do-reino	1.814	1.729	-4,7	2.211	2.318	4,8
Sisal	275.389	183.563	-33,3	999	934	-6,5
Uva	2.718	2.489	-8,4	23.979	24.896	3,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Produção Agrícola Municipal 2011.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Novembro de 2012 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – out. 2012

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	1,0	2,3	1,2
Extrativa Mineral	7,0	-1,1	-2,5
Indústria de Transformação	0,7	2,5	1,4
Alimentos e bebidas	4,0	2,6	3,8
Celulose, papel e produtos de papel	9,1	1,9	0,9
Refino de petróleo e álcool	-4,2	-0,7	-5,2
Produtos químicos	-6,6	8,6	9,0
Borracha e plástico	18,4	10,7	10,0
Minerais não metálicos	5,5	3,8	2,6
Metalurgia básica	9,3	-12,4	-11,2
Veículos automotores	62,2	-5,3	-9,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – out. 2011-out. 2012

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	12 meses (3)
Outubro 2011	-4,1	-4,5	-5,0
Novembro	-3,4	-4,4	-5,0
Dezembro	-4,5	-4,4	-4,4
Janeiro	7,5	7,5	-3,0
Fevereiro	21,8	14,0	-0,3
Março	-0,6	8,7	0,1
Abril	-2,0	5,9	0,3
Maió	-0,4	4,5	0,6
Junho	-3,6	3,1	-0,2
Julho	0,6	2,7	0,3
Agosto	2,7	2,7	0,7
Setembro	2,8	2,7	1,0
Outubro 2012	0,7	2,5	1,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia – nov. 2012

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Rural/Irrigação	0,7	5,1	20,2	19,8
Residencial	0,0	1,7	2,8	2,3
Industrial (1)	-3,8	-9,7	-8,6	-8,1
Comercial	0,7	0,2	0,3	0,0
Utilidades públicas (2)	-1,1	-5,0	1,1	1,1
Setor público	-7,4	32,2	14,4	13,0
Concessionária	2,3	-12,2	4,2	3,1
Total	-4,4	-2,8	-1,2	-1,3

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – out. 2012

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	10,2	10,3	9,1
Combustíveis e lubrificantes	-5,6	9,6	9,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,4	6,7	5,8
Hipermercados e supermercados	9,4	5,6	4,7
Tecidos, vestuário e calçados	12,8	9,4	8,1
Móveis e eletrodomésticos	9,4	12,5	10,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	16,8	9,3	9,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	33,0	-1,1	1,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	17,2	28,8	16,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	39,8	20,9	16,9
Veículos, motos e peças	38,7	14,8	10,5
Material de construção	12,0	6,8	6,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – nov. 2011 - nov. 2012

(%)

Períodos	Quantidade				Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	12 meses (4)
Novembro 2011	-5,4	-16,1	-8,1	-8,0	-7,6	3,0	3,2
Dezembro	0,2	-15,7	-8,7	-8,7	-8,0	1,9	1,9
Janeiro	3,6	-6,7	-6,7	-9,1	0,7	0,7	1,3
Fevereiro	-13,0	-13,6	-10,0	-10,1	-8,9	-4,0	0,1
Março	7,1	-12,8	-11,0	-9,9	-5,3	-4,4	-1,6
Abril	-4,5	-7,2	-10,1	-9,6	-2,4	-4,0	-1,7
Maio	-5,2	-23,4	-12,9	-11,4	-17,8	-6,9	-4,1
Junho	-9,1	-21,4	-14,3	-12,2	-16,3	-8,5	-5,5
Julho	13,3	-9,7	-13,6	-12,0	-5,2	-8,0	-5,7
Agosto	-3,2	-24,6	-15,1	-13,9	-17,0	-9,2	-7,6
Setembro	-13,4	-27,0	-16,4	-15,3	-20,6	-10,5	-9,1
Outubro	21,6	-13,1	-16,1	-16,0	-5,6	-10,0	-9,6
Novembro 2012	-11,8	-18,9	-16,3	-16,3	-12,5	-10,2	-10,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmento - Bahia - jan.- nov. 2011/2012

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2011	2012		
Petróleo e derivados	1.718.698	1.952.764	13,62	19,0
Químicos e petroquímicos	1.658.295	1.661.012	0,16	16,14
Papel e celulose	1.657.696	1.502.741	-9,35	14,60
Soja e derivados	1.244.111	1.393.212	11,98	13,54
Algodão e seus subprodutos	592.893	670.260	13,05	6,51
Metalúrgicos	828.218	477.313	-42,37	4,64
Metais preciosos	395.822	401.596	1,46	3,90
Embarcações e est. flutuantes	-	381.773	-	3,71
Automotivo	417.499	321.961	-22,88	3,13
Borracha e suas obras	275.753	314.855	14,18	3,06
Cacau e derivados	260.945	228.388	-12,48	2,22
Café e especiarias	171.892	141.113	-17,91	1,37
Minerais	142.120	130.031	-8,51	1,26
Couros e peles	118.802	122.763	3,33	1,19
Frutas e suas preparações	131.243	122.354	-6,77	1,19
Calçados e suas partes	73.901	79.307	7,32	0,77
Sisal e derivados	74.662	71.996	-3,57	0,70
Máqs., apars. e mat. elétricos	72.502	62.079	-14,38	0,60
Milho e derivados	-	61.154	-	0,59
Fumo e derivados	26.860	34.599	28,81	0,34
Móveis e semelhantes	14.421	7.092	-50,83	0,07
Demais segmentos	191.149	153.266	-19,82	1,49
Total	10.067.483	10.291.627	2,23	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/12/2012.

Elaboração: SEI/CAC.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-nov. 2011/2012

Países	Peso (ton.)		Var. (%)	(US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2010	2011		2010	2011		
China	1.664.217	1.795.943	7,92	1.353.836	1.369.570	1,16	13,31
Estados Unidos	1.124.137	1.127.694	0,32	1.323.166	1.265.347	-4,37	12,29
Países Baixos (Holanda)	854.366	934.094	9,33	844.939	1.140.545	34,99	11,08
Antilhas Holandesas	977.663	1.637.020	67,44	587.032	1.084.651	84,77	10,54
Argentina	1.018.705	410.338	-59,72	1.359.216	936.991	-31,06	9,10
Alemanha	965.398	783.328	-18,86	608.414	503.538	-17,24	4,89
Cingapura	529.754	429.455	-18,93	342.739	289.591	-15,51	2,81
Bélgica	419.770	418.579	-0,28	303.889	270.096	-11,12	2,62
Itália	320.724	360.887	12,52	412.809	256.406	-37,89	2,49
França	243.452	376.035	54,46	142.171	220.441	55,05	2,14
Coréia do Sul	89.381	99.808	11,67	208.655	196.401	-5,87	1,91
México	55.992	97.715	74,52	190.665	178.156	-6,56	1,73
Japão	287.133	209.800	-26,93	194.293	173.063	-10,93	1,68
Canadá	9.582	9.862	2,92	63.432	170.939	169,49	1,66
Indonésia	66.901	89.857	34,31	113.043	166.953	47,69	1,62
Espanha	302.537	263.547	-12,89	204.698	153.359	-25,08	1,49
Colômbia	109.771	132.431	20,64	213.438	145.051	-32,04	1,41
Suiça	530	1.215	129,27	108.751	134.782	23,94	1,31
Venezuela	19.199	24.779	29,06	114.931	120.618	4,95	1,17
Finlândia	34.064	67.682	98,69	83.068	109.728	32,09	1,07
Demais países	1.186.432	1.472.494	24,11	1.294.297	1.405.400	8,58	13,66
Total	10.279.708	10.742.562	4,50	10.067.483	10.291.627	2,23	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 10/12/2012.

Elaboração: SEI/CAC.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12
Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-out. 2012

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2011	1.730	115,6	1.495	136,0	235	59,0	1.263	131,8	57,8	13,6	3.462
Fevereiro	1.714	114,5	1.469	133,7	245	61,6	1.283	133,9	57,2	14,3	3.466
Março	1.687	112,7	1.422	129,4	265	66,6	1.315	137,3	56,2	15,7	3.470
Abril	1.675	111,9	1.412	128,5	263	66,1	1.332	139,0	55,7	15,7	3.474
Mai	1.674	111,8	1.413	128,6	261	65,6	1.337	139,6	55,6	15,6	3.478
Junho	1.683	112,4	1.422	129,4	261	65,6	1.333	139,1	55,8	15,5	3.482
Julho	1.700	113,6	1.435	130,6	265	66,6	1.320	137,8	56,3	15,6	3.486
Agosto	1.721	115,0	1.453	132,2	268	67,3	1.304	136,1	56,9	15,6	3.490
Setembro	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6	1.302	135,9	57,0	15,8	3.494
Outubro	1.720	114,9	1.447	131,7	273	68,6	1.314	137,2	56,7	15,9	3.498
Novembro	1.710	114,2	1.445	131,5	265	66,6	1.328	138,6	56,3	15,5	3.501
Dezembro	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1	1.320	137,8	56,6	14,1	3.505
Janeiro 2012	1.761	117,6	1.497	136,2	264	66,3	1.286	134,2	57,8	15,0	3.509
Fevereiro	1.788	119,4	1.505	136,9	283	71,1	1.263	131,8	58,6	15,8	3.513
Março	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	1.268	132,4	58,5	17,3	3.517
Abril	1.778	118,8	1.467	133,5	311	78,1	1.283	133,9	58,1	17,5	3.521
Mai	1.803	120,4	1.486	135,2	317	79,6	1.263	131,8	58,8	17,6	3.525
Junho	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	1.247	130,2	59,4	17,9	3.529
Julho	1.842	123,0	1.514	137,8	328	82,4	1.233	128,7	59,9	17,8	3.533
Agosto	1.854	123,8	1.505	136,9	349	87,7	1.226	128,0	60,2	18,8	3.537
Setembro	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	1.200	125,3	61,1	19,0	3.541
Outubro 2012	1.887	126,1	1.536	139,8	351	88,2	1.201	125,4	61,1	18,6	3.545
Variação mensal (%)											
Out. 2012/set. 2012	0,2		0,7		-2,0		0,1		0,0		-2,1
Variação no ano (%)											
Out. 2012/dez. 2011	9,6		3,9		44,4		-9,0		8,0		31,9
Variação anual (%)											
Ou. 2012/out. 2011	9,7		6,2		28,6		-8,6		7,8		17,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador

Jan. 2011-out. 2012

(%)

Trimestres	Taxas de Desemprego, por Tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais Municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2011	13,6	9,4	4,2	2,8	1,4	12,7	8,8	3,9	17,2	11,8	(1)
Fevereiro	14,3	9,6	4,7	3,2	1,5	14,1	9,3	4,8	15,2	10,7	(1)
Março	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0	15,3	9,5	5,8	17,3	12,0	(1)
Abril	15,7	10,2	5,5	3,6	1,9	15,1	9,6	5,5	18,0	12,7	(1)
Maio	15,6	10,2	5,4	3,6	1,8	14,8	9,4	5,3	19,1	13,4	(1)
Junho	15,5	10,4	5,1	3,6	1,5	14,6	9,7	5,0	18,9	13,2	(1)
Julho	15,6	10,6	5,0	3,5	1,5	14,8	10,0	4,7	18,9	13,0	(1)
Agosto	15,6	11,0	4,6	3,4	(1)	15,0	10,6	4,5	17,6	12,5	(1)
Setembro	15,8	11,3	4,5	3,3	(1)	15,2	10,8	4,4	18,0	13,0	(1)
Outubro	15,9	11,2	4,8	3,6	(1)	15,3	10,5	4,8	18,2	13,5	(1)
Novembro	15,5	10,6	5,0	3,6	1,3	14,6	9,7	4,9	18,8	13,6	(1)
Dezembro	14,1	9,8	4,3	3,2	(1)	13,4	9,1	4,3	16,8	12,3	(1)
Janeiro 2012	15,0	10,3	4,7	3,4	1,3	14,5	9,9	4,7	17,0	12,1	(1)
Fevereiro	15,8	10,9	4,9	3,6	1,3	15,3	10,5	4,9	17,5	12,5	(1)
Março	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3	17,2	11,3	5,9	17,6	13,1	(1)
Abril	17,5	11,8	5,7	4,4	1,3	17,1	11,1	6,1	18,7	14,4	(1)
Maio	17,6	12,0	5,6	4,2	1,4	17,1	11,3	5,9	19,1	14,5	(1)
Julho	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5	17,1	11,4	5,7	20,5	14,8	5,7
Julho	17,8	12,4	5,5	4,1	1,4	17,1	11,8	5,3	20,4	14,5	6,0
Agosto	18,8	13,0	5,9	4,5	1,4	18,2	12,2	6,0	21,0	15,5	5,5
Setembro	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3	17,9	12,2	5,7	22,6	16,3	6,3
Outubro 2012	18,6	12,7	5,9	4,6	1,3	17,6	11,7	5,9	22,0	16,2	5,9
Variação mensal											
Out. 2012/set. 2012	-2,1	-3,1	0,0	0,0	0,0	-1,7	-4,1	3,5	-2,7	-0,6	-6,3
Variação no ano											
Out. 2012/dez. 2011	31,9	29,6	37,2	43,8	–	31,3	28,6	37,2	31,0	31,7	–
Variação anual											
Out. 2012/out. 2011	17,0	13,4	22,9	27,8	–	15,0	11,4	22,9	20,9	20,0	–

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-out. 2012

(%)

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar							
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços			
					Total (5)	Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (6)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (7)	Serviços domésticos (8)
Janeiro 2011	100,0	9,0	8,7	18,8	60,5	20,6	12,9	7,0
Fevereiro	100,0	8,8	9,1	18,9	60,6	20,5	13,4	7,7
Março	100,0	9,0	9,1	18,4	60,8	20,7	14,2	7,9
Abril	100,0	8,9	9,0	18,3	61,0	20,3	13,9	8,0
Maio	100,0	9,1	8,8	18,3	60,6	19,8	13,5	8,0
Junho	100,0	9,3	8,9	18,4	60,1	19,5	12,6	7,9
Julho	100,0	9,1	8,4	19,1	60,4	19,4	13,2	8,1
Agosto	100,0	9,1	8,6	19,3	60,1	18,7	13,3	8,2
Setembro	100,0	8,5	9,2	19,7	60,1	18,1	13,9	8,5
Outubro	100,0	8,7	9,3	20,0	59,5	17,6	13,5	8,6
Novembro	100,0	9,0	9,5	19,9	59,2	17,8	13,3	8,6
Dezembro	100,0	9,2	9,5	19,8	58,9	17,6	13,4	8,6
Janeiro 2012	100,0	8,7	10,0	19,6	59,3	17,7	13,8	8,9
Fevereiro	100,0	8,5	10,0	19,4	59,5	18,1	13,6	8,8
Março	100,0	8,3	9,9	19,1	59,8	18,4	13,4	8,7
Abril	100,0	8,7	10,0	18,9	59,4	18,6	13,2	8,5
Maio	100,0	8,8	9,7	19,2	59,7	17,9	13,8	8,4
Junho	100,0	9,0	9,8	19,2	59,3	17,7	14,0	8,5
Julho	100,0	8,7	9,7	19,2	59,6	17,4	14,2	8,6
Agosto	100,0	8,7	9,4	19,2	59,7	17,6	14,1	8,3
Setembro	100,0	8,6	8,8	19,1	60,7	17,9	14,2	8,2
Outubro 2012	100,0	8,6	8,9	19,2	60,6	18,0	14,0	8,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). Serviços de Transporte, armazenagem e Correio (Seção H da CNAE 2.0 domiciliar). Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar). Atividades administrativas e serviços complementares (Seção N da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-out. 2012

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2011	67,5	45,2	8,6	13,5	20,9	18,5	2,3	2,9	7,0	1,7
Fevereiro	66,9	45,3	8,2	13,3	21,1	18,9	2,2	2,6	7,7	1,7
Março	66,6	45,3	8,3	12,9	21,0	18,6	2,3	2,9	7,9	1,6
Abril	67,2	46,6	8,0	12,5	20,5	18,0	2,5	2,9	8,0	(3)
Maio	68,0	47,9	8,0	12,0	19,6	17,2	2,4	2,8	8,0	(3)
Junho	68,5	48,2	8,0	12,2	19,8	17,5	2,3	2,4	7,9	(3)
Julho	67,7	47,5	7,8	12,4	20,5	17,8	2,7	2,3	8,1	(3)
Agosto	66,8	47,0	7,9	11,9	21,1	18,4	2,7	2,4	8,2	(3)
Setembro	66,0	46,8	7,9	11,3	21,6	19,1	2,5	2,4	8,5	(3)
Outubro	66,1	47,5	8,1	10,5	21,2	19,2	2,0	2,5	8,6	1,6
Novembro	66,7	48,2	8,3	10,3	20,6	18,9	1,7	2,5	8,6	1,6
Dezembro	66,2	47,8	8,2	10,2	20,8	19,0	1,8	2,8	8,6	1,6
Janeiro 2012	65,5	46,8	8,4	10,4	21,4	19,6	1,8	2,6	8,9	1,6
Fevereiro	65,9	46,8	8,4	10,7	21,2	19,6	1,7	2,5	8,8	1,6
Março	67,0	48,1	8,3	10,4	20,6	19,1	1,5	2,4	8,7	1,3
Abril	67,9	49,6	8,2	10,1	20,0	18,4	1,7	2,3	8,5	(3)
Maio	68,3	50,5	8,0	9,7	19,7	18,0	1,7	2,2	8,4	1,4
Junho	67,7	50,1	8,0	9,5	20,3	18,5	1,9	2,1	8,5	1,4
Julho	67,3	49,3	8,1	9,9	20,5	18,8	1,7	2,2	8,6	1,4
Agosto	66,2	48,3	8,0	9,9	21,6	19,6	2,0	2,2	8,3	1,7
Setembro	66,6	48,0	8,5	10,1	21,3	19,3	1,9	2,3	8,2	1,6
Outubro 2012	66,9	47,9	8,6	10,4	20,8	19,0	1,8	2,4	8,0	1,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-set. 2012

(R\$)

Trimestres	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2011	1.178	107,9	1.285	106,5	861	116,5
Fevereiro	1.172	107,4	1.275	105,6	818	110,7
Março	1.115	102,1	1.218	100,9	805	109,0
Abril	1.138	104,2	1.245	103,1	810	109,7
Maio	1.120	102,7	1.226	101,6	805	109,0
Junho	1.125	103,1	1.235	102,4	831	112,5
Julho	1.092	100,0	1.193	98,8	852	115,3
Agosto	1.067	97,8	1.171	97,0	814	110,2
Setembro	1.054	96,6	1.165	96,5	775	105,0
Outubro	1.053	96,5	1.166	96,6	740	100,2
Novembro	1.053	96,5	1.177	97,5	760	102,8
Dezembro	1.066	97,7	1.189	98,5	775	105,0
Janeiro 2012	1.074	98,4	1.190	98,6	780	105,6
Fevereiro	1.068	97,9	1.174	97,3	782	105,8
Março	1.056	96,8	1.160	96,1	757	102,4
Abril	1.039	95,2	1.142	94,6	764	103,5
Maio	1.030	94,4	1.138	94,3	760	102,8
Junho	1.042	95,4	1.138	94,2	813	110,1
Julho	1.050	96,2	1.146	95,0	819	110,9
Agosto	1.062	97,4	1.155	95,7	820	111,0
Setembro 2012	1.057	96,8	1.155	95,7	793	107,3
Variação mensal (%)						
Set. 2012/ago. 2012		-0,6		0,0		-3,3
Variação no ano (%)						
Set. 2012/dez. 2011		-0,9		-2,8		2,3
Variação anual (%)						
Set. 2012/set. 2011		0,3		-0,8		2,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclui os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Junho – 2012.

(4) Base: Média de 2000 = 100

Tabela 17
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-set. 2012

(R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2011	1.178	(3)	649	793	1.158	2.689
Fevereiro	1.172	(3)	668	754	1.127	2.742
Março	1.115	(3)	663	754	1.075	2.621
Abril	1.138	(3)	685	748	1.085	2.703
Maio	1.120	(3)	659	763	1.084	2.807
Junho	1.125	(3)	651	733	1.091	2.883
Julho	1.092	(3)	678	759	1.061	2.801
Agosto	1.067	(3)	678	765	1.067	2.640
Setembro	1.054	(3)	672	762	1.062	2.573
Outubro	1.053	(3)	662	744	1.066	2.597
Novembro	1.053	(3)	672	743	1.049	2.575
Dezembro	1.066	(3)	679	753	1.067	2.638
Janeiro 2012	1.074	(3)	674	760	1.088	2.612
Fevereiro	1.068	(3)	686	778	1.092	2.551
Março	1.056	(3)	701	784	1.061	2.588
Abril	1.039	(3)	697	788	1.031	2.489
Maio	1.030	516,1	680	765	1.042	2.549
Junho	1.042	508,9	686	776	1.069	2.519
Julho	1.050	508,8	693	779	1.091	2.601
Agosto	1.062	549,1	707	786	1.072	2.575
Setembro 2012	1.057	(3)	697	773	1.058	2.615
Variação Mensal (%)						
Set-2012/Ago-2012	-0,6	–	-1,4	-1,7	-1,3	1,5
Variação no Ano (%)						
Set-2012/Dez-2011	-0,9	–	2,6	2,6	-0,9	-0,9
Variação Anual (%)						
Set-2012/Set-2011	0,3	–	3,7	1,5	-0,4	1,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: SEI-IPC; valores em reais de Setembro – 2012.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-set. 2012

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2011	1.285	1.104	1.489	873	1.063	1.179	674	2.032
Fevereiro	1.275	1.099	1.388	891	1.072	1.172	680	2.038
Março	1.218	1.050	1.303	858	1.036	1.108	689	1.983
Abril	1.245	1.067	1.284	903	1.048	1.124	705	2.111
Mai	1.226	1.062	1.322	870	1.038	1.117	716	2.022
Junho	1.235	1.055	1.329	867	1.023	1.115	679	2.079
Julho	1.193	1.035	1.305	843	1.012	1.104	621	1.955
Agosto	1.171	1.033	1.254	871	1.011	1.097	630	1.882
Setembro	1.165	1.039	1.307	889	1.007	1.107	614	1.884
Outubro	1.166	1.041	1.358	890	1.005	1.106	636	1.918
Novembro	1.177	1.043	1.389	893	998	1.108	644	1.966
Dezembro	1.189	1.046	1.336	876	1.016	1.110	671	1.998
Janeiro 2012	1.190	1.045	1.285	876	1.009	1.113	648	1.999
Fevereiro	1.174	1.040	1.283	863	1.005	1.106	648	1.971
Março	1.160	1.042	1.336	862	990	1.101	680	1.908
Abril	1.142	1.035	1.331	871	1.000	1.093	682	1.859
Mai	1.138	1.029	1.438	869	977	1.091	653	1.892
Junho	1.138	1.024	1.400	887	979	1.092	617	1.894
Julho	1.146	1.034	1.403	897	972	1.104	616	1.867
Agosto	1.155	1.035	1.224	926	993	1.108	620	1.872
Setembro 2012	1.155	1.020	1.208	908	982	1.093	605	1.939
Variação mensal (%)								
Set. 2012/ago. 2012	0,0	-1,4	-1,4	-2,0	-1,0	-1,3	-2,4	3,6
Variação no ano (%)								
Set. 2012/dez. 2011	-2,8	-2,5	-9,6	3,6	-3,3	-1,5	-9,8	-2,9
Variação anual (%)								
Set. 2012/set. 2011	-0,8	-1,8	-7,6	2,1	-2,5	-1,3	-1,6	2,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: SEI-IPC; valores em reais de junho de 2012.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-set. 2012

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% Mais pobres ganham até	25% Mais pobres ganham até	50% Mais pobres ganham até	25% Mais ricos ganham acima de	10% Mais ricos ganham acima de	10% Mais pobres ganham até	25% Mais pobres ganham até	50% Mais pobres ganham até	25% Mais ricos ganham acima de	10% Mais ricos ganham acima de
Janeiro 2011	329	559	757	1.317	2.399	559	584	866	1.412	2.536
Fevereiro	324	559	757	1.297	2.327	559	589	865	1.405	2.503
Março	324	583	753	1.290	2.163	583	589	827	1.298	2.169
Abril	324	583	749	1.283	2.162	583	588	856	1.307	2.258
Maio	321	582	748	1.282	2.150	582	586	833	1.290	2.246
Junho	320	583	733	1.176	2.139	582	583	802	1.283	2.310
Julho	319	580	734	1.170	2.137	580	582	801	1.282	2.138
Agosto	319	580	745	1.160	2.128	580	582	814	1.277	2.128
Setembro	319	574	737	1.158	2.128	574	579	814	1.276	2.128
Outubro	317	575	730	1.147	2.112	573	580	813	1.267	2.127
Novembro	315	573	729	1.147	2.105	573	578	820	1.263	2.267
Dezembro	315	572	728	1.150	2.102	571	587	823	1.261	2.215
Janeiro 2012	314	573	731	1.149	2.096	570	650	819	1.258	2.269
Fevereiro	313	607	728	1.153	2.089	571	649	811	1.257	2.096
Março	313	644	728	1.144	2.079	644	649	810	1.253	2.089
Abril	320	636	728	1.143	2.047	636	647	819	1.241	2.070
Maio	314	631	724	1.116	2.028	631	643	811	1.227	2.047
Junho	306	630	730	1.125	2.027	630	636	811	1.216	2.047
Julho	303	629	728	1.115	2.027	629	630	810	1.216	2.028
Agosto	304	626	745	1.208	2.022	626	630	808	1.216	2.022
Setembro 2012	303	622	738	1.200	2.013	622	629	805	1.213	2.015
Variação mensal (%)										
Set. 2012/ago. 2012	-0,3	-0,7	-0,9	-0,7	-0,5	-0,7	-0,2	-0,4	-0,2	-0,4
Variação no ano (%)										
Set. 2012/dez. 2011	-3,7	8,8	1,4	4,3	-4,2	8,9	7,1	-2,2	-3,8	-9,0
Variação anual (%)										
Set. 2012/set. 2011	-5,0	8,4	0,1	3,6	-5,4	8,4	8,6	-1,1	-4,9	-5,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Infrator utilizado: SEI-IPC; valores em reais de junho de 2012.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação Mensal do Emprego
Bahia – jan. 2011-nov. 2012

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2011 (2)	77.650	5.777	8.823	17.131	37.395
Janeiro	7.438	995	820	671	2.852
Fevereiro	3.127	4	-445	160	2.733
Março	2.758	510	1.222	-1.518	684
Abril	10.623	1.065	2.831	882	4.065
Maiο	11.710	1.314	2.751	1.484	2.021
Junho	11.767	1.764	1.586	716	2.644
Julho	2.033	1.449	-3.833	381	2.088
Agosto	7.143	1.559	771	1.335	3.921
Setembro	3.025	455	-481	1.792	3.163
Outubro	481	845	-563	1.630	1.034
Novembro	3.157	-1.841	2.371	2.851	3.082
Dezembro	-15.069	-4.667	-5.068	-296	-1.342
2012 (3)	50.754	2.327	9.470	13.262	24.183
Janeiro	6.861	1.375	1.477	-546	3.363
Fevereiro	-1.619	-908	-1.758	-678	1.457
Março	2.243	-911	2.647	-1.194	2.299
Abril	7.847	1.571	1.153	785	1.843
Maiο	3.071	1.111	-174	226	-1.652
Junho	241	597	-952	269	-499
Julho	2.209	1.410	1.213	31	661
Agosto	442	-314	-1.109	1.053	2.757
Setembro	3.479	-251	1.004	1.683	1.793
Outubro	-4.886	-1.974	-870	1.482	-1.097
Novembro	5.695	-1.419	1.656	4.056	3.489
Dez. 2011-nov. 2012	35.717	-2.144	4.778	13.367	22.493

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

Tabela 21
Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-nov. 2012

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2011 (2)	40.002	2.282	6.381	4.309	24.687
Janeiro	2.964	492	973	-458	1.806
Fevereiro	-583	-757	-1.736	36	1.896
Março	350	-137	396	-1.114	1.084
Abril	5.782	13	1.921	449	3.224
Maio	2.758	158	1.254	535	854
Junho	3.294	523	712	479	1.582
Julho	1.988	416	241	-313	1.311
Agosto	4.513	622	1.042	-66	2.532
Setembro	1.714	67	-504	489	1.399
Outubro	849	158	-94	362	376
Novembro	6.255	543	1.929	1.557	2.112
Dezembro	-4.900	-685	-3.335	-204	-675
2012 (3)	18.497	2.454	2.264	4.370	10.150
Janeiro	2.068	255	536	-752	2.172
Fevereiro	-1.661	-403	-1.928	-539	1.209
Março	2.622	281	1.705	-1.041	1.500
Abril	2.327	158	748	268	1.161
Maio	-2.550	22	-522	412	-2.202
Junho	-1.810	174	-704	-172	-1.002
Julho	954	503	713	-151	-54
Agosto	-80	-137	-1.234	135	1.229
Setembro	1.308	31	510	505	229
Outubro	-1.017	316	-776	978	-1.263
Novembro	5.164	290	771	2.352	1.990
Dez. 2011-nov. 20122	13.922	1.788	-722	4.307	9.287

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-out. 2011/2012

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	234.329.216	247.456.698	1.323.311.822	223.424.719	191.154.993	1.213.655.485
Receitas correntes	200.203.868	180.314.956	929.950.761	173.894.139	172.800.736	1.029.613.467
Receita tributária	44.730.890	54.239.854	286.467.625	51.963.800	56.763.043	338.648.827
Impostos	43.990.659	53.474.452	280.271.142	51.152.900	55.919.600	331.500.737
Taxas	740.231	765.402	6.196.483	810.900	843.443	7.148.091
Receita de contribuições	102.707.743	97.181.220	482.426.946	94.221.884	91.673.318	545.486.601
Contribuições sociais	101.117.153	95.765.849	472.200.718	91.497.588	88.720.009	529.788.992
Contribuições econômicas	1.590.590	1.415.371	10.226.228	2.724.296	2.953.309	15.697.608
Receita patrimonial	18.113.781	14.541.776	66.434.224	11.312.350	12.069.439	65.708.555
Receitas imobiliárias	218.152	217.136	1.038.624	181.669	173.642	965.452
Receitas de valores mobiliários	10.355.882	6.040.017	30.926.186	4.644.255	5.628.183	31.270.843
Receita de concessões e permissões	265.274	1.109.062	2.010.013	67.284	56.890	3.823.522
Compensações financeiras	7.226.488	7.098.037	32.196.104	6.417.243	6.182.754	29.568.875
Receita de Cessão de Direitos	45.493	47.653	226.306	0	28.887	68.530
Outras receitas patrimoniais	2.492	29.870	36.991	1.899	-917	11.333
Receita agropecuária	3.986	5.828	21.228	3.717	3.433	21.014
Receita da produção vegetal	1.581	3.858	12.343	1.591	1.826	11.166
Receita da produção animal e derivados	2.400	1.969	8.875	2.127	1.603	9.844
Outras receitas agropecuárias	5	2	10	-1	4	6
Receita industrial	170.320	154.337	678.358	109.246	92.915	562.501
Receita da indústria de transformação	170.320	154.337	678.358	109	92.915	562.501
Receita de serviços	10.376.475	7.490.847	41.607.952	9.455.403	7.561.117	47.975.846
Transferências correntes	242.474	92.868	647.513	51.775	98.738	619.312
Transferências intergovernamentais	150	329	479	0	0	0
Transferências de instituições privadas	-137	36.301	39.499	170	232	24.324
Transferências do exterior	762	1.073	7.741	1.568	362	13.705
Transferências de pessoas	80	81	444	78	94	509
Transferências de convênios	241.595	55.066	598.714	49.924	98.016	411.900
Transferências para o combate à fome	24	17	635	35	35	241
Receitas correntes a classificar	58	488	3.139	320	4.996	0
Outras receitas correntes	23.858.140	6.607.736	51.663.777	6.775.643	4.533.736	30.759.445
Multas e juros de mora	13.769.572	3.182.288	24.780.744	3.486.644	1.865.820	14.250.143
Indenizações e restituições	639.936	610.223	3.436.045	1.029.131	466.529	4.083.697
Receita da dívida ativa	8.044.944	1.049.096	11.580.535	1.151.905	872.440	3.800.923
Receitas diversas	1.403.688	1.766.130	11.866.452	1.107.963	1.328.948	7.839.487
Receitas de capital	34.125.348	67.141.743	393.361.061	49.530.580	18.354.257	184.042.018
Operações de crédito	20.680.147	6.950.365	176.478.122	27.810.511	7.044.339	94.201.986
Operações de crédito internas	20.166.313	4.946.897	171.977.478	27.667.074	6.885.464	91.610.172
Operações de crédito externas	513.834	2.003.468	4.500.644	143.437	158.875	2.591.813
Alienação de bens	476.046	308.719	1.584.744	154.657	145.380	1.936.461
Alienação de bens móveis	463.166	278.436	1.393.594	137.227	128.488	1.734.483
Alienação de bens imóveis	12.880	30.283	191.151	17.429	16.892	201.976
Amortizações de empréstimos	5.785.413	6.531.278	28.017.865	3.431.351	3.740.758	28.945.140
Transferências de capital	13.744	13.905	99.529	11.877	12.206	111.586
Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0
Transferências de pessoas	0	0	0	0	0	0
Transferência de outras instituições públicas	0	251	5.104	0	-81	4.519
Transferências de convênios	13.744	13.653	94.425	11.877	12.288	68.835
Outras receitas de capital	7.169.997	53.337.476	187.180.800	18.122.184	7.411.575	58.846.846
Resultado do Banco Central do Brasil	0	45.283.172	148.767.264	12.448.031	0	17.483.488
Remuneração das disponibilidades	7.169.387	8.045.429	38.345.016	5.674.042	7.305.615	41.255.160

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-out. 2011/2012

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Proveniente da Execução de Garantias	132	107	733	5	15	140
Receita dívida ativa alienação estoques de café	303	147	691	106	29	2.141
Receita Títulos Tesouro Nacional Resgatados	175	15	58.491	0	105.915	105.915
Receitas de capital diversas ²	0	8.605	8.605	0	0	0
Receita (intraorçamentária) (II)	2.321.020	2.362.645	12.277.126	2.272.036	2.255.467	15.001.903
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	236.650.235	249.819.343	1.335.588.948	225.696.755	193.410.460	1.228.657.387
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	82.725.632	54.142.436	295.927.656	71.348.873	63.374.572	472.339.493
Operações de crédito internas	82.735.637	52.648.680	291.213.844	70.420.294	63.374.572	469.156.545
Mobiliária	82.735.637	52.648.680	291.213.844	70.420.294	63.374.572	469.156.545
Operações de crédito externas	-5	1.493.756	4.713.812	928.579	0	3.182.948
Mobiliária	-5	1.493.756	4.713.812	928.579	0	3.182.948,00
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	319.385.867	303.961.779	1.631.516.604	297.045.628	256.785.032	1.700.996.879
Déficit (VI)	0	0	0	0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	319.385.867	303.961.779	1.631.516.604	297.045.628	256.785.032	1.700.996.879
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Receita (intraorçamentária) (II)	2.321.020	2.362.645	12.277.126	2.272.036	2.255.467	15.001.903
Receitas correntes	2.086.660	2.128.510	10.539.538	2.105.778	2.070.925	13.527.939
Receita tributária	64	54	393	2.841	-2.701	467
Impostos	0	2	-12	2.796	-2.799	27
Taxas	64	52	405	45	97	439
Receita de contribuições	2.036.433	2.083.094	10.339.881	2.066.416	2.022.475	13.272.650
Contribuições sociais	2.036.432	2.083.095	10.339.794	2.066.416	2.022.475	13.272.619
Contribuições econômicas	1	-2	87	1	0	32
Receita patrimonial	8.562	614	13.923	-66	3.223	5.339
Receitas imobiliárias	460	574	2.327	-112	511	2.378
Receitas de valores mobiliários	7.992	27	11.359	0	2.694	2.784
Receita de concessões e permissões	111	12	237	46	17	176
Receita industrial	28.496	23.415	116.781	27.783	43.709	156.268
Receita da indústria de transformação	28.496	23.415	116.781	27.783	43.709	156.268
Receita de serviços	8.366	8.352	37.119	8.507	3.696	40.208
Outras receitas correntes	4.739	12.982	31.441	297	524	40.699
Multas e juros de mora	136	43	247	-208	62	-440
Indenizações e restituições	4.417	12.846	30.526	471	324	40.642
Receitas diversas	186	93	668	34	137	497
Receitas de capital	234.360	234.135	1.737.588	166.258	184.542	1.473.961
Operações de crédito	229.360	234.135	1.727.588	145.405	182.364	1.450.636
Operações de crédito internas	229.360	234.135	1.727.588	145.405	182.364	1.450.636
Alienação de bens	0	0	0	20.854	2.178	23.326
Alienação de bens móveis	0	0	0	20.854	2.178	23.326
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0
Resultado do banco central do Brasil	0	0	0	0	0	0
Integralização de capital social	0	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades	0	0	0	0	0	0
Proveniente da execução de garantias	0	0	0	0	0	0
Saldo de exercícios anteriores	0	0	0	0	0	0
Receitas de capital diversas	0	0	0	0	0	0

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Tabela 23
Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan.-out. 2011/2012

Despesa executada	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	323.232.184	199.716.520	1.162.526.508	197.973.856	176.643.395	1.095.024.405
Despesas correntes	209.842.594	147.437.694	839.644.198	183.351.545	135.011.666	948.736.270
Pessoal e encargos sociais	28.695.685	28.619.899	150.504.517	27.475.828	27.653.702	181.833.614
Juros e encargos da dívida	50.435.429	7.331.830	119.727.838	38.268.390	5.556.687	131.036.556
Outras despesas correntes	130.711.480	111.485.965	569.411.843	117.607.327	101.801.277	635.866.100
Transferência a estados, DF e municípios	37.871.709	33.612.440	182.348.306	35.923.620	34.286.838	211.495.614
Benefícios previdenciários	59.618.558	48.853.463	254.640.510	52.581.585	42.739.647	273.616.256
Demais despesas correntes	33.221.213	29.020.063	132.423.027	29.102.122	24.774.791	150.754.229
Despesas de capital	113.389.591	52.278.826	322.882.311	14.622.311	41.631.729	146.288.135
Investimentos	4711803,00	4674695,00	14260749,00	2.945.461	3.102.042	17.071.403
Inversões financeiras	7.848.032	5.903.089	31.625.380	5.689.169	4.531.017	31.588.385
Amortização da dívida	100.829.756	41.701.042	276.996.182	5.987.681	33.998.670	97.628.347
Reserva de contingência	0	0	0	0	0	0
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	2.122.622	2.469.221	12.747.474	2.507.606	2.576.453	16.530.186
Despesas correntes	2.411.820	2.418.917	11.922.459	2.366.784	2.391.298	15.314.142
Pessoal e encargos sociais	2.289.888	2.307.156	11.471.319	2.275.092	2.278.919	14.699.566
Outras despesas correntes	121,932	111761	451140	91.693	112.379	614.577
Demais despesas correntes	121,932	111761	451140	91.693	112.379	614.577
Despesas de capital	-289199	50304	825015	140.821	185.154	1.216.044
Investimentos	2346	3577	23605	1.001	6.424	42.429
Inversões financeiras	-291544	46727	801409	139.821	178.730	1.173.613
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	325.354.806	202.185.741	1.175.273.982	200.481.462	179.219.847	1.111.554.591
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	105.689.919	19.615.650	312.207.352	143.543.975	17.929.855	479.367.849
Amortização da dívida interna	105.344.686	17.516.094	305.220.038	141.706.533	12.915.376	460.942.733
Dívida mobiliária	105.344.686	17.511.804	305.209.011	141.706.533	12.915.376	460.942.733
Outras dívidas	0	4	11027	0	0	0
Amortização da dívida externa	345.233	2.099.556	6.987.313	1.837.442	5.014.479	18.248.949
Dívida mobiliária	272.144	1.744.704	5.705.162	1.816.609	107.931	6.871.017
Outras dívidas	73089	354852	1282152	20.833	4.906.549	11.554.100
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	431.044.725	221.801.391	1.487.481.334	344.025.437	197.149.703	1.590.922.439
Superávit (XIII)	-	-	144035270	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	431.044.725	221.801.391	1.631.516.604	344.025.437	197.149.703	1.590.922.439

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-out. 2011/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (i)	4.911.539.772	4.518.106.827	23.106.325.678	4.190.246.331	3.932.990.193	25.298.872.994
Receitas correntes	4.645.035.893	4.350.558.652	22.168.199.394	4.048.221.121	3.874.630.460	24.386.224.028
Receita tributária	2.559.313.660	2.743.361.622	13.028.846.027	2.309.453.386	2.409.461.721	14.183.218.585
Impostos	2.426.936.144	2.616.678.719	12.490.299.189	2.210.342.992	2.300.523.980	13.612.102.648
Taxas	132.377.516	126.682.903	538.546.839	99.110.393	108.937.741	571.115.938
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	-	-
Receita de contribuições	284.026.405	289.424.162	1.431.450.079	269.554.647	268.340.920	1.599.077.129
Contribuições sociais	284.026.405	289.424.162	1.431.450.079	269.554.647	268.340.920	1.599.077.129
Contribuições econômicas	-	-	-	-	-	-
Receita patrimonial	519.332.452	108.737.468	830.955.021	58.428.847	64.496.842	416.363.848
Receitas imobiliárias	6.085.473	5.203.628	27.894.596	6.557.851	5.070.212	36.889.410
Receitas de valores mobiliários	57.715.593	39.272.402	267.206.647	53.077.846	42.017.049	322.357.844
Receitas de concessões e permissões	322.160	201.249	2.633.973	150.150	204.080	11.220.026
Outras receitas patrimoniais	455.209.226	64.060.189	533.219.806	-1.357.000	17.205.501	45.896.569
Receita agropecuária	7.821	80.081	196.678	54.295	36.643	286.112
Receita da produção vegetal	606	826	3.487	275	3.769	7.456
Receita da produção animal e derivados	4.011	75.496	173.321	52.675	32.071	259.370
Outras receitas agropecuárias	3.204	3.759	19.870	1.345	803	19.287
Receita industrial	-	12.399	69.347	15.173	10.759	71.073
Receita da indústria de transformação	-	12.399	69.347	15.173	10.759	71.073
Receita da indústria de construção	-	-	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	18.517.075	17.035.454	78.133.895	18.266.488	9.689.739	87.100.081
Transferências correntes	1.605.471.703	1.545.024.034	8.812.884.922	1.575.352.543	1.479.370.128	10.139.368.702
Transferências intergovernamentais	1.557.449.899	1.526.034.461	8.667.128.359	1.556.916.278	1.445.339.751	9.997.246.007
Transferências de instituições privadas	16.000	8.000	24.560	15.026	366	48.005
Transferências do exterior	103.063	23	895.249	107	-	226.370
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	47.902.740	18.981.551	144.836.754	18.421.133	34.030.011	141.848.320
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	152.954.701	162.096.414	665.548.870	303.928.866	130.233.796	1.014.923.299
Multas e juros de mora	42.597.636	38.538.247	176.539.030	35.523.335	31.313.081	232.500.110
Indenizações e restituições	6.558.936	9.259.475	35.587.828	5.345.542	8.784.693	40.693.801
Receita da dívida ativa	10.401.005	7.533.031	33.582.441	2.157.960	4.058.474	46.596.200
Receitas diversas	93.397.124	106.765.662	419.839.571	260.902.029	86.077.547	695.133.189
Conta retificadora da receita orçamentária	-494.587.925	-515.212.983	-2.679.885.444	-486.833.124	-487.010.088	-3.054.184.802
Receitas de capital	266.503.879	167.548.175	938.126.284	142.025.211	58.359.732	912.648.966
Operações de crédito	16.533.732	95.972.018	284.691.914	73.942.792	19.930.383	448.565.185
Operações de crédito internas	1.628.787	80.991.758	229.467.141	65.151.498	2.529.616	376.101.371
Operações de crédito externas	14.904.945	14.980.260	55.224.772	8.791.294	17.400.767	72.463.814
Alienação de bens	2.345.269	3.656.304	8.935.027	292.901	833.638	8.339.188
Alienação de bens móveis	1.260.764	1.181.273	4.015.770	130.219	516.385	5.064.867
Alienação de bens imóveis	1.084.505	2.475.031	4.919.257	162.682	317.253	3.274.321

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-out. 2011/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Amortização de empréstimos	17.503.103	17.180.093	81.170.279	24.506.569	18.083.835	93.369.452
Amortização de empréstimos	17.503.103	17.180.093	81.170.279	24.506.569	18.083.835	93.369.452
Transferências de capital	230.121.775	50.739.761	563.329.064	43.282.950	19.511.876	362.375.141
Transferências intergovernamentais	48.096.819	1.954.098	73.824.608	38.336	217.801	8.841.870
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	182.024.957	48.785.662	489.504.456	43.244.614	19.294.075	353.533.271
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Dív. Atv. Prov. Da amortiz. De emp. E financ.	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	322.248.923	324.867.119	1.575.021.740	272.242.815	281.910.524	1.775.662.478
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	5.233.788.696	4.842.973.946	24.681.347.418	4.462.489.147	4.214.900.717	22.776.763.016
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	5.233.788.696	4.842.973.946	24.681.347.418	4.462.489.147	4.214.900.717	27.074.535.472
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	5.233.788.696	4.842.973.946	24.681.347.418	4.462.489.147	4.214.900.717	27.074.535.472
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2012			Receitas realizadas		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	322.248.923	324.867.119	1.575.021.740	272.242.815	281.910.524	1.775.662.478
Receita de contribuições	311.541.192	315.912.277	1.546.668.427	269.029.567	268.866.906	1.734.447.556
Contribuições sociais	311.541.192	315.912.277	1.546.668.427	269.029.567	268.866.906	1.734.447.556
Receita de serviços	10.707.731	8.954.842	28.353.313	3.213.248	13.043.617	41.214.922
Total	322.248.923	324.867.119	1.575.021.740	272.242.815	281.910.524	1.775.662.478

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º)

Tabela 25
Balanço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-out. 2011/2012

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	4.780.337.058	4.540.930.755	21.221.418.197	4.197.599.143	3.844.020.286	25.099.462.892
Despesas correntes	4.243.944.641	3.965.217.679	18.993.637.523	3.601.365.475	3.490.514.684	22.061.457.200
Pessoal e encargos sociais	2.115.299.772	1.979.703.376	10.091.462.018	1.793.469.132	1.691.403.996	11.368.204.548
Juros e encargos da dívida	117.893.234	87.984.417	409.154.437	87.406.370	86.461.155	503.486.354
Outras despesas correntes	2.010.751.634	1.897.529.886	8.493.021.068	1.720.489.973	1.712.649.533	10.189.766.298
Transferências a municípios	643.402.950	665.348.824	3.204.264.674	630.360.027	595.298.321	3.567.638.147
Demais despesas correntes	1.367.348.685	1.232.181.062	5.288.756.394	1.090.129.946	1.117.351.212	6.622.128.151
Despesas de capital	536.392.417	575.713.076	2.227.780.673	596.233.668	353.505.602	3.038.005.692
Investimentos	318.268.912	296.395.452	1.064.435.283	289.973.818	191.849.133	1.721.802.003
Inversões financeiras	23.736.858	123.607.564	331.150.092	140.151.815	24.006.983	404.295.425
Amortização da dívida	194.386.648	155.710.060	832.195.299	166.108.035	137.649.486	911.908.264
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do rpps	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	332.125.024	315.482.536	1.564.388.879	284.008.410	242.105.648	1.774.655.213
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	5.112.462.082	4.856.413.292	22.785.807.076	4.481.607.553	4.086.125.933	26.874.118.104
Amortização da dívida / refinanciamento(IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	5.112.462.082	4.856.413.292	22.785.807.076	4.481.607.553	4.086.125.933	26.874.118.104
Superávit (VI)	-	-	1.895.540.342	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	5.112.462.082	4.856.413.292	24.681.347.418	4.481.607.553	4.086.125.933	26.874.118.104

Despesa intra orçamentária	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	332.125.024	315.482.536	1.564.388.879	284.008.410	242.105.648	1.774.655.213
Pessoal e encargos sociais	252.978.082	253.609.210	1.249.574.646	230.399.884	202.946.069	1.451.294.316
Outras despesas correntes	79.146.942	61.873.326	314.814.233	53.608.526	39.159.578	323.360.896
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	332.125.024	315.482.536	1.564.388.879	284.008.410	242.105.648	1.774.655.213

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2011-out. 2012

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Janeiro	1.029.013.833	1.183.096.821	97.463.830	125.184.502	1.126.477.663	1.308.281.323
Fevereiro	940.325.954	1.099.973.808	165.355.204	167.877.483	1.105.681.158	1.267.851.291
Março	934.341.084	1.033.766.974	152.836.788	172.859.622	1.087.177.872	1.206.626.597
Abril	1.006.064.457	1.153.973.735	144.776.483	192.994.993	1.150.840.940	1.346.968.728
Maio	1.004.076.963	1.050.663.513	197.447.130	204.764.846	1.201.524.093	1.255.428.360
Junho	1.000.724.637	1.108.464.624	208.698.427	232.549.821	1.209.423.065	1.341.014.446
Julho	959.639.410	1.041.560.210	182.009.226	240.070.969	1.141.648.636	1.281.631.179
Agosto	966.809.829	1.038.936.964	200.994.920	238.745.517	1.167.804.750	1.277.682.482
Setembro	1.043.965.024	1.183.824.035	189.274.307	205.697.846	1.233.239.332	1.389.521.881
Outubro	1.047.448.960	1.180.653.380	128.773.429	173.186.361	1.176.222.389	1.353.839.741
Novembro	1.091.533.215	...	145.277.748	...	1.236.810.963	...
Dezembro	1.137.153.760	...	209.213.966	...	1.346.367.726	...
Total	12.161.097.127	11.074.914.067	2.022.121.459	1.953.931.961	14.183.218.586	13.028.846.027

Fonte: Sefaz – Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

2012											
Unidade da federação	Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação Brasil – jan.-out. 2011/2012										
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Acumulado jan.-out.
Norte	1566998	1201930	1218591	1333592	1.507.797	1.542.874	1.537.282	1.012.045	1.593.718	1.625.300	14.140.127
Acre	42018	44902	64228	73270	68.968	0	0	0	70.018	0	363.404
Amazonas	483157	482678	457490	533646	517.471	592.309	549.554	0	669.593	555.368	4.841.266
Pará	574994	485217	533668	557469	549.004	554.218	583.721	567.553	623.576	606.340	5.635.760
Rondônia	237773	0	0	0	207.807	208.664	215.768	217.363	0	233.225	1.320.600
Amapá	59213	48789	50933	51794	49.187	61.317	64.170	59.835	59.422	63.413	568.073
Roraima	41191	36157	0	0	0	0	0	36.715	36.916	38.316	189.295
Tocantins	128652	104188	112272	117412	115.360	126.365	124.068	130.580	134.193	128.638	1.221.728
Nordeste	4374184	3877364	3932707	3895187	3.895.562	4.163.897	3.883.971	4.094.513	4.301.182	2.819.113	39.237.680
Maranhão	331270	290084	309324	289695	293.428	309.806	324.834	317.086	340.891	334.945	3.141.363
Piauí	195666	191856	176929	182741	184.765	190.834	199.140	203.440	181.359	210.844	1.917.574
Ceará	653003	573046	589179	597947	584.894	629.804	619.269	648.392	656.136	666.259	6.217.929
Rio grande do norte	320476	266746	298287	284438	285.389	305.933	292.245	308.934	304.508	315.248	2.982.204
Paraíba	272083	254632	254442	0	259.076	265.979	268.875	264.921	266.930	0	2.106.938
Pernambuco	970523	797335	824672	855314	813.174	871.307	848.419	846.143	903.191	892.086	8.622.164
Alagoas	231106	197379	205942	196604	187.343	198.258	195.040	188.697	184.758	208.298	1.993.425
Sergipe	196361	168541	171620	233380	176.819	191.107	0	179.282	187.027	191.433	1.695.570
Bahia	1203696	1137745	1102312	1255068	1.110.674	1.200.870	1.136.150	1.137.618	1.276.383	0	10.560.516
Sudeste	14581385	10973115	14260433	5769052	14.305.576	5.726.288	5.738.261	3.435.775	5.963.509	5.853.783	86.607.177
Minas gerais	2663415	2286808	2519050	2673853	2.525.834	2.677.056	2.678.343	2.716.834	2.771.210	2.769.361	26.281.764
Espírito santo	874506	691718	750309	721844	698.637	782.674	753.393	718.941	814.207	766.606	7.572.835
Rio de janeiro	2425515	0	2157601	2373355	2.260.965	2.266.558	2.306.525	0	2.378.093	2.317.816	18.486.428
São paulo	8617949	7994589	8833473	0	8.820.140	0	0	0	0	0	34.266.151
Sul	4477567	2334404	4237368	3215180	2.469.686	4.133.533	3.370.785	4.114.869	4.452.105	2.597.168	35.402.665
Paraná	1491988	0	1434815	1428905	1.477.560	1.423.047	1.584.488	1.460.682	1.585.655	1.530.298	13.417.438
Santa catarina	1133414	924784	1037523	0	992.127	1.025.075	0	1.054.090	1.125.835	1.066.869	8.359.717
Rio grande do sul	1852165	1409620	1765030	1786275	0	1.685.412	1.786.297	1.600.097	1.740.615	0	13.625.511
Centro-Oeste	2380207	1957017	2169001	2265525	2.666.000	1.786.505	2.369.752	2.440.284	2.457.126	2.013.758	22.505.175
Mato grosso	534955	453647	521964	544888	556.662	548.347	550.729	557.951	580.035	596.508	5.445.586
Mato grosso do sul	483827	412794	452090	502738	482.548	0	485.686	502.516	516.557	521.855	4.360.611
Goiás	855756	686966	745102	739877	1.198.474	771.999	877.393	909.759	871.893	895.394	8.552.613
Distrito federal	505769	403611	449845	478023	428.317	466.159	455.943	470.057	488.642	0	4.146.366
Brasil	27380341	20343830	25818100	16478536	24.844.621	17.353.097	16.900.052	15.097.486	18.767.641	14.909.121	197.892.825

(Conclusão)

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação
Brasil – jan.-out. 2011/2012

Unidade da federação	2011												Acumulado jan.-dez.
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Norte	1.405.084	1.294.119	1.273.094	1.295.485	1.323.264	1.369.412	1.457.302	1.548.527	1.489.411	1.502.590	1.520.287	2.657.816	18.136.390
Acre	49.509	55.925	53.909	48.861	45.574	46.098	48.113	46.924	50.259	45.830	45.472	49.361	585.837
Amazonas	469.235	452.890	457.396	454.000	481.523	461.413	494.512	532.814	507.948	503.806	549.611	554.734	5.919.879
Pará	475.572	442.085	421.472	439.113	421.532	464.799	513.490	514.681	513.442	481.998	514.660	1.630.891	6.833.735
Rorônia	227.274	182.429	180.561	185.817	204.060	212.851	223.513	258.513	222.491	271.721	207.930	217.329	2.594.488
Amapá	42.548	37.410	34.828	36.879	34.930	41.357	37.583	45.119	46.570	49.893	52.600	50.895	510.612
Roraima	34.988	32.139	33.261	34.343	35.769	36.154	33.300	36.090	35.688	36.604	36.903	36.253	421.493
Tocantins	105.958	91.241	91.667	96.471	99.877	106.739	106.791	114.386	113.013	112.737	113.112	118.353	1.270.345
Nordeste	3.854.590	3.595.639	3.436.240	3.606.712	3.685.716	3.696.540	3.766.104	3.932.898	3.944.474	3.943.399	4.049.315	2.959.350	44.470.979
Maranhão	279.147	250.500	255.084	268.331	254.378	272.346	277.188	296.849	315.600	305.896	312.121	324.928	3.412.368
Piauí	180.784	176.710	148.230	165.151	160.353	157.504	189.514	186.740	180.245	181.039	179.628	182.326	2.088.225
Ceará	569.613	503.253	507.648	517.117	521.613	552.248	563.076	590.169	606.385	616.394	623.699	623.609	6.794.824
Rio grande do norte	241.446	243.854	238.150	246.963	306.689	250.304	266.971	275.028	278.585	277.275	255.058	298.130	3.178.453
Pernambuco	250.930	238.269	221.736	225.461	228.618	235.638	239.816	239.664	239.694	229.196	234.452	241.150	2.824.625
Alagoas	865.272	830.231	739.348	769.969	763.600	805.881	846.155	817.891	853.146	868.194	871.992	894.195	9.925.874
Sergipe	205.950	195.555	176.772	191.035	196.403	169.637	167.983	189.831	176.947	174.041	219.795	208.881	2.272.831
Bahia	183.638	152.931	150.019	151.056	152.345	157.697	156.859	156.502	164.322	168.129	214.092	186.132	1.993.722
Sudeste	13.076.777	12.568.474	12.992.153	13.556.979	13.443.308	13.776.850	13.382.584	13.933.476	14.417.554	14.169.313	14.157.295	14.786.320	164.261.084
Minas gerais	2.356.876	2.133.220	2.233.889	2.461.272	2.148.502	2.482.334	2.441.145	2.488.538	2.589.990	2.549.456	2.545.423	2.788.468	29.219.113
Espírito santo	683.838	650.773	642.345	746.463	645.963	775.542	687.940	726.236	756.450	715.794	717.134	0	7.748.478
Rio de janeiro	2.214.239	1.894.126	2.018.745	1.996.916	2.159.657	2.135.001	1.925.069	2.095.246	2.129.816	2.096.364	2.217.101	2.272.286	25.154.567
São paulo	7.821.823	7.890.355	8.097.174	8.352.328	8.489.187	8.383.973	8.328.430	8.623.455	8.941.298	8.807.699	8.677.637	9.725.566	102.138.925
Sul	3.970.838	3.452.618	3.541.157	3.882.229	3.762.733	3.757.516	3.781.063	4.059.542	4.089.186	4.481.317	4.495.418	4.705.518	47.979.135
Paraná	1.291.415	1.112.139	1.162.393	1.263.936	1.268.690	1.276.696	1.267.566	1.304.967	1.411.287	1.514.062	1.457.754	1.630.891	15.961.798
Santa catarina	1.014.916	906.199	923.633	975.752	954.360	955.935	931.177	1.069.035	1.040.982	1.246.362	1.244.435	1.251.620	12.514.406
Rio grande do sul	1.664.506	1.434.280	1.455.132	1.642.541	1.539.683	1.524.884	1.582.319	1.685.540	1.636.917	1.720.893	1.793.228	1.823.006	19.502.930
Centro-Oeste	2.152.181	1.953.429	2.057.234	2.059.814	2.021.698	2.196.761	2.109.775	2.198.406	2.260.853	2.196.714	2.248.081	2.844.025	26.298.971
Mato grosso	454.904	368.294	451.669	521.864	471.882	492.904	484.729	506.327	534.936	510.074	527.616	489.473	5.814.671
Mato grosso do sul	422.774	383.334	422.255	431.581	426.201	441.421	435.110	465.155	484.410	469.865	557.107	474.668	5.413.880
Goiás	832.029	826.922	791.519	702.220	713.097	787.892	763.499	797.577	800.664	780.905	766.573	1.312.281	9.875.178
Distrito federal	442.474	374.879	391.791	404.149	410.518	474.543	426.437	429.348	440.844	435.871	396.785	567.603	5.195.242
Brasil	24.459.471	22.864.278	23.299.878	24.401.219	24.236.719	24.797.079	24.496.829	25.672.850	26.201.478	26.293.334	26.470.395	27.953.029	301.146.559

Fonte: Confaz/Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Corf.

(*) Dado sujeito a retificação.

Município

(Continua)

Tabela 28
Balanco Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-out. 2011/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	568.319.579	553.298.855	2.963.041.185	602.550.912	546.381.049	3.560.438.391
Receitas correntes	604.117.220	587.796.237	3.139.561.505	632.296.569	536.614.313	3.716.987.136
Receita tributária	206.747.010	212.132.225	1.174.159.556	196.052.325	189.927	1.296.572.941
Impostos	187.863.056	192.274.907	1.009.236.278	176.026.764	171.783.927	1.152.689.555
Taxas	18.671.489	19.476.831	163.786.126	19.638.561	17.896.853	306.749.000
Outras receitas tributárias	212.464	380.487	1.137.152	187.000	245.873	42.582.066
Receita de contribuições	29.963.666	27.513.516	136.744.856	17.425.829	20.169.452	111.698.788
Contribuições sociais	17.211.288	15.295.211	74.476.774	6.196.575	10.178.283	60.301.315
Contribuições econômicas	12.752.378	12.218.304	62.268.082	11.229.254	9.991.169	31.893.391
Receita patrimonial	6.095.311	5.747.524	34.908.342	11.392.618	10.339.985	56.733.830
Receitas imobiliárias	251.809	148.758	1.441.493	201.548	687.469	2.230.845
Receitas de valores mobiliários	384.072	3.117.109	21.282.631	7.128.174	5.673.790	34.882.563
Receitas de concessões e permissões	2.002.306	2.480.839	12.175.387	4.062.896	3.978.726	19.620.422
Outras receitas patrimoniais	1.125	817	8.831	-	-	-
Receita industrial	202.612	27.566	646.947	108.112	134.279	1.054.502
Receita da indústria de construção	202.612	27.566	646.947	108.112	134.279	1.054.502
Receita de serviços	212.461	448.868	3.001.336	5.576.843	2.510.947	12.337.436
Transferências correntes	332.362.251	309.549.384	1.669.494.936	330.700.633	294.501.267	2.005.578.543
Transferências intergovernamentais	325.138.139	307.663.382	1.650.965.651	331.415.020	291.504.970	1.984.102.423
Transferências de instituições privadas	27.067	400	4.378.187	-4.122.021	400	1.957.855
Transferências do exterior	5.615	-	5.615	401.930	29.193	56.370
Transferências de pessoas	13.933	700	50.858	13.280	2.086	24.372
Transferências de convênios	7.177.497	1.884.902	14.094.625	2.992.424	2.964.618	18.327.041
Outras receitas correntes	28.533.910	32.377.155	120.605.532	71.040.210	19.031.730	176.295.762
Multas e juros de mora	13.443.168	10.171.484	50.548.615	39.973.952	10.071.639	82.255.280
Indenizações e restituições	352.986	379.303	1.671.135	19.986.976	510.961	25.545.125
Receita da dívida ativa	13.608.239	20.481.582	61.223.006	9.085.795	6.852.107	90.434.909
Receitas diversas	1.129.516	1.344.832	7.162.775	1.085.795	1.596.824	8.060.447
Receitas de capital	1.998.143	1.690.000	21.073.889	8.907.693	42.906.011	72.504.097
Operações de crédito	-	-	3.013.985	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	3.013.985	-	-	-
Alienação de bens	31.600	-	31.600	-	-	1.246.350
Alienação de bens móveis	31.600	-	31.600	-	-	1.246.350
Transferências de capital	1.966.543	1.690.000	18.028.304	8.907.693	42.906.011	71.257.747
Transferências intergovernamentais	1.690.000	1.690.000	3.748.336	1.540.000	40.000	1.633.333
Transferências de convênios	276.543	-	14.279.968	7.367.693	42.866.011	69.262.709
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Receitas diversas	-	-	-	-	-	-
Dedução da COSIP	-	-365.867	-365.867	-	-	-
Dedução da receita corrente	-37.795.784	-35.821.515	197.228.342	-38.649.290	-33.139.275	-226.052.844

(Conclusão)

Tabela 28
Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-out. 2011/2012

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Receitas (intraorçamentárias) (II)	33.086.617	26.248.530	156.166.449	9.242.783	19.966.049	97.076.718
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	601.406.196	579.547.384	3.119.207.633	611.797.755	566.347.098	3.660.515.109
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	601.406.196	579.547.384	3.119.207.633	611.797.755	566.347.098	3.660.515.109

Receita intraorçamentária	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Receitas correntes	33.086.617	26.248.530	156.166.449	9.242.783	19.966.049	97.076.718
Receita de contribuições	33.086.617	26.248.530	153.922.680	8.242.783	19.004.433	92.886.875
Receita de serviços	-	-	2.243.768	1.000.001	961.615	4.189.842
Receita de capital	-	-	-	-	-	0
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	0
Total	33.086.617	26.248.530	156.166.449	9.242.783	19.966.049	97.076.718

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.
 Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 29
Balanço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Salvador – jan.-out. 2011/2012

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	622.995.311	510.867.193	2.761.901.256	513.583.741	565.789.629	3.254.570.575
Despesas correntes	565.093.181	484.193.780	2.525.939.133	477.118.910	520.590.434	3.020.833.348
Pessoal e encargos sociais	245.642.224	242.147.636	1.172.644.944	207.287.158	210.516.008	1.256.238.966
Juros e encargos da dívida	11.432.862	11.567.294	57.197.638	11.531.059	6.703.657	11.175.048.349
Outras despesas correntes	308.018.095	230.478.851	1.296.096.551	258.300.693	303.370.568	1.694.546.023
Despesas de capital	57.902.130	26.673.412	235.962.122	36.464.831	45.199.195	233.737.227
Investimentos	34.736.859	8.339.380	110.696.739	12.762.474	26.692.326	90.510.561
Inversões financeiras	1.000.000	500.000	5.022.000	3.310.000	2.093.000	13.660.500
Amortização da dívida	22.165.271	17.834.032	120.243.383	20.392.357	16.413.870	127.122.665
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	29.040.628	27.311.939	120.146.528	23.215.029	21.499.847	133.727.421
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	652.035.939	538.179.131	2.882.047.784	536.798.771	587.289.476	3.388.597.997
Superávit(IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	652.035.939	538.179.131	2.882.047.784	536.798.771	587.289.476	3.388.297.997

Despesa intraorçamentária	2012			2011		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-dez.
Despesas correntes	29.040.628	27.304.076	120.136.655	23.215.029	21.499.847	133.727.421
Pessoal e encargos sociais	29.040.628	27.298.779	120.133.368	22.573.953	20.534.811	127.357.583
Outras despesas correntes	-	5.297	5.297	641.077	965.036	6.369.838
Despesas de capital	-	7.863	7.863	-	-	-
Investimentos	-	7.863	7.863	-	-	-
Total	29.040.628	27.311.939	120.146.528	23.215.029	21.499.847	133.727.421

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

c&p@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosangela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da **Conjuntura & Planejamento** podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

